

VÂNIA CRISTINA CASSEB GALVÃO

**O *ACHAR* NO PORTUGUÊS DO BRASIL:
UM CASO DE GRAMATICALIZAÇÃO**

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
1999

VÂNIA CRISTINA CASSEB GALVÃO

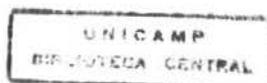
**O ACHAR NO PORTUGUÊS DO BRASIL:
UM CASO DE GRAMATICALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luíza Braga

9911892

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
1999



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	G139a
V.	Es
TOMBO BC/	37833
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input type="checkbox"/>
PPSOD	R\$ 11,00
DATA	10/06/99
N.º CPD	

CM-00124161-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

G139a	Galvão, Vânia Cristina Casseb O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização / Vânia Cristina Casseb Galvão. - - Campinas, SP: [s.n.], 1999.
	Orientador: Maria Luíza Braga Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Gramática comparada e geral - gramaticalização. 2. Mudanças lingüísticas. 3. Sociolingüística. 4. Língua portuguesa - verbo. I. Braga, Maria Luíza. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Dedico este trabalho a *Paulo, Alzira e Humberto*, pais e companheiro no sentido mais sublime que esses termos possam ter.

Esta dissertação foi apresentada e defendida perante Comissão
Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Maria Luíza Braga - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Helena de Moura Neves

Prof^a. Dr^a. Rosa Atié Figueira

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Campinas, 22 de fevereiro de 1999

AGRADECIMENTOS

A Deus toda honra e glória.

À Prof^a. Dr^a. **Maria Luíza Braga**,

por ter acreditado e investido intelectualmente em meu ideal, por sua orientação dedicada, segura, firme e competente, e pela honra de me permitir desfrutar de sua amizade.

Ao meu marido **Humberto**,

que, mesmo tendo que renunciar à nossa vida em comum, foi um incentivador constante e um companheiro que nem a distância conseguiu ofuscar.

À família **Reis-Casseb**,

formadora de meus pensamentos primeiros e fonte inesgotável de carinho e apoio.

Aos amigos **Sebastião, Nilza, Sanderléia, Ronald, Francisca, Maria Célia, Carlos, Ana Paula, Alexandre e Reginaldo**,

pela troca de experiências que desfrutamos juntos.

Aos professores **Maria Helena Neves e Ataliba Castilho**

pelas preciosas sugestões oferecidas por ocasião de meu exame de qualificação.

Aos professores e funcionários do **IEL**,

pela gentileza com que me receberam e pela maneira eficiente com que sempre me atenderam.

À **CAPES**, pelo auxílio financeiro durante o curso.

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Jânia Cristina

Carvalho Galvão

e aprovada pela Comissão Julgadora em

22 / 02 / 99.

Maria Luiza Braga

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar um provável processo de gramaticalização no português falado do Brasil. Focalizaremos a escala de mudança desenvolvida pelo item lexical *achar*, verbo pleno, que em determinados contextos assume a função, mais gramatical, de um elemento modalizador epistêmico.

Utilizamos como base teórica estudos sobre a gramaticalização, principalmente os de Lehmann (1982), Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991), Hopper (1991) e Hopper & Traugott (1993). No trato com a modalidade combinamos a proposta de Palmer (1986) com pontos do funcionalismo de Hengeveld (1988, 1989) e com os estudos sobre os modalizadores no Português do Brasil de Neves (1996) e de Castilho & Castilho (1996).

Para verificar o processo de mudança desenvolvido pela forma *achar*, analisamos dados do Português contemporâneo - língua escrita e falada - e do Português histórico - língua escrita. Procedeu-se, inicialmente, a uma análise qualitativa, na qual individualizou-se cada um dos tipos de *achar* encontrados no *corpus* de língua falada. Posteriormente, realizou-se uma análise quantitativa, comparando-se dados de fala e de escrita, com o objetivo de auferir maior credibilidade aos resultados de nossa análise inicial. Com a investigação dos dados diacrônicos, procuramos detectar a data de entrada no sistema lingüístico de cada tipo de *achar*. E, por fim, submetemos esses itens aos princípios gerais de gramaticalização propostos por Hopper (1991) e Lehmann (1982).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - GRAMATICALIZAÇÃO	12
1. Direcionamento teórico e definição	12
2. Propriedades da gramaticalização	14
3. Motivações da gramaticalização	17
4. Mecanismos atuantes na gramaticalização	18
4.1. A metáfora	18
4.2. A metonímia	24
4.3. Da correlação entre metáfora e metonímia no processo de gramaticalização	27
CAPÍTULO II - MODALIDADE	32
1. Considerações iniciais	32
2. Tipologias da modalidade	34
3. A modalidade epistêmica no Português do Brasil	45
CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DOS <i>CORPORA</i>	61
CAPÍTULO IV - UMA ANÁLISE SINCRÔNICA DO PROCESSO DE MUDANÇA DESENVOLVIDO PELA FORMA <i>ACHAR</i>	65

1. Descrição dos dados	65
1.1. O <i>achar</i> nos dicionários	65
1.2. Os tipos de <i>achar</i> encontrados na fala	71
1.3. Caracterização dos tipos de <i>achar</i>	73
1.3.1. <i>Achar1</i>	73
1.3.2. <i>Achar2</i>	74
1.3.2.1. <i>Achar2 (apreciação)</i>	77
1.3.2.2. <i>Achar2'</i>	80
1.3.3. <i>Achar3 (palpite)</i>	81
1.3.4. <i>Achar4</i>	90
CAPÍTULO V - ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS	103
CAPÍTULO VI - REFERENDAÇÃO HISTÓRICA	121
CAPÍTULO VII - MEDINDO A GRAMATICALIZAÇÃO DO <i>ACHAR</i> ATRAVÉS DE PRINCÍPIOS GERAIS	132
CONCLUSÃO	141
<i>ABSTRACT</i>	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXOS	157
1. Dados de fala (identificação - inqueritos e informantes)	157
2. Dados da escrita (obras consultadas)	159
3. <i>Corpus</i> diacrônico (obras consultadas)	164

INTRODUÇÃO

A forma *achar* no Português do Brasil já foi analisada em pesquisas envolvendo verbos introdutores de pressupostos, marcadores discursivos, verbos modais, advérbios modalizadores e em estudos sobre a integração entre orações encaixadas e suas matrizes, mas nunca foi estudada como foco central de pesquisa, o que pretendemos fazer.

Utilizaremos o arcabouço teórico da gramaticalização para identificar a natureza e descrever o processo de mudança desenvolvido pelo verbo pleno *achar*, com o significado de *encontrar*, numa abordagem sincrônica-dinâmica, ou seja, descreveremos o fenômeno que ocorre no português contemporâneo do Brasil¹ e, para melhor interpretá-lo, contemplaremos, também, dados do português histórico.

A análise sincrônica incidirá sobre dados de amostras de fala diferenciadas e, para uma mais completa visualização e definição da abrangência do processo, investigaremos também amostras de língua escrita.

As evidências de que esta forma está passando por um processo de gramaticalização provêm de uma análise empírica inicial, em que se observou que o *achar* vem desempenhando, em determinados contextos e sem abandonar sua atividade lexical de origem, a função de verbo modal e a função semelhante àquela desempenhada pelos advérbios modalizadores epistêmicos quase-asseverativos.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de os estudos sobre a

¹Não fizemos uma análise exaustiva sobre o português contemporâneo de Portugal, porém durante nossa estada nesse país, em Maio/98, e em conversas com falantes nativos, constatamos o não-uso do elemento que no corpo do trabalho denominamos de *achar*4.

modalidade no PB serem recentes e vêm sendo desenvolvidos principalmente pelo grupo de pesquisadores do Projeto NURC-BR que, através de análises de caráter reflexivo, pretendem oferecer subsídios para uma gramática de referência do Português culto falado no Brasil. As pesquisas sobre a gramaticalização são também relativamente novas no Brasil. Iniciaram-se ainda nesta década e até bem pouco tempo restringiam-se ao grupo “Discurso e Gramática”, da UFRJ.

Nosso objetivo com esta pesquisa é, portanto, analisar a gramaticalização que atinge a forma *achar*, consecução que pressupõe reconhecer os passos intermediários do processo e os graus em que cada forma se encontra.

Os procedimentos adotados e os resultados alcançados na análise vão dar forma a esta dissertação, que tem duas grandes divisões: uma parte teórica e outra que analisa o processo de mudança experimentado pela forma *achar* no português contemporâneo do Brasil.

No primeiro capítulo, apresentaremos o direcionamento teórico a ser seguido no estudo da provável escala de gramaticalização do item e aspectos concernentes ao processo, tais como: definição, propriedades, motivações e mecanismos atuantes.

Assumindo que a mudança desenvolvida pelo *achar* direcione-se para o domínio da modalidade, reservamos o segundo capítulo para este assunto. Faremos considerações gerais sobre as formas modalizadoras, apresentaremos tipologias e daremos destaque à modalidade epistêmica.

No terceiro capítulo, apresentaremos e delimitaremos os *corpora* que servirão de base para a análise propriamente dita, que se instância no quarto capítulo.

Iniciaremos com a análise sincrônica dos dados, procederemos à descrição dos tipos de *achar* arrolados pelos dicionários e dos tipos de *achar* encontrados nos dados da fala. A seguir, já no quinto capítulo, faremos uma análise quantitativa dos dados de língua falada e escrita.

Inicialmente estaremos propondo um diálogo entre a abordagem da gramaticalização e a Teoria Geral de Mudança proposta por Weinreich, Labov & Herzog (1971). Posteriormente, procederemos com a análise quantitativa propriamente dita.

Utilizaremos alguns princípios da sociolinguística variacionista, empregaremos termos como ‘variáveis’, ‘envelope de variação’, ‘grupo de fatores’ *etc.*, e faremos uso do pacote Varbrul, mas não estaremos procedendo a uma análise quantitativa variacionista no sentido clássico do termo. Esta servirá como um recurso metodológico, que nos permitirá aferir, com mais confiabilidade, as propriedades formais das várias etapas experimentadas no processo de gramaticalização, propriedades que servirão de base para a escolha dos fatores lingüísticos a serem investigados.

Estaremos também correlacionando, com certa ênfase, o processo de gramaticalização desenvolvido pelo *achar* a fatores sociais.

O sexto capítulo é destinado à referendação histórica da análise. Investigaremos dados diacrônicos do português num recorte que vai do século XIII à primeira metade do século XX.

Partindo dos resultados das análises anteriores, submeteremos os tipos de *achar* aos princípios de Lehmann (1982) e Hopper (1991) que se propõem, respectivamente, a aferir a gramaticalidade dos itens e a detectar a incipiência de um processo de gramaticalização nas línguas em geral.

À guisa de conclusão, discutiremos as hipóteses levantadas e os resultados obtidos a partir das primeiras análises, e proporemos o *continuum* que descreve a provável escala de gramaticalização do item.

CAPÍTULO I

GRAMATICALIZAÇÃO

1. Direcionamento teórico e definição

Esta pesquisa tem como suporte teórico os estudos sobre gramaticalização desenvolvidos por Lehmann (1982), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Hopper e Traugott (1993), e procura seguir enfoques do funcionalismo “americano”, principalmente do tipo praticado por Hengeveld (1988), Givón (1991), Neves (1996, 1997) e Castilho (1997).

Uma das propostas do funcionalismo givoniano é a investigação das relações entre gramática e cognição que dão causa a processos de gramaticalização, relações que são grandemente vinculadas ao fenômeno da abstração metafórica, um processo cognitivo básico, formador do sistema conceptual humano.

A gramaticalização é concebida como o subconjunto de mudanças lingüísticas que descreve como um item lexical vem a desempenhar funções gramaticais ou um item gramatical vem a assumir funções mais gramaticais² ainda³.

² Itens lexicais codificam ou descrevem coisas, ações e qualidades no mundo real - nomes, verbos e adjetivos-, itens gramaticais ou funcionais servem para organizar o discurso, seja para indicar relacionamento entre cada um dos elementos, seja para ligar partes do discurso ou identificar cada um dos participantes - preposições, conectivos, pronomes, clíticos, flexões *etc.*

³ Esta é uma das acepções do termo “gramaticalização”. A outra, refere-se ao ramo da lingüística que focaliza como as formas e as construções lingüísticas surgem, são usadas e configuram os sistemas lingüísticos. Estudo preocupado em reconhecer as fronteiras discretas entre categorias e a interdependência entre a estrutura e o uso de categorias fiixas e menos fiixas na língua.

O termo gramaticalização rotula tanto os processos que levam a essas mudanças quanto sua abordagem/paradigma.

O elemento fonte do processo não tem, necessariamente, que perder suas funções e propriedades de origem. A antiga e a nova função podem subsistir no sistema lingüístico e o processo pode ser observado tanto num tempo real quanto num tempo aparente.

Na análise diacrônica, investiga-se a origem das formas gramaticais e as características das mudanças que essas formas sofreram. Tais estudos são centrados principalmente na etimologia e na classificação das palavras. Na perspectiva sincrônica, compreende-se a gramaticalização, doravante GR, fundamentalmente como um fenômeno sintático e discursivo-pragmático a ser estudado do ponto de vista dos padrões fluidos do uso da linguagem, isto é, a partir dos contextos discursivos nos quais a GR ocorre.

Acreditamos na possibilidade de trabalhar numa análise conjugada, a partir da noção de “sincronia dinâmica”, na qual os dados históricos auxiliariam a corroborar as evidências sincrônicas que são representadas no *continuum* de GR.

As mudanças no estatuto dos itens não ocorrem de maneira abrupta e sim através de uma série de transições graduais, uma espécie de *cadeia de gramaticalização* na qual as estruturas conceituais e morfológicas envolvidas se sobrepõem no interior do *canal de gramaticalização*, que compreende o ciclo que vai do ponto inicial ao ponto final do processo (Heine *et alii*, 1991). Historicamente o desenvolvimento das formas se daria através de uma espécie de aclave/declive - o *cline* - que sincronicamente seria uma linha imaginária contínua na qual as formas se organizam e em cujas extremidades opostas

estariam os itens lexicais e os itens gramaticais (Hopper & Traugott, 1993). Há um consenso na literatura especializada que o traçado do *continuum* de GR é o seguinte:

item lexical > item gramatical > clítico > afixo

Independentemente da abordagem ou tratamento que se dê ao processo e às dificuldades de percepção de seus estágios, entendemos ser a GR um dos principais processos constitutivos das línguas naturais⁴.

A gradualidade das mudanças é um dos fatores responsáveis pela grande dificuldade dos estudiosos da GR em alocar as formas em pontos precisos do *continuum*. Há também divergências em relação às propriedades, às motivações e aos mecanismos que atuam no processo, assuntos que abordaremos nos próximos itens e que procuraremos apresentar de maneira uniforme, dentro do que for sistematicamente viável.

2. Propriedades da gramaticalização

Individualizar as propriedades do processo de GR esbarra no forte entrelaçamento entre estas propriedades e aquelas que dizem respeito às formas mais gramaticalizadas.

O processo de GR, segundo Heine *et alii* (1991:212), pode ser descrito a partir de características como: manipulação conceptual, unidirecionalidade, assimetria forma/significado, decategorização, recategorização, perda de autonomia e erosão.

⁴Castilho (1997:26) arrola três processos constitutivos das línguas: gramaticalização, semanticização e discursivização.

Manipulação conceptual refere-se ao processo através do qual as formas que designam significados lexicais ou menos gramaticais são utilizadas para designar significados mais gramaticais. A manipulação é unidirecional, a mudança instancia-se no ponto mais à esquerda, a partir de significados mais concretos, e vai até o ponto mais à direita da cadeia, os significados mais abstratos, havendo uma relação tal entre os estágios A e B que A ocorre antes de B, mas B nunca ocorre antes de A.

A unidirecionalidade é considerada como a característica básica do processo de GR, característica que legitima a escala descrita na página anterior.

Os novos significados gramaticais não impedem a continuidade de uso do item lexical de origem e há um estágio em que uma mesma forma assimetricamente apresenta significados diferentes, um lexical ou menos gramatical e um (mais) gramatical.

Devido a sua própria natureza, os itens mais gramaticais afastam-se⁵ das propriedades inerentes à categoria do item fonte (lexical) do processo de GR. Esta decategorização faz com que surjam “formas híbridas”, que apresentam simultaneamente propriedades de sua classe de origem e da classe a que se direciona.

Na continuidade da mudança, as formas híbridas desenvolvem novas e específicas funções, num processo de recategorização, que é decorrente da tendência das línguas em restaurar a iconicidade entre forma e significado⁶. Na recategorização, as “perdas” das propriedades de uma categoria lexical seriam recompensadas com ganhos de propriedades

⁵Heine *et alii* (1991) referem-se à “perda” das propriedades. Preferimos a noção de afastamento, pois acreditamos que, na GR, ocorra simultaneamente ganho e perda de propriedades, dependendo do domínio que temos em evidência, se lexical ou gramatical.

⁶Retornaremos a esta noção de iconicidade no item referente aos mecanismos atuantes na GR.

inerentes à uma categoria gramatical.

Um outro efeito da decategorização é a perda da autonomia morfossintática. Se uma forma é livre torna-se dependente de outra da qual passa a ser um clítico, se um clítico torna-se um afixo.

Intimamente relacionada à perda da autonomia morfossintática está a erosão, que é a redução ou assimilação de material fonético das formas gramaticalizadas. A erosão seria motivada por dois fatores: o princípio da quantidade, de acordo com o qual o tamanho do item é proporcional à quantidade de informações que ele codifica; e a frequência relativa de uso, ou seja, quanto mais utilizado é um item, mais ele pode sofrer desgaste em sua substância fonética.

Essas características não têm aplicação igual para todos os elementos. A análise de dados empíricos revela que algumas podem levar a resultados opostos entre si, como é o caso da perda de autonomia e da recategorização. Quanto à primeira, o item perde variabilidade sintagmática e a possibilidade de mover-se para outro lugar na sentença. Quanto à segunda, o item recategorizado pode gozar de mais variabilidade sintagmática do que sua fonte lexical.

Heine & Reh (1984, *apud* Hopper 1996:22) apresentam as propriedades das formas mais gramaticalizadas, algumas, como já observamos anteriormente, intimamente relacionadas às do próprio processo de GR, são elas:

- a) perda⁷ da complexidade semântica, da significância funcional e/ou do valor expressivo;
- b) perda da significância pragmática e ganho de significância sintática;

⁷ Vide nota de rodapé nº 5.

- c) redução do número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;
- d) diminuição da variabilidade sintagmática, tomando uma posição fixa na cláusula;
- e) aumento da obrigatoriedade de uso em certos contextos e da não-gramaticalidade em outros;
- f) aumento na vinculação semântica, morfossintática e fonética com outros elementos;
- g) perda de substância fonética (erosão).

Reconhecidas as propriedades do processo de GR e das formas mais gramaticalizadas, surge a questão sobre o que motiva a GR e quais os fatores que possibilitam ou facilitam a mudança. É o que pretendemos discutir doravante.

3. Motivações da gramaticalização

Os fatores que motivam a GR são, principalmente, cognitivos, e estão grandemente vinculados a estratégias de comunicação, entre as quais, a conjugação do desejo de ser expressivo com o “princípio da criatividade”. Para ser bem entendido e ter o predomínio na situação de comunicação o falante cria novos instrumentos de comunicação. Inovação que, baseada no “princípio da economia”, recruta velhas formas para novos propósitos, através da extensão de significados pré-existentes, uma vez que uma forma para cada significado seria disfuncional no sistema (Hopper & Traugott: 1993).

Os principais desencadeadores da ligação entre os múltiplos sentidos de uma única forma são os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia, com o predomínio da primeira. Vejamos então estes mecanismos, suas manifestações e correlações entre si.

4. Mecanismos atuantes na gramaticalização

4.1. A metáfora

A GR envolve abstratização metafórica, significados de domínios lexicais ou menos gramaticais - concretos - são estendidos metaforicamente para conceituar domínios gramaticais ou mais gramaticais - mais abstratos. A abstratização metafórica diz respeito à maneira como compreendemos e conceituamos o mundo que nos cerca. Neste sentido, coisas que estão mais próximas são mais claramente estruturadas e delimitadas, menos abstratas do que as que estão mais distantes. Esta relação também pode ser estabelecida quanto a objetos referenciais e não-referenciais do discurso. (Heine *et alii*, 1991).

A abstratização metafórica ou metáfora apresenta vários níveis, dentre os quais, o “*structure-changing abstraction*” que seria o mais concernente à GR. É através dele que acontecem as transformações lingüísticas nas quais as entidades concretas são recrutadas metaforicamente para expressar funções mais abstratas.

A metáfora envolvida na GR não deve ser entendida como aquela costumeiramente relacionada às figuras de linguagem e sim como uma espécie de extensão de significados lexicais para expressar conceitos mais abstratos. Segundo Heine *et alii* (1991), a primeira seria motivada psicologicamente e envolve a formação de novas expressões. Contém uma

falsa predicação e relaciona-se a uma violação proposital de regras semântico-conceituais, é a “metáfora criativa”. A segunda seria motivada pragmaticamente. A partir dela não se formam novas expressões; predicações pré-existentes são introduzidas em novos contextos ou aplicadas a novas situações através da extensão de significados, é a “metáfora emergente”

Tomando como referência a transformação de um verbo de ação (*to go*) para expressar tempo futuro no Inglês, Heine *et alii* (1991:46) mostram algumas das propriedades de um processo metafórico envolvido na GR, quais sejam:

- a) envolve um significado que é reconhecido como “literal” e outro que é o “transferido” ou “metafórico”;
- b) envolve a transferência ou o mapeamento reduzido de um domínio conceitual em termos de outro (*apud* Sweetser, 1988: 393). No caso em evidência, um domínio de movimento espacial é usado como um veículo metafórico para se referir a um domínio de tempo dêitico;
- c) a escolha do falante justifica-se porque um movimento concreto é mais facilmente palpável, identificável que um conceito de um domínio mais abstrato como o do tempo, por exemplo;
- d) aparentemente envolve violação de regras e anomalias, como o caso de um verbo, que tipicamente requer um sujeito humano, vir a co-ocorrer com sujeito inanimado ou, ainda, espaço vir a codificar tempo, domínios semânticos diferentes;
- e) envolve conceitos que se associam ao mundo humano para referir-se a conceitos inanimados;
- f) em contextos específicos, a expressão metafórica pode também ser entendida no sentido literal, não transferido, o que resulta em

ambigüidade, principalmente homonímica.

A observação dessas propriedades nos permite reconhecer como conceitos fontes da GR aqueles que se referem a objetos concretos, processos e locações - um conceito só é fonte em relação a outro conceito mais abstrato. São elementos fundamentais em uma típica situação de fala e podem refletir as mais elementares experiências humanas. Eles providenciam pontos de referências concretas para a orientação humana que invoca a associação para explorar o entendimento de conceitos menos concretos.

Quanto à origem, a metáfora emergente, que propicia a GR, seria de natureza “categorial”. Nesta, o desenvolvimento das estruturas gramaticais é descrito em termos de algumas categorias básicas e parte sempre, unidirecionalmente, do elemento à esquerda - mais concreto-, numa escala que tem a seguinte configuração:

peessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

(Heine *et alii*, 1991:48)

O uso do termo “metáfora categorial” vem contrapor-se à “metáfora conceitual”, proposta por Lakoff & Johnson (1980). O primeiro seria mais inclusivo, a metáfora categorial envolveria vários grupos de metáforas conceituais.

As categorias da escala metafórica correlacionam-se a vários aspectos da estrutura das línguas, tais como as classes de palavras e os tipos de constituintes. Vinculam-se a determinado comportamento semântico-pragmático, e é provável que tenham uma base modelada cognitivamente, como sugere a hierarquia de casos proposta por Givón

(1984, *apud* Heine *et alii* 1991). Os quadros a seguir ilustram o afirmado:

QUADRO I: CORRELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS METAFÓRICAS, CLASSES DE PALAVRAS E TIPOS DE CONSTITUINTE

CATEGORIA	CLASSE DE PALAVRAS	TIPO DE CONSTITUINTE
PESSOA	Nome humano	Sintagma nominal
OBJETO	Nome concreto	Sintagma nominal
ATIVIDADE	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
QUALIDADE	Adjetivo, estado, verbo, advérbio	Modificador

(p. 53-54)

QUADRO II: CORRELAÇÃO ENTRE CATEGORIA SINTÁTICA, FUNÇÃO DISCURSIVA E CLASSE SEMÂNTICA

CATEGORIA SINTÁTICA	FUNÇÃO DISCURSIVA	CLASSE SEMÂNTICA
Nome	Referenciação	(Físico) Objeto
Verbo	Predicação	(Física) Ação
Adjetivo	Modificação	(Física) Propriedade

(p. 54)

QUADRO III: CORRELAÇÃO ENTRE CASO E CATEGORIA PROTOTÍPICA⁸

FUNÇÃO DE CASO	CATEGORIA PROTOTÍPICA
Agente	Pessoa
Benefactivo	Pessoa
Dativo	Pessoa
Acusativo	Objeto
Locativo	Espaço
Instrumental e outros	Qualidade

(p.5)

As postulações de Heine *et alii* (1991) sobre a atuação da metáfora como mecanismo desencadeador da GR são compartilhadas por Hopper & Traugott (1993). A atenção maior destes autores é com as

⁸Neves (1997:138), ao se referir a Givón (1984), observa que em relação à determinada categoria “o protótipo é o membro que ostenta maior número das propriedades mais caracteristicamente importantes, e todos os demais membros devem ser classificados de acordo com o grau de semelhança com o protótipo, ou seja, de acordo com a distância do “pico prototípico”.

motivações da metáfora, e reconhecem como principais a “analogia” e as “relações icônicas”.

Analogia refere-se à atração de formas pré-existentes por outras construções também já existentes no sistema e envolve inovações ao longo do eixo paradigmático.

Inicialmente via-se a analogia como um processo através do qual irregularidades na gramática, particularmente no nível da morfologia, eram sanadas. Era vista como uma “proporção” ou “equação”⁹. A dificuldade com a fórmula de proporção estava em se saber porque um membro determinado do par é que era selecionado como modelo.

Esta proposta primeira é modificada e a analogia é redefinida como uma regra de extensão fonológica atuante na mudança lingüística, (Kiparsky 1986, *apud* Hopper e Traugott 1993:57). É vista como generalização ou otimização de uma regra, a partir de um domínio relativamente limitado para um domínio mais amplo.

Quando consideramos a analogia como generalização, estamos nos referindo à generalização de *types* da estrutura lingüística, ou seja, à generalização de informações que o organismo cria e acumula quando se aprende uma categoria, informação que é acumulada sem referência a um conceito em particular. Outra perspectiva da analogia é a generalização através do uso, assim refletido na frequência com a qual os *tokens* dessa estrutura podem ocorrer através do tempo. *Tokens* são os construtos mentais de potencialidade, elaborados na estrutura interna das línguas. A transferência metafórica opera na dimensão do *token*. Uma propriedade do

⁹Na alternância singular-plural do Inglês, a equação analógica seria, por exemplo, a seguinte: cat: cats = child:X
X = childs.

type é ressaltada, a estrutura prototípica do conceito é expandida e um protótipo ou um conceito novo emerge.

As relações icônicas, por sua vez, decorrem de um princípio que contradiz a hipótese da arbitrariedade entre formas e funções nas línguas, conforme proposto por Saussure. Segundo Haiman (1985), as representações lingüísticas são exatamente o que parecem ser, e a língua não é somente um inventário de raízes (de palavra) arbitrarias, ela inclui um sistema de regras gramaticais para combinar essas raízes a fim de expressar elementos complexos. São certas combinações de regras que revelam o aspecto diagramático de nossa percepção do mundo.

A noção de iconicidade diagramática¹⁰ remete a Pierce (1932 *apud* Haiman 1985:9), para quem um diagrama é um signo complexo que representa um conceito complexo, de forma a haver, contudo, uma correspondência entre as partes de um diagrama e as partes do conceito que ele representa. As partes de um diagrama não necessariamente assemelham-se às partes do conceito correspondente. Mais que um ícone de seus referentes, essas partes podem ser um símbolo.

Haiman (1980, 1983, 1985) distingue dois princípios através dos quais instancia-se a iconicidade diagramática nas línguas: “isomorfismo” e “motivação”. Por isomorfismo, entende-se uma correspondência biunívoca entre a forma e o significado, quer se trate de uma única palavra ou de uma construção gramatical. O isomorfismo é violado pelos usos de sinonímia, homonímia e polissemia. Por motivação, podemos entender a correspondência que há entre a relação das partes numa estrutura lingüística e a relação das partes na estrutura do que está

¹⁰As relações icônicas também podem ser vistas em termos da “iconicidade imagética”, um segundo tipo, que não diz respeito às relações lingüísticas, na qual um único signo assemelha-se a seu referente em alguma

sendo significado. O exemplo mais recorrente do caráter icônico diagramático das línguas e sua atuação por motivação é a tendência da ordem narrativa seguir a ordem dos eventos descritos.

Neves (1997:104) observa que:

“A consideração de uma motivação icônica para a forma lingüística significa admitir (em maior ou menor grau, dependendo do nível de radicalização), por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual”.

Este tipo de extensão permite a transferência metafórica que ocorre nos processos de GR, quando, por motivação icônica, um conceito mais concreto, do domínio lexical, palpável, é mapeado em um conceito mais abstrato, do domínio gramatical, não concreto.

A metáfora é somente um dos mecanismos desencadeadores do desenvolvimento de categorias gramaticais. O *continuum* de GR sugere também uma estruturação de natureza metonímica.

Apresentaremos na seção a seguir a definição de metonímia, os mecanismos pelos quais atua e sua manifestação na GR.

4.2. A metonímia

Para Lakoff & Johnson (1980), a metonímia, mais que um instrumento retórico, tem uma função referencial, pois permite-nos usar uma entidade em substituição à outra. Também funciona como um provedor de entendimento, ou seja, aponta mais especificamente aspectos do que está sendo referido.

característica, um exemplo seria a fotografia.

Tais características demonstram que os conceitos metonímicos não são arbitrários, são sistematizados, fazem parte de nossos pensamentos, ações e fala e podem ser exemplificados, principalmente, através de relações de substituição “da parte pelo todo”, “do produtor pelo produto”, “do objeto usado pelo usuário”, “do controlador pelo controlado”, “da instituição pela pessoa responsável”, “do lugar pela instituição”, e assim por diante.

Segundo Taylor (1989) e Palmer (1988), a transferência por contigüidade é possível graças a “*referring function*”. Este, observa, no entanto, que, apesar de a metonímia ser altamente convencionalizada, nem sempre uma relação de substituição, como por exemplo, do autor pela obra, é produtiva. A “*referring function*” deve ser sancionada por um corpo de conhecimentos e crença envolvidos em uma estrutura, uma moldura apropriada, sanção que está relacionada às singularidades entre as entidades referidas.

Tais observações sugerem que a metonímia estabelece conexões entre entidades que co-ocorrem dentro de uma estrutura conceptual dada. Taylor (1989) direciona o entendimento da metonímia para além da visão tradicional, que não exige contigüidade entre as entidades - no sentido espacial - e que também não seja restrita a um ato de referência. A metonímia é vista, tal qual a metáfora, como uma categoria de extensão de significados, um processo fundamental de associação de significados baseada na contigüidade.

De acordo com Taylor (1989), o léxico exhibe inúmeros exemplos da extensão metonímica que se instancia na perspectivização de alguns dos componentes de sua estrutura conceptual unitária. Estrutura na qual elementos de um determinado conceito são intimamente associados a

conceito referente a outra entidade. É o que acontece na GR, em que elementos de um conceito lexical são associados aos elementos referentes a uma entidade do domínio gramatical.

Traugott & König (1991:219) apontam três tipos de contigüidades inerentes aos processos metonímicos: a “contigüidade na experiência socio-física ou cultural”, como a associação de comportamento com uma certa pessoa ou classe de pessoa; a “contigüidade na expressão”, que muitas vezes resulta em elipse, como por exemplo, “*um quadro pintado por Picasso*” > “*um Picasso*”, e o francês “*ne...pas > pas*”; e “a sinédoque ou contigüidade na relação parte pelo todo”.

O termo metonímia na GR remete a um tipo de inferência pragmática, uma “associação conceitual” fundamentada no mundo discursivo, transferência semântica licenciada por contigüidade, que é uma espécie de permuta resultante do uso de uma palavra em uma frase em que uma idéia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto. “*Indexal*” é a denominação das relações semânticas que a metonímia aponta em certos contextos.

A mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio “abduativo”, ou seja, o falante observa um determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que pode ser o mesmo caso. A abdução tem sido reconhecida como a base da percepção humana e o único tipo de raciocínio que pode fazer gerar novas idéias.

A abdução leva à reanálise, que modifica representações subjacentes - sem que haja alterações na estrutura superficial -, sejam

estas semânticas, sintáticas ou morfológicas, e leva à mudança de regras. Um dos principais tipos de reanálise presentes na GR é a eliminação das fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas categorias gramaticais. Gramaticalização e reanálise, no entanto, são dois fenômenos independentes, pois nem sempre que a reanálise se instancia numa categoria lexical muda para gramatical ou amplia um *status* gramatical pré-existente, ou vice-versa. A reanálise pode ocorrer, por exemplo, em um caso de lexicalização.

No quadro a seguir apresentamos os principais pontos diferenciadores da atuação da metáfora e da metonímia:

QUADRO IV: DIFERENÇAS PRINCIPAIS ENTRE A ATUAÇÃO DA METÁFORA E DA METONÍMIA

METÁFORA	METONÍMIA
representa membros de um domínio semântico em termos de outro	indicia, aponta significados que estão implícitos
especifica uma coisa, usualmente mais complexa, em termos de outra não presente no contexto	especifica um significado em termos de outro que está presente, ainda que de forma não explícita no contexto
opera através da analogia	opera através da reanálise

Tanto Heine *et alii* (1991) quanto Hopper & Traugott (1993) consideram a metáfora e a metonímia como mecanismos co-responsáveis pela GR. Nos parágrafos a seguir, apresentaremos a maneira como essa co-responsabilidade é exercida nos processos de mudança que levam à GR, segundo a visão de Heine *et alii* (1991).

4.3. Da correlação entre metáfora e metonímia no processo de gramaticalização

Para Heine *et alii* (1991), a metáfora (do tipo emergente)

pressupõe algum tipo de metonímia, e estes mecanismos não são mutuamente exclusivos e sim complementares. Referindo-se a Goossens (1980), esses autores citam os dois principais modelos pelos quais a metáfora e a metonímia interagem. Um no qual a metonímia funciona dentro da metáfora e a expressão é basicamente metafórica, porém é integrada pela metonímia. E outro no qual a metáfora e a metonímia coexistem: a interpretação pode ser derivada tanto metafórica quanto metonimicamente.

O desenvolvimento de um item gramatical a partir de um item lexical pode requerer um estágio intermediário através do qual domínios conceptuais distintos são estendidos por meio de um mecanismo metonímico. Heine *et alii* (*op. cit.*) sugerem uma análise a partir da proposta de Traugott & König (1989) na qual a metonímia serve para resolver problemas relativos à informação e à comunicação, agindo como uma espécie de “intensificador de informatividade”.

Na re-interpretação induzida pelo contexto, ocorreria um tipo de manipulação pragmática do discurso, através da qual a interpretação das expressões dos conceitos estaria sujeita a fatores contextuais. Este seria o processo responsável pelo surgimento da metonímia. A manipulação envolveria, de maneira idealizada, os seguintes estágios:

“Estágio I: Em adição ao sentido nuclear A, uma dada forma lingüística F adquire um sentido adicional B quando ocorre em um contexto específico C. Isto pode resultar em ambigüidade semântica, desde que os sentidos A ou B possam estar igualmente implícitos no contexto C. Qualquer desses dois sentidos potencialmente utilizáveis são, mas não necessariamente, dependentes da situação de comunicação relevante. É igualmente possível que o falante queira dizer A e o ouvinte interprete como B ou que o ouvinte entenda B

enquanto o falante pretende conduzir a interpretação para A.

Estágio II: A existência do sentido B agora possibilita que forma relevante seja usada em novos contextos compatíveis com B, mas que excluam o sentido A

Estágio III: B é convencionalizado, pode-se dizer que ele forma um foco secundário caracterizado por propriedades contidas em elementos não presentes em A - com o efeito que F agora tem dois "polissemas", A e B, os quais podem desenvolver-se, e eventualmente, tornarem-se homófonos. (Heine et alii, 1991: 71-72)

A re-interpretação induzida pelo contexto é entendida por perspectivas diferentes. Assim, a emergência das formas seria resultado, a) de uma implicatura conversacional generalizada (*invited inference*), b) de uma estratégia cognitiva conhecida como "perspectivização". Através desta, os diferentes usos de uma forma lingüística (F) tendem a salientar diferentes componentes ou sentidos (B) daquela forma. Trata-se de um processo que gradualmente se torna obscuro; e ainda, c) resultado de "esquematisação", que se refere ao uso diário de um conceito mais concreto (A) em diferentes contextos, em que as similaridades estão em primeiro e as diferenças em segundo plano, resultando em um esquema (B) que representa a idealização de um conceito; e, d) de uma "extensão prototípica", que pode acontecer quando, em contextos específicos, certos casos ou atributos de uma categoria são evidenciados.

O esquema de estágios e as perspectivas anteriormente apresentadas sugerem que a reinterpretação induzida pelo contexto pode ser motivada tanto pragmática quanto cognitivamente, e que o componente metafórico da GR envolve a transferência de um domínio conceitual mais concreto, do sentido A, para outro domínio mais abstrato,

onde está o B.

No componente metonímico, a transição do estágio I, através do estágio II, para o estágio III é contínua. Reflete um processo através do qual um dado contexto solicita uma interpretação conceptual específica, que é concreta no estágio I, que pode ser tanto concreta quanto abstrata no estágio II, e é abstrata no estágio III.

Heine *et alii* (1991) exemplificam a complementariedade entre a metáfora e a metonímia no processo de GR por meio da transição de um significado espacial para um significado aspectual no Inglês. A mudança de foco de um significado espacial para um significado não espacial seria resultado de uma força metonímica, e o resultado final seria descrito em termos de uma transferência metafórica de um domínio mais concreto - do espaço -, para um domínio mais abstrato - do aspecto verbal. Esta transferência se inicia com as implicaturas conversacionais conduzidas para uma estrutura metonímica. Implicaturas que são sempre unidirecionais: conceitos espaciais licenciam implicaturas temporais, mas não vice-versa. A direção da metonímia na GR é fixa, sempre do domínio mais concreto para o mais abstrato.

Os componentes metonímicos e metafóricos da GR teriam uma estrutura comum :

$$A \rightarrow A, B \rightarrow B$$

Essa estrutura sugere que, na transição de uma entidade conceitual A para B, há um estágio intermediário (A, B), quando as entidades de origem e as que lhe sucedem coexistem no sistema lingüístico. Tais estágios são responsáveis por ambigüidades e variações nas línguas.

Neves (1997:135) apresenta a proposta da correlação metáfora-metonímia de Heine *et alii* (1991) para explicar a GR:

“(...)como uma extensão gradual do uso de uma entidade original. Dois mecanismos estão aí envolvidos: transferência conceptual (que é metafórica e se relaciona com diferentes domínios cognitivos) e reinterpretção induzida pelo contexto (que é metonímica e resulta em conceitos interseccionados)”.

Apesar do reconhecimento da co-atuação da metáfora e da metonímia no processo de GR, questiona-se a preponderância de um desses mecanismos nos diferentes tipos de mudanças gramaticais, dependendo do domínio em questão. Por exemplo, Traugott & König (1991:213) observam que a atuação da metonímia é fortemente relacionada às mudanças em direção aos significados que exprimem crença ou atitudes de subjetividade, domínio ao qual pertence a modalidade epistêmica. Sweetser (1990), ao contrário, vê a metáfora como o principal mecanismo desencadeador das mudanças em direção aos significados de modalidade, agindo como uma espécie de “mapeamento reduzido” de um significado mais básico (raiz) ou como a extensão de um sentido modal superordenado.

O domínio da modalidade é reconhecido como um campo muito fértil para o desenvolvimento de processos de GR e será um dos focos de interesse em nossa pesquisa, por isso escolhemos a modalidade, principalmente do tipo epistêmica, como o assunto do capítulo a seguir, no qual apresentaremos conceitos e tipologias, comentaremos o surgimento de significados epistêmicos em outras línguas, e trataremos da modalidade epistêmica no português do Brasil.

CAPÍTULO II

MODALIDADE

1. Considerações iniciais

A despeito de outras concepções, concebemos a linguagem como um instrumento de interação verbal através do qual os seres humanos comunicam-se entre si. Do mesmo modo, limitamos o tratamento da modalidade, especificamente, ao de uma categoria lingüística responsável pela veiculação das atitudes do falante em relação ao que ele diz, ou seja, com as opiniões e atitudes do falante expressas em uma sentença.

Sob esta perspectiva, já foram feitos muitos estudos sobre modalidade, cuja preocupação primeira é com a definição do termo e a apresentação de uma tipologia das modalidades presentes nos sistemas lingüísticos. Dentre outros, destacamos, Goossens (1985), Palmer (1986) e Hengeveld (1988).

Para Palmer (1986:16), a modalidade é a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante. Sustenta que os itens modalizadores pertencem a uma classe que é intermediária entre as classes abertas (itens lexicais) e classes fechadas (itens gramaticais), e que os itens pertencentes a um sistema modal desenvolveram-se gradualmente, no decorrer do tempo; encontram-se em estágios diferenciados de gramaticalização e originaram-se, na maioria das vezes,

de itens lexicais, verbos plenos.

O autor define a modalidade a partir da distinção entre os elementos de uma sentença: o modal e o proposicional. O proposicional é o que se diz, o conteúdo da asserção. Pode ser negado, questionado ou simplesmente suposto e pode receber outros modos¹¹. O modal diz respeito a tudo o que não pertence ao conteúdo proposicional da sentença. A presença do marcador modal ou a sua substituição por outro elemento equivalente não altera a estrutura da sentença, como em (1) e (1a):

(1¹²) ^S[^M[**Eu acho** que ^P[o H. tá gostando dessa vida]]] (NS)

(1a) ^S[^M[**Parece** que ^P[o H. tá gostando dessa vida]]]

O caráter essencial da modalidade é a subjetividade, os itens modalizadores expressam a opinião ou a atitude do falante em relação à proposição que a sentença expressa ou à situação que a proposição descreve. Segundo Palmer (1986), essa subjetividade é manifestada através de dois tipos principais de modalidade: a Modalidade Epistêmica e a Modalidade Deontica. Essa tipologia não é única, esbarra em outras propostas, como as de Goossens (1985) e as de Hengeveld (1988). A seção a seguir é dedicada à tipologia da modalidade e ao caráter epistêmico da modalidade, ou seja, à modalidade filtrada no conhecimento do falante.

¹¹ “Modos Gramaticais”, por exemplo, imperativo.

¹² Independentemente da numeração que tiverem no *corpus* ou na obra de origem, para melhor sistematização do texto, numeraremos os exemplos em ordem crescente.

2. Tipologias da Modalidade

Para Palmer (1986), a modalidade do tipo Epistêmica - do grego *epistême*, “ciência”, “conhecimento”- situa-se no eixo do conhecimento, crença ou opinião e é indicativa do grau de (des)comprometimento do falante com o que ele diz. Tal (des)comprometimento pode ser resultado de especulação, deduções, comentários do que ouviu falar sobre um determinado assunto ou de aparência baseada em evidências.

A modalidade epistêmica é subdividida em modalidade epistêmica de julgamento e modalidade epistêmica evidencial. Na primeira, estão envolvidas opiniões e conclusões, as proposições são assertadas com dúvida, como hipóteses, e por isso não são passíveis de questionamento e nem de justificação. Na segunda, o falante, baseado em evidências resultantes de dedução, tem uma certa confiança sobre aquilo que diz, e o conteúdo da proposição pode ser questionado e alterado pelo ouvinte.

Esta subdivisão da modalidade epistêmica estaria relacionada à classificação das proposições feita por Givón (1982, *apud* Palmer 1986:53):

- (i) *Proposições que são tomadas como confirmadas, através de conversões diversas, imutáveis pelo ouvinte e que não requerem justificação evidencial;*
- (ii) *Proposições feitas com relativa confiança, admitem mudança pelo ouvinte e requerem ou admitem justificação evidencial;*
- (iii) *Proposições feitas com dúvidas, como hipóteses, e sujeitas a mudar e a evidenciar seu significado.*

O tipo (i) equivaleria às proposições declarativas, o (ii) às evidenciais e o (iii) às de julgamento.

Em certas línguas, o julgamento epistêmico apresenta gradualidade. No Inglês, os modais *MAY* e *MUST* são exemplos de julgamento “fraco” e “forte”, respectivamente. A primeira justificativa para essa gradualidade fica por conta da noção de *possibilidade/necessidade* que há na relação entre esses itens. Apesar de necessidade não ser o aspecto epistêmico predominante, a noção é visualizada em termos de relações lógicas entre possibilidade e necessidade: ‘não possível’ é equivalente a ‘necessariamente não’, e ‘não necessário’ a ‘possivelmente não’.

A segunda justificativa para a gradualidade no julgamento epistêmico tem relação com o tipo de julgamento que está sendo feito. Ao usar o *MUST*, o falante sugere estar convencido da verdade do que diz, baseado na dedução a partir de fatos conhecidos por ele, e quando usa o *MAY*, que denota possibilidade, o falante deixa transparecer uma falta de confiança na proposição expressa. Assim, pode-se falar em dois tipos de modais epistêmicos de julgamento, um no qual o falante indica a validade da informação; e outro que se refere à confiança do falante a respeito do que está dizendo. Esses tipos, no entanto, estão tão intimamente correlacionados que é difícil muitas vezes perceber quando o falante está validando ou indicando a informação.

Por exemplo, em relação aos verbos *MUST* e ao advérbio *certainly*, que são modais fortes, pode-se perceber que o verbo expressa validade e o advérbio confiança; diferença muito difícil de detectar em relação ao verbo *MAY* e aos advérbios *perhaps*, *possibly*, que são modais fracos.

Na maioria das línguas, um mesmo sistema modal epistêmico pode codificar evidencialidade e julgamento, é muito raro um sistema modal puro. Palmer (1986) reconhece, no entanto, como *Citativo* - 'hersay' e 'report' o sistema essencialmente evidencial, a evidência é o que as outras pessoas dizem. Diferentemente do sistema de julgamento em que o falante diz o que considera certo, no evidencial o falante considera o que foi dito por outro. Estes sistemas têm muitos pontos em comum, por exemplo: estão muito relacionados ao discurso, tendem a ligar-se a elementos com função discursiva e ocorrer em afirmativas enfáticas. Além do que, em ambos, as atitudes do falante são sempre relacionadas a fatos conhecidos ou crenças, originários tanto de situações lingüísticas quanto não lingüísticas. E, embora predominantes em sistemas declarativos, ocorrem também em sistemas Dedutivos, Assumptivos e Interrogativos, neste com algumas restrições, pois nem sempre pode-se ter certeza se a interrogação equivale a um questionamento ou se está expressando dúvida, uma noção básica em modalidade.

De acordo com Palmer (1986), as línguas podem ter somente formas reconhecidas como deônticas, e isso faz com que haja ambigüidade no uso dos itens. Uma possível explicação para isso pode ser encontrada em Sweetser (1982, *apud* Palmer 1986:124), que sustenta ser o mundo epistêmico entendido em termos do mundo sociofísico. Ao modal deôntico (*MAY*), potencial ausência de barreira no mundo sociofísico, corresponde o epistêmico (*MAY*), um paralelo no mundo do raciocínio, indicando ausência de barreiras ao processo de raciocínio do falante que envolve as premissas avaliativas e as conclusões expressas.

A modalidade *deôntica* inclui elemento de vontade e está relacionada à ação do falante ou de outra pessoa. Subdivide-se em quatro

tipos: 'diretiva', que se relaciona à tentativa de levar o ouvinte a fazer alguma coisa; 'comissiva', que envolve os atos em que o falante se compromete a fazer algo; 'volitiva' e 'avaliativa', que têm relação com a expressão dos sentimentos e com as atitudes do falante, respectivamente. Para Palmer (1986) os atos avaliativos não são totalmente modais, pois têm relação com proposições factuais, afirmativas; e os atos volitivos podem expressar, além da modalidade deôntica, sentimentos de medo, desejo, esperançaetc.

O autor acrescenta à Modalidade Epistêmica e à Modalidade Deôntica um terceiro tipo, a modalidade Dinâmica, que diz respeito à expressão da habilidade e da disposição do sujeito. Nela está incluída a modalidade 'neutra' ou 'circunstancial' e a 'modalidade orientada para o sujeito', a primeira é exemplificada pelo uso de *MUST* em (2) e a segunda por *WILL* em (3):

(2) *You must go now if you wish to catch the bus*

(3) *He will come, if you ask him*

Nem sempre é possível distinguir a modalidade neutra da modalidade deôntica. Há uma linha muito tênue separando o uso de modal para indicar que a permissibilidade ou possibilidade da ação é uma habilidade do sujeito ou que está associada ao falante.

Uma segunda proposta tipológica para a Modalidade provém de Goossens (1985) para quem a modalidade também atua num nível tridimensional. Para Goossens (1985), além das modalidades epistêmica e deôntica haveria um terceiro tipo, a modalidade 'facultativa'. A modalidade facultativa estaria relacionada com significados de

capacidade e de volição, como em (4) e (5). Outra diferença em relação a Palmer (1986) é que seriam relacionados à modalidade deôntica às expressões de permissão e obrigação (p.204):

(4) *He can swim*

(5) *She won't come (= 'refuses to')*

Goossens (1985) pretende direcionar a análise da modalidade de acordo com os princípios da gramática funcional, pois tratando-se de um instrumento de interação através do qual o falante revela suas atitudes em relação ao que diz, somente uma proposta de análise da língua em uso poderia descrever a modalidade de maneira mais satisfatória, ainda que para isso seja necessário fazer adaptações na sistemática da teoria funcional.

E é com vistas a oferecer à modalidade, entre outros elementos lingüísticos, um tratamento que considere a sentença como portadora de um conteúdo/mensagem e, simultaneamente, como um elemento de interação que Hengeveld (1989) propõe uma representação estrutural da sentença em camadas.

Segundo esta representação, a análise dos enunciados pode se dar em dois níveis: um no qual um estado-de-coisas é descrito de modo a dar ao receptor condições de compreender se a situação referida é real ou hipotética, diz respeito ao evento descrito, - o nível representacional -; e outro, no qual essa situação é representada de modo a dar ao receptor condições de reconhecer qual a intenção comunicativa do falante, diz respeito ao evento de fala - é o nível interpessoal.

Daí podem-se depreender duas funções para uma predicação (expressão lingüística): designação de um estado-de-coisas e representação do conteúdo de um ato de fala. Funções às quais Hengeveld (1988) se refere usando os termos “predicação” e “proposição”, respectivamente.

Tal como o funcionalismo praticado por Dick (1989), entre outros, Hengeveld (1988) vê a organização estrutural da frase a partir de uma base, o “predicado”, que designa propriedades ou relações e ao qual estão vinculados um certo número de termos que se referem a entidades. A relação entre o predicado e seus termos vai resultar na “predicação”, que designa um estado-de-coisas, ou algo que pode ocorrer num mundo real ou imaginário, ser localizado no tempo e no espaço, ter uma certa duração, ser percebido de alguma maneira.

A predicação pode estar localizada em uma estrutura de ordem mais alta, “a proposição”, que designa um “conteúdo proposicional” ou “fato possível”. Como fato, pode ser reconhecido, provocar dúvidas, ser negado, considerado verdadeiro ou falso. A combinação de uma proposição com uma força ilocucionária - mecanismo lingüístico que indica a intenção comunicativa - constitui a “frase”, a “cláusula”.

As unidades lingüísticas que atuam individualmente em cada um desses níveis da estrutura frasal são chamadas variáveis. Cada uma das funções da predicação e suas relações com o nível e a unidade estrutural correspondente, a referência e a variável (unidade lingüística) atuantes em cada camada da estrutura frasal é observada no quadro a seguir, adaptado a partir de Hengeveld (1988 *apud* Dall’Aglio-Hattner 1995:55).

QUADRO V: AS CAMADAS ESTRUTURAIS DA ESTRUTURA FRASAL

FUNÇÃO	NÍVEL	UNIDADE ESTRUTURAL	REFERÊNCIA	VARIÁVEL
INTERPESSOAL	4	cláusula	ato de fala	E
	3	proposição	fato possível	X
REPRESENTACIONAL	2	predicação	estado-de-coisas	e
	1	predicado	propriedade/relação	x

Dall’Aglia-Hattner (1995:55) resume a relação que ocorre nas camadas da estrutura frasal como:

“A partir do nível mais externo, (...), dentro de um ato de fala (E), um conteúdo proposicional (X) é comunicado, fazendo-se, dentro dele referência a um estado de coisas (e) do qual participam alguns indivíduos (x).”

A representação da estrutura frasal em camadas autoriza o exame do enunciado a partir da distinção do escopo (alcance) dos diferentes operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais) que atuam interferindo em cada uma das etapas. Exame que permite explicar as relações de modalização e é básico para a definição da tipologia da modalidade proposta por Hengeveld (1988:233), que distingue três tipos de modalidade: *modalidade inerente, modalidade objetiva e modalidade epistemológica*.

A modalidade *inerente* diz respeito a todos os meios lingüísticos com que o falante pode caracterizar a relação entre um participante de um estado-de-coisas e a potencial realização desse estado-

de-coisas (EC). À modalidade inerente relacionam-se habilidade, volição, obrigação e permissão.

No domínio da modalidade *objetiva* estão todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar o estatuto de realidade de um EC. Tais avaliações são baseadas ou no conhecimento de situações possíveis num universo hipotetizado (avaliação epistêmica) ou num conhecimento de situações possíveis relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais (avaliação deôntica). Muitas línguas, no entanto, não distinguem sistematicamente entre esses tipos de conhecimento, conforme Palmer (1986) já mencionara e nos referimos alhures.

A modalidade *epistemológica* é definida como todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição. Hengeveld (1988) sugere que o grau de comprometimento do falante com a verdade do conteúdo da predicação está diretamente relacionado à origem da informação contida na predicação e propõe uma subdivisão para a modalidade epistemológica: a modalidade *subjativa* e a *evidencial*.

Na modalização subjativa a proposição não pode ser questionada, não pode ser hipotetizada através de uma sentença condicional e só pode ser formulada em termos positivos, o falante posiciona-se como a fonte e o julgador da informação contida na predicação. A modalidade subjativa bifurca-se em *epistêmica* e *boulomaica*. Na primeira o evento é um construto - pensamento, crença, fantasia - do próprio falante, pode estar nos níveis da certeza, da probabilidade e da possibilidade, que reflete um grau decrescente de comprometimento do falante com o que afirma na proposição. Entre os

itens modalizadores subjetivos estariam alguns advérbios e algumas formas verbais em primeira pessoa do tempo presente do indicativo, um exemplo no português seria a forma “eu acho”.

Na modalidade subjetiva boulomaica o falante mostra que ele é a fonte da informação ao expressar seus desejos e esperanças e indica, com isso, um comprometimento emocional.

Na modalidade epistemológica *evidencial*, embora o falante esteja fazendo um julgamento sobre a informação codificada pela proposição, este pode não se apresentar como a fonte de tal informação. O evento pode ser caracterizado como inferido - modalidade evidencial *inferencial* -, ser relatado a partir de uma outra fonte - modalidade evidencial - *citativa* -, ou caracterizado como sendo experienciado por uma outra fonte - modalidade evidencial *experiencial*.

Hengeveld (1988:240) esquematiza a distinção entre os tipos de modalidade epistemológica. Resumimos este esquema e os tipos de modalidade anteriormente descritos nos quadros VI e VII, a seguir:

QUADRO VI :MODALIDADE EPISTEMOLÓGICA

SUBJETIVA	Epistêmica	certeza (comprometimento forte) probabilidade (crença) possibilidade(comprometimento fraco)
	Boulomaica	desejos, esperanças <i>etc.</i>
EVIDENCIAL	Inferencial Citativa Experiencial	

QUADRO VII: TIPOLOGIAS DA MODALIDADE

GOOSSENS (1985)	PALMER (1986)	HENGEVELD (1988)
<p>EPISTÊMICA O falante qualifica subjetivamente um estado de coisas no domínio do possível, provável, certo.</p>	<p>EPISTÊMICA Indicativa do grau de comprometimento do falante com o valor de verdade do que diz, compreende:</p> <p>a) julgamentos: opiniões e conclusões. As proposições são assertadas com dúvidas, como hipóteses.</p> <p>b) evidências: resultante de dedução. As proposições são afirmadas com certa confiança.</p>	<p>EPISTEMOLÓGICA Todos os meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição. Pode ser:</p> <p>a) subjetiva: o falante posiciona-se como a fonte da informação contida na proposição e indica o seu grau de comprometimento.</p> <p>b) evidencial: o falante especifica a origem da proposição (como chegou ao seu conhecimento).</p>
<p>DEÔNICA Relacionada a significados de permissão e obrigação.</p>	<p>DEÔNICA Contém um elemento de vontade e envolve a ação do falante ou de outra pessoa.</p>	<p>OBJETIVA Meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar o estatuto da realidade de um EC. Pode ser:</p> <p>a) epistêmica: baseada no conhecimento de situações possíveis ou num universo hipotetizado.</p> <p>b) deônica: baseada num conhecimento de situações possíveis relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais.</p>
<p>FACULTATIVA Relacionada a significados de capacidade e de volição.</p>	<p>DINÂMICA Expressão da capacidade e da disposição do sujeito.</p>	<p>INERENTE Meios lingüísticos através do quais o falante pode caracterizar a relação entre um participante de um estado-de-coisas e a potencial realização desse estado-de-coisas (EC). Relaciona-se à habilidade, volição, obrigação, permissão.</p>

A descrição anterior nos permite concluir que as modalidades inerente e objetiva estão no nível da predicação - têm relação com a caracterização e a avaliação de um EC -, e que a modalidade epistemológica está no nível da proposição - trata-se da atitude do falante em relação ao conteúdo do ato de fala.

Procuraremos adaptar, em nossa análise, a noção da modalidade como resultado de um processo de gramaticalização de itens lexicais proposta por Palmer (1986) à noção da estrutura lingüística em camadas de Hengeveld (1988). Deste último, é também a tipologia que optamos, pois vincula semântica, sintaxe e pragmática, níveis atingidos pela gramaticalização. Ressaltamos, porém, que estaremos chamando de modais epistêmicos os elementos do eixo do conhecimento que se situam tanto no nível da predicação quanto da proposição, dentre os quais, os verbos e os advérbios modais¹³.

Neves (1996) também utilizou o termo epistêmico de maneira indistinta em seu estudo sobre a manifestação da modalidade no português culto do Brasil¹⁴, pesquisa de cunho funcionalista, na mesma linha de Goossens (1985) e Hengeveld (1989). A autora leva em consideração a diferenciação, quanto a natureza, entre as modalidades lógica e lingüística, e trata do estatuto e da categorização desta última.

Também segundo a abordagem funcionalista, e considerando a variante culta, o estudo de Castilho & Castilho (1996) sobre os 'advérbios

¹³Hengeveld (1986) distingue entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva de acordo com a classe de palavras, naquelas estariam os advérbios e nestas os adjetivos.

¹⁴Trabalho integrante do projeto NURC/BR para elaboração de uma gramática do português falado.

modalizadores', tem oferecido subsídios para o entendimento da manifestação da modalidade epistêmica no PB.

Os trabalhos de Neves (1996) e Castilho (1996) nos servirão como referência no trato com a modalidade epistêmica no PB e por isso serão evidenciados a partir de então.

3. A Modalidade Epistêmica no português do Brasil

Segundo Neves (1996), a avaliação epistêmica estaria situada em um ponto do *continuum* que parte do *certo* (limite preciso) e se "*estende pelos limites e indefinidos graus do possível*". Os pontos intermediários deste espaço, que estão no domínio das relativizações, são preenchido por recursos lingüísticos disponíveis, em conformidade com a intenção comunicativa do falante.

O conhecimento do falante sobre um estado-de-coisas, no nível da predicação, ou sobre o valor de verdade da proposição é que vai determinar a variação da qualificação epistêmica. Qualificação que se instancia no ponto extremo da *certeza*, quando o avaliador anuncia como verdadeiro o conteúdo do que enuncia, ao fazer uma asserção afirmativa ou negativa, isenta de dúvida. Quando o falante faz relativizações passa para a incerteza, para a *não-certeza*, o campo do *provável* e/ou do *possível*.

Para a autora a qualificação epistêmica de um estado-de-coisas se mostra independente da avaliação do falante, acontece fora do enunciado, que não acontece em primeira pessoa. Estratégia que sugere um distanciamento do enunciador e outorga maior autoridade às suas

declarações. Dentre os instrumentos lingüísticos usados para indicar esse tipo de qualificação epistêmica no PB estão o uso de subordinação a uma oração unipessoal ou a uma oração de cópula ou até a atribuição da declaração a terceiros, como nos exemplos a seguir:

(6) é impossível fazer tanto processo

(7) a verdade é que tanto no sexo feminino quanto no masculino há sempre uma produção significativa embora pequena mas de hormônio do sexo oposto

(8) mas tem quem diga que não que a sociologia do direito é estudada por quem faz ciência social

Ao qualificar epistemicamente uma proposição o falante assume seu enunciado, posicionando-se em relação à avaliação do seu valor de verdade. O falante pode formular ou não o seu enunciado em primeira pessoa. Quando utiliza a primeira pessoa para falar de algo de que não tem certeza, que está no nível da possibilidade, o falante cria condições para registrar sua opinião. Neves (1996) detectou grande número de ocorrências com verbos de 'opinião' e 'crença' em primeira pessoa do singular. A *não-certeza* torna o uso do *eu acho/acredito* quase imprescindível:

(9) Eu acho que se sair antes das seis horas da manhã, sai melhor

(10) Eu confesso a você que acho que a única esse negócio de () eu acho que tá muito certo

(11) não acredito ...é...não acredito que haja problemas de abastecimento

O falante faz ressalvas às suas declarações usando os mais variados recursos. Além dos verbos acima mencionados, utiliza-se de advérbios, substantivos e mecanismos prosódicos para localizar sua

avaliação entre os pontos extremos da modalização epistêmica: a certeza (*precisão*) e a não- certeza (*imprecisão*).

Considerando-se como a fonte do conhecimento, o falante apoia sua certeza/precisão na *evidência* e sua não- certeza/imprecisão na *aparência*. Certeza/precisão/evidência implicam em *absolutização* garantida pelo conhecimento do enunciador, enquanto não- certeza/imprecisão/aparência implicam uma *relativização* que se justifica pelo *não-conhecimento* ou *desconhecimento*.

Neves (1996) propõe uma ordenação hierárquica entre as categorias qualificacionais que afetam o EC, ou seja, entre os três tipos de modalidade e entre estes e as qualificações de tempo, aspecto, polaridade e força ilocucionária. Ordenação que leva em consideração a tipologia semântica dos EC, proposta por Dick (1989 *apud* Neves 1996:175), cujos principais parâmetros são as propriedades a seguir:

- ± Dinâmico [± din]
- ± Télico [± tel]
- ± Momentâneo [± mom]
- ± Controle [± con]
- ± Experiência [± exp]

Os traços [+ din] [- din] configuram Eventos e Situações, são mais gerais, e a sua combinação com os traços [+con] [-con] originam a tipologia:

- [+din] [+con]: Ação (Evento)
- [+din] [-con]: Processo (Evento)
- [-din] [+con]: Posição (Situação)
- [-din] [-con]: Estado (Situação)

A atribuição dos traços [+tel] e [-tel] aos estados-de-coisas

dinâmicos leva à seguinte tipologia:

[+din] [+con] [+tel]: Realização (Evento, Ação)

[+din] [+con] [-tel]: Atividade (Evento, Ação)

[+din] [-con] [-tel]: Mudança (Evento, Processo)

[+din] [-con] [-tel]: Dinamismo (Evento, Processo)

A observância dessa tipologia de traços e o percurso por entre as diversas camadas representacionais dos enunciados vai permitir com que se perceba a ordem hierárquica na qual os estados-de-coisas são afetados.

No que diz respeito à modalidade epistêmica Neves (1996:190-193) observa que:

1) Um estado-de-coisas [+ tel] não admite este tipo de modalização:

(12) eu estudei mas não me apresentei quase nada ...

(12a) * *foi provável* eu estudar mas *não foi provável* eu me apresentar

Ao comparar também a incidência da modalidade deôntica, a autora sugere que o estado-de-coisas mais amplamente modalizável é o que conjuga os traços [+din] [+con] [-tel], (Evento, Ação, Atividade), já que aceita tanto certeza/possibilidade epistêmica quanto obrigação/permissão deôntica, como mostram os exemplos (13), (13a) e (13b), respectivamente:

(13) os animais iam hibernar outros....imigravam para lugares mais quentes

(13a) *era provável* animais irem hibernar *era provável* outros imigrarem para lugares mais quentes

(13b) *era proibido/permitido* os animais irem hibernar *era proibido/permitido* outros imigrarem para lugares mais quentes

2) O estado-de-coisas menos modalizável seria o que conjuga os traços [+din] [-con] [+tel] (Evento, Processo, Mudança):

(14) elas (as galinhas) morreram sufocadas

(14a) **foi provável* elas morrerem sufocadas

(14b) **foi proibido/permitido* elas morrerem sufocadas

3) Os estados-de-coisas [-din] (Situações) - Estados ou Posições -, sempre [-tel], aceitam a modalidade epistêmica em todas as circunstâncias:

(15) portanto não existe a a cor

(15a) portanto não *é provável* existir a cor

4) Quanto à diferença de nível em que ocorre a modalização, o nível da predicação pode receber aspectualização como em (16), mas não pode receber internamente modalização de nível proposicional, como ilustra o exemplo (16a):

(16) nós vemos que *durante todo esse período de estudo* há uma imprecisão com relação ao termo síntese

(16a) *nós vemos que *provavelmente* há uma imprecisão com relação ao termo síntese

No nível da proposição, no entanto, pode ocorrer modalização da predicação, como em (17):

(17) Eu sei que *provavelmente* ali que eu aprendi

5) A análise da organização em camadas permite que se observe a presença em um enunciado de dois modalizadores aparentemente contrários entre si, como em “*É certamente possível que ele venha*”. O que acontece é que a *nominalização de possibilidade* opera sobre a predicação “ele vem”, e a crença do falante, “*eu sei/certamente*” opera sobre a proposição já modalizada. Possibilidade e crença são

independentes, a primeira é propriedade da proposição e a crença é exclusiva do falante. Outro fator que afetaria a modalidade epistêmica seria a atenuação ou a asseveração da força ilocucionária, que está em um nível hierárquico superior ao da modalidade.

6) Ainda que atuando na mesma camada, as modalidades epistêmica e deôntica não incidem sobre os mesmos elementos. A modalidade epistêmica pode, no entanto, incidir sobre o modalizador deôntico, embora a recíproca não seja verdadeira, como em (18) e (18a) e (18b):

(18) Eu acho que a gente tem que ver o aproveitamento do estudante

(18a) É possível que a gente tenha que ver o aproveitamento do estudante

(18b) *É obrigatório que seja possível a gente ver o aproveitamento do estudante

Em suas considerações finais, Neves (1996) reforça a relação direta da modalidade com a intenção comunicativa e a utilização de elementos modalizadores como estratégias para sinalizar uma certa distância do falante em relação ao enunciado que produz. Para conseguir seu intento, o falante recorre à grande variedade de itens para codificar a modalidade que o repertório lingüístico possui, entre esses itens estão alguns advérbios.

Castilho & Castilho (1996) estudaram, sob a ótica funcionalista, o grupo dos advérbios modalizadores. Os autores propõem uma descrição a partir do comportamento sintático-semântico desses elementos, e para a classificação levou-se em consideração o grau de avaliação envolvida.

Os advérbios modais epistêmicos no português falado culto do Brasil compreendem, então, três subclasses: os *Asseverativos*, os *Quase-*

Asseverativos e os Delimitadores.

Os Asseverativos sinalizam que o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição quando faz uma afirmação ou negação que não permite dúvidas. Estão no nível da necessidade epistêmica. Têm o efeito de enfatizar o conteúdo proposicional, pois são utilizados pelo falante para demonstrar uma forte adesão ao que enuncia. Exemplificam esta subclasse: *realmente, evidentemente, absolutamente*.

Os Quase-Asseverativos indicam que o falante não tem certeza a respeito da verdade do conteúdo do que assevera, que depende de confirmação, razão que o leva a querer mostrar-se livre de qualquer responsabilidade sobre a verdade ou falsidade da proposição. A proposição está no nível da possibilidade epistêmica, do qual provém uma baixa adesão do falante em relação ao conteúdo proposicional. Dentre estes estão os predicadores Quase-Asseverativos “*eu acho, ”eu suponho*”, “*é provável que P*” e os advérbios *talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente*.

Diferentemente de Neves (1996:186), para quem os *hedges* não modalizam o enunciado, mas apenas limitam a predicação ou parte dela, Castilho & Castilho (1996) classificam esses elementos como advérbios modalizadores epistêmicos Delimitadores. Para esses autores os *hedges* “*estabelecem os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo de P. Eles, por assim dizer, “cercam” a proposição (...) (p.222)*”. Os Delimitadores detêm uma força ilocucionária superior aos “asseverativos” e “quase-asseverativos” porque implicam uma negociação entre os interlocutores sem a qual o diálogo não se mantém. São exemplos de Delimitadores: *quase, um tipo de, uma espécie de, praticamente, geralmente*.

Na descrição dos advérbios modalizadores Castilho & Castilho (1996) consideraram aspectos semânticos e sintáticos.

Em relação aos aspectos sintáticos observou-se que, ao verbalizarem as avaliações do falante sobre as significações proposicionais, os modalizadores estariam agindo como uma espécie de hiperpredicadores que têm por escopo o conteúdo da proposição P, sobre o qual se estabelece uma relação de dependência. Os aspectos sintáticos postos em evidência foram: a posição dos modalizadores, a combinação entre os membros dessas classes e o estatuto sintático dos modalizadores.

A grande mobilidade apresentada pelos advérbios na cadeia da fala levou os autores a considerarem dois espaços de configuração para esses elementos (p. 226-227):

1) *A disposição do modalizador na estrutura sintagmática da Sentença*¹⁵:

a) GN / N _ Adj/

/ SN _ SP/

/ SP _ SP/

b) GV V aux _ V auxiliado

prep _ V infinitivo

2) *A disposição do modalizador na estrutura funcional da sentença, a partir do seguinte recorte do enunciado:*

Posição 1 Posições 3 e 4 Posição 2

/ _ CO _ MD _ TOP _ [_ SU _ { V } _ x _ prep _ Y _ _ ANT _ MD /

{ N^V }

I I S S F] F

Posição 1: Modalizadores à esquerda de S

¹⁵GN: grupo nominal, GV: grupo verbal

Posição 2: Modalizadores à direita de S

Posição 3: Modalizadores antes ou depois do sujeito

Posição 4: Modalizadores entre o V (ou sua nominalização) e seus argumentos, preposicionados ou não.

I= elementos periféricos à S, localizados à sua esquerda:

CO: conectivo

MD: marcador discursivo

TÓP: tópico

F= elementos periféricos à S, localizados à sua direita:

ANT: antitópico

S: sentença:

SU: sujeito

V: verbo

N^V: nominalização do verbo

xy: argumentos internos

prep: preposição

V lig: verbo de ligação (N é Adj; N é N; é N)

Em relação à combinação dos modalizadores com outros advérbios a intenção dos pesquisadores era confirmar os princípios “advérbios que co-ocorrem integram a mesma classe”, “advérbios em distribuição complementar integram classes diferentes”.

Quanto ao estatuto sintático dos modalizadores, Castilho & Castilho (1996) procuraram identificar quão integrados estão o advérbio e o verbo da sentença. Os termos “Advérbio de Constituinte” (AdvC) ou “Adjunto” identificam aqueles que possuem um forte grau de integração, “Advérbio de Sentença” (AdvS) ou “Disjunto” referem-se ao elemento de integração fraca.

Os AdvS são reconhecidos por sua capacidade de receberem as paráfrases i, ii e iii, a seguir, e não possuírem as propriedades dos AdvC, quais sejam, receberem focalização por *é que*, receberem a negação, inclusive a dupla negação; e figurarem como escopo dos advérbios de inclusão *somente e inclusive*.

i: "*é Adj que P*",

ii "*é uma NAdv que P*", e

iii: "*Falando Adv P*"

Para Castilho e Castilho (1996), a descrição dos aspectos semânticos esbarra na dificuldade em se identificar o sentido exato que o falante quis dar ao advérbio. Particularidade que os leva, antes de prosseguirem a descrição, a questionarem sobre a maneira como as línguas administram a significação e sobre a atuação dos advérbios na criação dos sentidos.

Tentando responder ao primeiro questionamento, recorrem à "Teoria da Cebola", de Dascal (1986), para a qual apresentam uma versão reformulada. Os falantes administrariam a significação centralizando suas intenções comunicativas em três camadas diferentes: a proposicional, a modal e a pragmática.

Na camada proposicional, as significações sucedem das operações semânticas "*falar de*" (selecionar um TEMA) e "*falar que*" (formular uma declaração a partir do REMA). Os advérbios ali atuantes são modificadores e predicadores típicos e as significações produzidas destacam a função informacional das línguas.

Na camada modal, as significações procedem das avaliações que o falante promove a respeito do que ele declara na camada proposicional. Os advérbios atuantes na camada modal são aqueles

modalizadores através dos quais o falante expressa suas emoções e expectativas em relação à proposição, que pode ser considerada como conhecimento ou crença, como permissão ou obrigação.

Na camada pragmática, as significações situam-se no espaço existente entre os falantes e as formas portadoras das significações presentes nas camadas proposicional e modal, os itens lexicais, gramaticais e suprasegmentais. Castilho & Castilho (1996:229) definem esse espaço:

“Esse espaço compreende as molduras dentro das quais os falantes se encaixam, as inferências e as pressuposições com que recheiam a interlocução, as relações de simetria e assimetria entre falante e interlocutor e suas conseqüências na codificação / decodificação da mensagem etc.

Essas significações sublinham o lado social da língua e sua representação se faz por meio dos operadores pragmáticos conhecidos como “expletivos”, “partículas”, “palavras de difícil classificação”, freqüentemente outros tantos usos adverbiais.”

“A Teoria da Cebola” mostra que os processos semânticos podem ser sistematizados e seu autor elege as significações proposicionais como hierarquicamente centrais em relação às significações das outras camadas. Para isso, deve-se levar em consideração a aplicação da teoria a uma língua natural, no aspecto concernente à constituição das significações, e também o fato de os advérbios insinuarem ter trânsito livre em todas as camadas.

Desse modo, segundo os autores, os falantes recorrem aos advérbios nos três níveis: na camada proposicional os advérbios ajudam a construir um conteúdo proposicional através da modificação e da verificação dos constituintes sentenciais; na camada modal o falante expressa sua avaliação sobre o conteúdo e a força da proposição, e na camada pragmática os advérbios correlacionam o falante e seu

interlocutor, envolvidos numa conversação, com o conteúdo das proposições que estão sendo criadas. Essa grande potencialidade dos advérbios seria o fator responsável pela complexidade das situações que eles desenvolvem nas sentenças.

Quanto à atuação dos advérbios na criação dos sentidos, a hipótese proposta é a de que eles podem assumir um dos seguintes valores: *o valor prototípico*, *o valor paragógico* e *o valor complexo*.

Um advérbio modalizador de valor prototípico tem um só escopo, toda a sentença produz um só efeito de sentido reconhecível, como norteia o exemplo abaixo:

(19) *realmente*...os filmes eram muito ruins

Ao assumir um valor paragógico ou agregado, junta-se um segundo valor ao valor prototípico, e o advérbio modalizador tem simultaneamente dois escopos, atua em direções opostas na sentença, o que vai fazer gerar mais de um efeito de sentido. Por exemplo, quando alguém diz:

(20) As frutas estavam *realmente* caras

o escopo de *realmente* pode ser toda a sentença e o advérbio ter o valor prototípico de que é uma realidade que as frutas estavam caras ou ainda, o escopo pode ser apenas o predicativo e o elemento ter um valor agregado de intensificação, realce do fato das frutas estarem (muito) caras.

O valor complexo advém da combinação verbo-advérbio e também faz gerar dois sentidos. Por atuação metafórica, o advérbio modal prototípico é neutralizado e atinge um outro grau de modalização. O valor prototípico é desviado para o interior da sentença na situação de comunicação e chega ao plano da perspectiva do falante; assim, a asseveração passa a ser uma quase asseveração, uma possibilidade

epistêmica. No exemplo abaixo,

(21) essa turma *seguramente* entrará em G3 a não ser que faça um esforço
o advérbio combina com um futuro do presente do indicativo, e o valor prototípico de modalizador da proposição “sai”, “desliza” da asseveração para a quase-asseveração. A proposição é avaliada então como uma possibilidade epistêmica e pode ser parafraseada por:

(21a) *eu acho* que essa turma entrará em G3

(21b) talvez essa turma entre em G3

(21c) é provável que essa turma entre em G3

O valor complexo é percebido porque o advérbio modalizador se desloca das camadas proposicional e modal para a camada pragmática, e retém traços de sua atuação de origem. No exemplo (21), então, o falante está seguro de que o conteúdo da proposição não pode ser asseverado, “*é a certeza do falante sobre a incerteza do conteúdo proposicional.*”

Para a descrição dos advérbios modalizadores Castilho & Castilho (1996) analisaram um item de cada tipo apurado no *corpus*. Os advérbios modalizadores quase-asseverativos, corresponderam a 33% dos epistêmicos, os mais recorrentes foram “*assim*”, “*talvez*” e “*provavelmente*”.

Em relação aos dois últimos itens, sobre os quais recai nosso interesse, o “*talvez*” revelou que funciona como um AdvC e apresenta as seguintes distribuições na cadeia da fala:

I: Posições 1 (à esquerda de S) e 2 (à direita de S)

(22) ...ou *talvez* os estudantes de medicina eles tenham aula os primeiros anos

(23) tudo tá posto no devido lugar somente uma certa dramaticidade excessiva e de mau gosto *talvez*

II: Posição 3:

SU _ V:

(24) ...foi o Mobral *talvez* que conscientizou politicamente o povo

III: Posição 4:

V _ x^{tóp} :

(25) essa *talvez* até vocês conheçam

V _ Adj Adv:

(26) uma mesa bem posta () é uma exigência que se faz *talvez* por deformação

Em posição anterior ao verbo, *talvez* favorece o subjuntivo, o que lhe dá um grau maior de incerteza. Quanto seu escopo é o sujeito, favorece o indicativo, e o grau de incerteza diminui. Isso leva os autores a pensarem na possibilidade do *talvez* ter um poder de modificação monovalente e unidirecional, tomando por escopo apenas as classes à sua direita.

Provavelmente mostrou uma forte tendência para ocupar a posição periférica, “típica dos hiperpredicadores”, 60% das ocorrências aconteceram na posição 1. Ocorreram também alguns casos nas posições 3, 4 (SU _ V) e pós-verbal:

(27) porque uma pessoa *provavelmente* será um cliente futuro

(28) seria *provavelmente* um negócio desse jeito aqui

Este modalizador também pode ocorrer em GN nas mais diversas situações: N _ Adj, N _ SP, V _ r, V _ -do, V _ ndo, P2.

Em P1 e P2 *provavelmente* preserva seu valor prototípico (29) e (29a), mas à medida que caminha para dentro de S, esse advérbio demonstra ter um valor agregado de focalização de todo o predicado ou apenas do argumento como em (29b) e (29c). Em relação à combinatória

verbo-adverbial, *provavelmente* não mostra indícios de modificação de seu valor prototípico, parece que há, na verdade, apenas uma gradação da quase-asseveração, conforme podemos observar em (29d) e (29d') a seguir:

(29) *provavelmente* os alunos compraram o livro

(29a) os alunos compraram o livro *provavelmente*

(29b) os alunos *provavelmente* compraram o livro

(29c) os alunos compraram *provavelmente* o livro

(29d) *provavelmente* os alunos comprarão o livro

(29d') *é menos provável* que os alunos tenham comprado o livro

Para tratar do estatuto sentencial de advérbios como *provavelmente* Castilho & Castilho (1996) recorrem a Jackendoff (1972) e Nakajima (1982). O primeiro, ao examinar o estatuto sentencial dos advérbios Afetivos Subjetivos, afirmou que a sentença é uma projeção de um verbo - categoria lexical - e equivale a um V³ que domina os AdvS, as sentenças parentéticas e relativas, o SN sujeito e o Auxiliar. O segundo retoma essas idéias e propõe uma distribuição dos advérbios por diferentes classes de dominância, em grupos que variam de A a D. Os advérbios modalizadores epistêmicos pertenceriam ao Grupo B. Cada classe teria uma subcategorização própria e por isso foi acrescentada mais uma camada à proposta anterior, assim, uma sentença equivaleria a um V⁴. Os advérbios do Grupo B não podem ser focalizados, a não ser quando acompanhados de algum constituinte da sentença principal:

(30) * *foi provavelmente* que Maria se casou com João

(30a) *foi provavelmente* Maria que se casou com João

As principais propriedades do Advérbios Modalizadores detectadas por Castilho & Castilho (1996) foram: a) sua distribuição por

duas classes sintáticas, a dos AdvS - que são hiperpredicadores das sentenças -, e a dos AdvC, b) têm grande mobilidade no eixo sintagmático, o que lhes permite ocupar todas as posições previstas, c) os itens em P1 e P2 têm um só escopo e tendem a ter um valor semântico prototípico, d) os itens em P3 e P4 tendem a produzir valores paragógicos, e) podem ter por escopo só a Sentença ou só um constituinte ou, simultaneamente, no enunciado e na enunciação (o que faz gerar um valor semântico complexo), f) os advérbios podem operar em qualquer camada das línguas naturais (proposicional, modal e pragmática) e a identificação de seu escopo é uma das marcas da imprecisão da linguagem.

Os postulados teóricos que temos apresentado até então, servirão como subsídios para nossa análise do processo de GR desenvolvido pela forma *achar* no PB. A hipótese levantada é a de que, a partir do item lexical *achar*, verbo pleno, desenvolveram-se outros tipos de *achar* que vêm a desempenhar novas funções no discurso, notadamente, as de verbo e a de um elemento com o comportamento muito semelhante ao dos advérbios modais epistêmicos.

Os próximos capítulos, onde explicitaremos nossa análise, terão como pontos básicos:

- a) a apresentação e delimitação dos *corpora*;
- b) a descrição e a análise dos dados encontrados;
- c) as referências histórica e quantitativa dos resultados obtidos; e
- d) a aplicação de princípios gerais de gramaticalização ao *achar*.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DOS *CORPORA*

Subsidiados pelas propostas teórico-metodológicas apresentadas nos capítulos anteriores, pesquisaremos o processo de mudança desenvolvido pela forma *achar* no português do Brasil.

Inicialmente baseamos nossa análise em dados sincrônicos da língua falada e, posteriormente, a partir das hipóteses, estenderemos nossa análise de modo a incluir dados de língua escrita e dados diacrônicos. Pretendemos apresentar um panorama geral do processo e o seu alcance no sistema lingüístico, investigando os usos do *achar* em condições diferenciadas.

Para tanto, utilizaremos três amostras de fala - NURC/SP, RONDON (RD) e NÃO-SISTEMATIZADA (NS) -, e uma amostra de dados escritos - UNESP/Ar (CE).

Adotaremos uma abordagem de caráter sincrônico-dinâmico. Dessa maneira, as hipóteses levantadas a partir das primeiras amostras serão submetidas a uma análise diacrônica de dados obtidos no *corpus* histórico organizado por Tarallo (1991).

O *corpus* NURC/SP - Norma Urbana Culta de São Paulo - foi constituído para oferecer dados para o Projeto da Gramática do Português Falado, que tem por objetivo preparar uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil e consta de registros de fala

da capital de São Paulo¹⁶.

Utilizaremos os dados de doze informantes de escolaridade superior, distribuídos segundo o gênero: masculino e feminino, e segundo a faixa etária: 25 a 35, 36 a 55 e 56 anos em diante. São diálogos entre dois informantes, transcritos em Castilho & Pretti (1987)¹⁷, resultados de 7 horas e 27 minutos de gravação.

Da amostra RONDÓN (RD)¹⁸, selecionamos doze informantes, também distribuídos de acordo com o gênero, grau de escolaridade - 0, 1 e 2 (analfabetos, 1º e 2º graus) - e segundo as mesmas faixas etárias dos informantes do NURC. Dados que foram coletados através de entrevistas com documentador, na cidade de Rondon do Pará, estado do Pará, e que perfazem aproximadamente 8 horas de gravação.

Elegemos Rondon do Pará porque, apesar de estar geograficamente localizada no estado do Pará, apenas 20% de sua população é paraense, na sua maioria crianças ali nascidas. O restante da população é formado por pessoas oriundas de diversos estados da federação, principalmente da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, peculiaridade que vai gerar na comunidade uma grande variedade cultural e dialetal.

Elegemos como núcleo de nossa análise os tipos de *achar* encontrados nos *corpora* NURC e RD. É o comportamento desses mesmos elementos que analisaremos nas demais amostras.

A observação de diversas situações de fala informal do dia-a-dia favoreceu a composição de uma amostra não sistematizada (NS). Das

¹⁶O *corpus* completo do NURC/BR consta de amostras de fala coletadas em mais quatro capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Salvador e Porto Alegre.

¹⁷Os números dos inquiridos pesquisados estão em anexo.

¹⁸A amostra RD compreende 24 horas de gravação, dados de fala de crianças e adultos que coletamos entre 1996

conversas com amigos e das situações dialógicas em programas na televisão, sala de aula e corredores da universidade, coletamos um total de 100 ocorrências dos tipos de *achar* já anteriormente detectados nas amostras NURC e RD.

Acreditamos que uma coleta do tipo NS, apesar da desvantagem de não se poder recuperar o contexto inteiro, nos proporciona um maior envolvimento com o fenômeno e estimula nossa percepção do que está de fato ocorrendo na língua, pois, no momento da enunciação, muitas vezes estamos presentes como observadores e também como emissores.

Os dados de língua escrita pertencem ao *corpus* elaborado pelo Centro de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, para o projeto Dicionário de Usos do Português - DUP - coordenado pelo professor Francisco Borba, e para o projeto Gramática de Usos do Português - GUP - coordenado pela professora Maria Helena de Moura Neves. Consta de cinco tipos de texto de língua escrita: jornalístico, romanesco, técnico, oratório e dramático.

Escolhemos para a análise apenas os textos romanescos (romances de ficção) e dramáticos (peças teatrais), porque entendemos que se aproximam mais das situações de língua falada. Trata-se na maioria dos textos de diálogos, suposta reprodução da fala, e por isso acreditamos que os autores estão atentos ao uso. Esperamos, por isso, a referendação das hipóteses levantadas a partir dos dados das amostras NURC e RD, menos numerosos. Seleccionamos 50% das obras pertencentes a cada um destes gêneros literários, 72 romances e 40 peças

teatrais, num total de 112.¹⁹

Para a análise diacrônica, trabalharemos com a amostra organizada por Fernando Tarallo (1991). A pesquisa remonta aos dados do século XIII, data provável da primeira ocorrência do *achar* com o significado de ‘encontrar’, forma fonte do processo de GR.

O *corpus* é constituído por textos escritos de naturezas diversas: testamentos, cartas, leis *etc.* Como nosso objetivo é identificar a provável data da entrada em uso na língua dos tipos de *achar* encontrados nos *corpora* núcleos, para então alocá-los em um *cline*, usaremos todos os registros da amostra²⁰.

Arroladas as amostras com as quais pretendemos trabalhar, passaremos, no próximo capítulo, à análise propriamente dita. Iniciaremos com a descrição dos dados de língua falada. Posteriormente procederemos à análise qualitativa de cada tipo de *achar*, considerando dados da fala e também da escrita.

¹⁹A lista completa das obras romanescas e dramáticas pesquisadas está em anexo, bem como o seu siglário.

²⁰A identificação das obras pesquisadas encontra-se em anexo: título e siglário.

CAPÍTULO IV

UMA ANÁLISE SINCRÔNICA DO PROCESSO DE MUDANÇA DESENVOLVIDO PELA FORMA *ACHAR* NO PB

1: Descrição dos dados

1.1: O *achar* nos dicionários

A forma mais antiga do *achar* é o verbo pleno com o significado de ‘encontrar’, ‘descobrir’. Sua primeira ocorrência na língua portuguesa data provavelmente do século XIII, originária do latim *afflare* ‘soprar’. Cunha (1982)²¹ explica sua evolução semântica a partir da linguagem dos caçadores: do sentido primitivo do latim ‘soprar’, passou-se ao de ‘sentir a proximidade da caça pelo odor, farejar’ e daí a ‘descobrir, encontrar (a caça)’.

Em pesquisas no “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa” de Aulete (1964), no “Dicionário de Verbos e Regimes” de Fernandes (1979), no “Dicionário da Língua Portuguesa” elaborado por Nascentes (1988), no “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” de Holanda (1990) e no “Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil” organizado por Borba (1990) encontramos várias acepções de *achar* no PB, todas consideradas como itens lexicais, verbos plenos, e também alguns casos de expressões verbais como ‘*achar graça*’, por exemplo. O quadro a seguir descreve as acepções de *achar* no PB encontradas:

²¹Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa

QUADRO VIII: ACEPÇÕES DE *ACHAR* ENCONTRADAS NOS DICIONÁRIOS²²

AULETE (1969)	FERNANDES (1979)	NASCENTES (1988)	HOLANDA (1990)	BORBA (1990)
I.V. transitivo 1) Encontrar por acaso ou procurando; 2) Descobrir; inventar; excogitar; 3) Reconhecer; verificar; averiguar, notar; advertir; 4) Julgar, entender, pensar, supor, presumir; 5) Sentir / 6) Achar que dizer, ter motivo para censurar; 7) Achar-se com alguém, receber o seu auxílio, a sua proteção em momentos de apuro ou aflição.	I.V. transitivo 1) Encontrar por acaso ou procurando; 2) Descobrir; inventar; 3) Julgar, supor; 4) Verificar, reconhecer.	I.V. transitivo direto 1) Dar com uma coisa não conhecida, não procurada. 2) Encontrar depois de ter procurado, 3) Descobrir, inventar; / 4) Reconhecer, verificar, averiguar, notar; 5) Advertir; julgar; supor; 6) Entender; pensar; presumir; sentir.	I.V. transitivo direto 1) Encontrar por acaso ou procurando; deparar com. 2) Atinar (com); encontrar, descobrir. 3) Considerar, julgar, supor. 4) Obter, conseguir.	I. Indica Processo 1) Sujeito paciente, e com complemento expresso por nome, encontrar por acaso ou como resultado de procura. 2) Forma pronominal, suj. experimentador, identificar-se consigo mesmo, perceber-se.
	II. Relativo Tomar a deliberação de, julgar acertado	II.V. transitivo predicativo 1) Julgar; considerar; 2) Sentir	II.V. transitivo direto e indireto 1) Sentir, experimentar. 2) Descobrir, encontrar.	II. Ação, suj. agente 1) Complemento expresso por nome, tentar achar, procurar. (ocorre se o tempo ou o modo indicam eventualidade) 2) Com complem. da forma <i>de</i> + <i>infinitivo</i> , tomar a deliberação, decidir, resolver. 3) Com complem. expresso por oração conjuncional ou em discurso direto, que descreve um objeto, evento ou situação, supor, calcular, presumir.

²²Os critérios utilizados pelos autores variam. Não há, pois, correspondência entre as linhas, apenas dispomos em cada coluna as diversas classificações listadas nos verbetes.

				4. Com complem. expresso por oração conjuncional que expressa uma avaliação ou apreciação sobre um objeto, evento ou situação, considerar, reputar, qualificar. (Pressupõe-se que o sujeito tenha experiência ou conheça não só o que declara na oração subordinada, mas ainda o padrão de referência em relação ao qual aquele conteúdo é avaliado).
	III. Transitivo-predicativo 1) Julgar, considerar 2) Sentir	III.V. relativo Tomar a deliberação de; julgar acertado	III.V. transobjetivo ²³ 1) Julgar, considerar. 2) Deparar com; encontrar.	III. Estado, na forma pronominal, suj. Inativo. 1) Com predicativo, estar. / 2) Com locativo, estar num determinado lugar.
	IV. Pronominal 1) Estar, encontrar-se; / 2) Sentir-se; julgar-se; 3) Achar-se com alguém, encontrar o seu auxílio num momento difícil.	IV.V. pronominal 1) Estar; encontrar-se; / 2) Sentir-se; conhecer-se. / 3) Achar-se com alguém; receber auxílio ou proteção em momentos de apuro ou de aflição.	IV.V. Transitivo indireto Julgar acertado; deliberar.	IV. Expressão: <i>achar melhor, achar por bem = preferir.</i>
		V. Expressão <i>Achar o que dizer: ter motivo para censurar.</i>	V.V. intransitivo 1) Encontrar, descobrir. 2) Estar; encontrar-se. 3) Estar situado; situar-se. 4) Considerar-se; julgar-se.	

Não fizemos uma consulta exaustiva, mas o quadro acima nos

²³Verbo transobjetivo segundo a gramática normativa é aquele transitivo direto que exige predicativo.

mostra que com o decorrer dos anos os dicionários apresentaram novos usos para o *achar*, mas sempre classificando-o como verbo pleno, item lexical.

Entendemos, no entanto, que mesmo em algumas acepções e usos apresentados pelos dicionários, como em Borba (1990) II, 3, o *achar* já não desempenha a função de um verbo pleno, ou seja, não é mais a base da estrutura frasal, há indícios de decategorização. Esse entendimento nos sugere que estamos seguindo as “pistas” certas para detectarmos a mudança de *status* do item originariamente lexical, e nos autoriza a buscarmos no uso da língua falada a confirmação para nossa hipótese.

Procuraremos conciliar, na identificação das funções exercidas pelos tipos de *achar* encontrados na fala, a classificação de Borba (1990), a tipologia semântica de Dick (1989), a tipologia da modalidade de Hengeveld (1988), as descrições de Neves (1996) e de Castilho & Castilho (1996) - estes quatro últimos trabalhos já mencionados no capítulo III. Seguiremos também as considerações de Vogt & Figueira (1989), que serão apresentadas oportunamente.

Para Borba (1990) o verbo é uma unidade léxica isolável por seu comportamento morfológico, suporte de categorias de tempo, modo, número e pessoa. O verbo pleno é o elemento lingüístico que ocupa o núcleo do predicado²⁴ em torno do qual se arranjam os argumentos e os demais participantes da estrutura frasal com graus diferentes de coesão e dependência. São as naturezas das relações que se estabelecem entre o predicado e seus argumentos que vão determinar o estatuto sintático-semântico dos verbos.

²⁴Entenda-se por predicado a unidade base da estrutura frasal.

Um verbo será de *ação* se o seu argumento externo (sujeito) for *ativo*, será de *processo* se o sujeito for *afetado*; se o sujeito for ativo ou causativo, o que vai implicar num segundo argumento (interno) *afetado/efetuado*, o verbo será de *ação-processo*, e se o sujeito não for nem ativo nem afetado nem causativo o verbo será de *estado*.

O verbo de *ação* traz sempre o traço *atividade* que indica um *fazer* do sujeito *agente*. O sujeito agente é a origem e o controlador da atividade. Constitui-se de um nome marcado pelo traço [animado]. Esse verbo deve ter pelo menos um argumento. Caso tenha dois ou três argumentos, estes podem ser complementos - e por isso ser atingidos pela ação verbal -, ou especificadores - não sofrem quaisquer mudanças, sejam estas, de estado físico ou moral, de condição, ou de posicionamento no tempo ou no espaço.

O verbo de processo caracteriza-se por ter um sujeito *afetado* por algo que está fora dele. Trata-se de um *paciente*, um *experimentador* ou um *beneficiário* do processo. O sujeito experimentador tem uma experiência vinculada a uma disposição mental, uma sensação, uma emoção, uma cognição. O sujeito beneficiário é a sede da transferência de posse ou destinatário de um benefício. Os verbos de processo têm um argumento obrigatório e poderão receber mais um argumento optativo e também especificadores; são núcleos de orações que descrevem um acontecimento ou um evento.

O verbo de *ação-processo* deve ter pelo menos dois argumentos: um *agente/causativo* e outro *afetado/efetuado*. O sujeito causativo é o que provoca um efeito, ou então, é o responsável pela realização do estado de coisas indicado no verbo. Graças à ação do sujeito, o argumento interno sofre mudança de estado, condição, posição

ou passa a ter existência.

O verbo de *estado* tem um argumento externo obrigatório que é *inativo*, uma vez que este não é nem agente, nem causativo, nem paciente; o sujeito funciona apenas como um suporte de propriedades (= atributos: estado/condição) ou como simples experimentador delas. Os verbos de estado que compõem predicativos estativos são denominados *copulativos*, sua função é ligar o núcleo do predicado (predicativo) ao sujeito. Os verbos de estado quando expressam estado/condição através de um núcleo verbal podem ocorrer desacompanhados de complementos²⁵, podem receber especificadores²⁶; ter um ou dois argumentos²⁷, e/ou complemento adverbial²⁸ ou predicativo²⁹.

Borba (1990) acrescenta aos critérios semânticos que caracterizam cada classe de verbos mecanismos sintáticos que as individualizam, como: a forma pronominal, a susceptibilidade à modalização imperativa³⁰ e a compatibilidade com o instrumental. A forma pronominal é facultativa para os verbos de ação, de processo ou de estado, mas não se aplica aos verbos de ação-processo. A modalização imperativa só se aplica ao sujeito agente, portanto somente aos verbos de ação ou de ação-processo, mas não aos verbos de estado. O instrumental é possível somente com verbos de ação ou de ação-processo.

Arrolaremos, a seguir, os tipos de *achar* encontrados nos *corpora* de língua falada, e os individualizaremos, procurando aplicar os critérios de Borba (1990). Por oposição, excluiremos dessa classificação

²⁵Ex: A defesa nacional *periclitou*. Borba (1990)

²⁶Ex: Este tecido mede *5 metros*.

²⁷Ex: A pomba simboliza *a paz*.

²⁸Ex: B. significa *muito* para mim.

²⁹Ex: Joana amanheceu *feliz*.

³⁰Modo verbal indicativo de ordem, mando.

aquelas formas que não possuírem o *status* verbal.

1.2: Os tipos de *achar* encontrados na fala

Distinguimos inicialmente os tipos de *achar* encontrados nos *corpora* NURC e RD de acordo com suas propriedades estruturais, conforme demonstram os exemplos (31) a (45) a seguir:

[SN *achar* SN]:

(31) Valdinei é o meu mais velho...Valdinei num tá istudando tá trabalhando..quero vê si *acho* uma vaga...vai voltá a istudá (RD F, 40a, 0)

(32) eles não *acham* um campo de trabalho aí fora...vai montar um escritório? (NURC, M, 2)

[[SN *achar*] [que S]]

(33) *Acho* que meu conhecimento de SP é restrito se comparar com papai por exemplo (NURC, M, 26a)

(34) *Acho* que hoje em dia não basta somente ser capacitado (NURC, M, 26a)

(35) *Eu acho* que Rondon desenvolveu rápido (RD, M, 32a, 2)

(36) Eu não *acho* que FHC tá fazendo nada pelo país...(RD, M, 32, 2)

[SN *achar* SAdj]

(37) então *acho* detestável sob os aspectos..e as experiências foram sempre ...ahn MUIto desagradáveis (NURC, M, 2)

(38) (..) ali perto da praça da Sé tudo esburacado por causa do metrô né? *Achei* horrível (NURC, M, 26a).

(39) *eu achei* bom que eu aprendi (RD, F, 40 a, 0)

(40) *eu acho* ruim fazê cumida separado (RD, F, 40 a, O)

(41) *eu acho* a vida da gente muito curta (Rondon, M, 32 a, 2)

[S] *Achar*

Achar [S]

[S] [*Achar*] [S]

(42) depois...acabaram os BONdes::...ainda veio o o os (()) ônibus ehn? que é pior ainda *eu acho* (NURC, F, 3)

(43) são::... tribos assim que têm mais ou menos a mesma estrutura...todos no Alto Xingu *eu acho*... Baixo não sei...e::: aí eu não entrei se tem algum sistema de hierarquia pajé é a mesma coisa? (NURC, F, 1)

(44) (...)Eles não entende, eles não sabe o que é isso, uma família, eu sinto falta magina eles, né, então a deles é diferente da minha *eu acho*... a minha foi.....melhor porque é tão gostoso você ir pra ca'(sa) da vó... (RD, F, 30a, 1º)

(45) Tristeza... *acho*... sei lá.”(RD, F, 30a, 1).

Feita a distinção estrutural dos tipos de *achar*, estaremos individualizando, na seção a seguir, as propriedades sintático-semânticas por eles apresentadas, propriedades a partir das quais pretendemos reconhecer as funções lexicais e/ou gramaticais exercidas pela forma *achar* em diferentes contextos³¹. Identificaremos cada um dos tipos de *achar* através de numeração crescente a partir do número 1.

³¹Encontramos na amostra de fala NS um tipo de *achar* que tem a configuração estrutural *achar* de ^s [] , e entendemos que ele pertence a um outro *continuum* de gramaticalização desenvolvido pelo item fonte, o que resultaria em um caso de poligramaticalização. No entanto, não investigaremos este tipo de ocorrência devido à sua ausência nos *corpora* núcleos NC e RD e por questão de delimitação do projeto. Um dos exemplos é “Achei de esquecer o livro lá no Maranhão.”

1.3. Caracterização dos tipos de *achar*

1.3.1. *Achar 1*: [SN *achar* SN]:

O *achar1* é núcleo de predicação, portanto, um verbo pleno. Pode indicar relações de naturezas diferentes entre seus argumentos, Borba (1990) distingue-o como verbo de ação e verbo de *processo*.

O *achar1 ação*, exemplo 46³², seleciona dois argumentos obrigatórios: um argumento externo, sujeito *agente*, que pode ou não ser realizado foneticamente, com os traços [+ animado] e [+ humano] ou [+ humanizado] que exerce uma atividade, a *ação de procurar, tentar achar, descobrir*; e um argumento interno, complemento, com o traço [+ concreto].

(46) *acha* o café pra mim, *acha* o açúcar (NS)

(47) Valdinei é o meu mais velho...Valdinei num tá istudando tá trabalhando..quero vê si *acho* uma vaga...vai voltá a istudá (RD F, 40a, 0).

O agente tem o controle sobre a ação de procurar, mas não o tem sobre o resultado desta ação.

É esse traço [- controle] do sujeito que vai diferenciar o *achar1 processo* do *achar1 ação*. O *achar1 processo*, exemplo (47), seleciona um argumento externo, sujeito afetado *paciente/beneficiário*, que é a sede da transferência de posse ou destinatário de um benefício. Um “objeto” de posse desconhecida (ou não) é transferido para a posse do sujeito. Como argumento interno seleciona um complemento, nome, com o traço [+ concreto]. Descreve um acontecimento, o *encontrar por acaso* ou

³²Os exemplos obedecerão a uma única numeração, mesmo quando forem mencionados repetidas vezes.

como resultado de procura.

Nesta análise não distinguiremos entre o *achar1 processo* e o *achar1 ação*, identificaremos estes dois tipos de *achar* como *achar1*, verbo pleno, item fonte do processo de GR, a unidade lexical a partir da qual este se instaurou, a unidade fornecedora do material morfofonológico e de alguns traços de significação que permanecerão nos demais tipos de *achar*. Exibe todas as características morfológicas de verbo: concordância de número e pessoa, completa variação de tempo e modo, pode aparecer tanto em orações absolutas quanto em orações hipotáticas e encaixadas, e aceita apassivação.

Trata-se, provavelmente, da extensão mais imediata de *afflare* ‘soprar’, ‘farejar’, ‘descobrir a caça pelo cheiro’ que tem essa mesma natureza sintático-semântica. O *achar1* é um elemento fundamental em uma típica situação de fala e reflete uma experiência humana elementar, providencia pontos de referência concreta para a orientação humana. O exemplo (48), a seguir, é provavelmente um dos primeiros usos do *achar1*:

(48) Porque é minha caça, disse el, e vou apos ella e irei ataa que a aventura queira que a *ache*. (CD - 26 - 13DG)

1.3.2. *Achar 2*: [[SN *achar*] [que S]]

O *achar2* é um verbo que seleciona dois argumentos, um sujeito com o traço [+ humano] e um complemento oracional [+ abstrato].

Levando-se em consideração o *continuum* de GR, este uso é, provavelmente, uma extensão metafórica do *achar1 processo*: a partir de

certos pontos de natureza concreta fornecidos pelo item fonte, o falante, por associação, explora o entendimento de conceitos menos concretos. Encontramos no PB dois tipos de *achar* que requerem um complemento oracional, e que também já haviam sido detectados e estudados por Vogt & Figueira (1989).

A partir da noção de pressuposição³³, esses autores diferenciaram o “*achar palpite*” (suposição) do “*achar apreciação*”. O pressuposto é um implícito que integra a significação literal do enunciado e tem por função específica impor as condições para que o discurso prossiga. É um ato próprio do sujeito falante.

A identificação do tipo de conteúdo faz-se pelos testes da negação, da interrogação e do encadeamento. O pressuposto é o conteúdo insensível a tais condições. O posto, ao contrário, é passível de negação, interrogação e encadeamento, é aquilo que se deseja informar explicitamente ao ouvinte.

Referindo-se ao modelo de descrição semântica proposto por Ducrot (1972), Vogt & Figueira (1989:186) observam que:

“(...) o pressuposto - por ter marcas formais na sintaxe e no léxico da língua - deve ser analisado (juntamente com o posto) no nível de um componente lingüístico, componente “que caracteriza os enunciados independentemente de qualquer enunciação, mas em relação ao papel que eles podem representar na enunciação” (cf. Ducrot, 1977:141). Neste sentido, difere de outro tipo de implícito - o subentendido (ou implicatura conversacional, numa outra terminologia) - pois, sendo este derivado de regras discursivas, deve ser tratado num segundo componente - componente retórico - onde interferem as circunstâncias da elocução”.

³³Formulada por Ducrot (1972).

Para estabelecer as diferenças entre os dois tipos de *achar*₂, Vogt & Figueira (1989) utilizaram uma análise baseada em critérios distribucionais e em aspectos semânticos (pressuposicionais). As diferenças encontradas foram interpretadas pragmaticamente, a partir da noção de intenção. O objetivo era mostrar que o “*achar palpite*” e o “*achar apreciação*” são indicadores de modalidades de enunciação sendo que este último é também parte do conteúdo proposicional do enunciado.

Os dois sentidos do *achar*₂ foram identificados através de uma análise de posto e pressuposto. Num exemplo como o seguinte:

(49) *Acho* que a economia é mais forte do que a lei...(NURC, F, 1)³⁴

O enunciado poderia ser empregado, segundo Vogt & Figueira (1989), em duas situações:

1a) o falante não tem conhecimento sobre economia e nem sobre lei e então, para dar a seu interlocutor a idéia de descomprometimento com o que diz a esse respeito emprega o adjetivo comparativo de superioridade *mais forte*.

2a) o falante tem conhecimento de economia e de lei e aquela lhe parece mais forte. Emprega o adjetivo para dizer o que pensa sobre o assunto.

Caso fosse perguntado ao falante se ele sabe qual é mais forte, se a economia ou a lei, poderia haver duas respostas:

1) Não, mas *acho* que a economia é mais forte.

2) Sim, e *eu acho* que a economia é mais forte.

A partir dessas respostas os autores propõem duas descrições

³⁴Utilizaremos os exemplos encontrados nas amostras de fala NURC e Rondon ao apresentarmos a análise de Vogt & Figueira (1989), para que fique evidente a ocorrência do fenômeno em situações reais de fala.

baseadas na decomposição do sentido do enunciado nos constituintes pressuposto (= PP) e posto (= P):

1a) *Acho* que a economia é mais forte do que a lei. 2a) *Acho* que a economia é mais forte do que a lei.

PP: O falante não sabe qual é a mais forte PP: O falante sabe qual é a mais forte

P: Para o falante, é provável que a economia seja mais forte P: Para o falante, a economia é mais forte

No primeiro caso faz-se uma suposição - um palpite -, no segundo caso, o sujeito emite um julgamento - uma apreciação. As evidências que diferenciam estes dois tipos de *achar2* são sintáticas. Cada tipo apresenta propriedades não compartilhadas pelo outro.

A análise de Vogt & Figueira (1989), norteada por outros objetivos, princípios e metodologias, nos ofereceram uma relevante contribuição, porém, temos interesses distintos, e o que eles chamam de *achar apreciação* e de *achar palpite* entendemos que estão em graus diferentes de GR. Por isso, na seção a seguir quando estaremos individualizando cada um deles, os chamaremos de *achar2 (apreciação)* e *achar3 (palpite)*, respectivamente.

1.3.2.1: *achar2 (apreciação)*:

a) Aceita o apagamento do *que* + *cópula* sem que haja alteração de sentido:

Perg: Você sabe qual é mais forte, se a economia ou a lei?

R. Sim, e *eu acho* a economia mais forte.

R. *Não, mas *eu acho* a economia mais forte do que a lei.

Para fazer uma apreciação é preciso que o sujeito tenha uma certa experiência com aquilo que está sendo considerado; se ele não tem essa experiência só lhe é permitido fazer uma suposição. Nesse caso, se o falante não sabe quem é mais forte, ele só pode estar dando um palpite, jamais fazendo uma apreciação.

Essa redução da oração completiva³⁵ pode gerar uma ambigüidade, uma das acepções possíveis seria a do *achar* na sua forma fonte, como por exemplo:

(50) *era...eu achava...*(era) uma vida farta eu sempre gostei de Rondon.

(RD, F, 3 (3a))

(50a) *Eu achava* uma vida farta...

Em (50a) o falante pode estar se referindo ao fato de que sempre que chegava àquela cidade encontrava uma vida farta.

(50b) *Eu achava* uma vida farta...

O falante pode também querer dizer que considerava a vida, naquela cidade, farta. *Farta* corresponde ao julgamento - apreciação - do falante sobre a vida naquela cidade. Somente neste último caso é que se aceita o desdobramento em uma oração completiva, pois *farta* em (50a) é predicativo de *vida* e não objeto oracional reduzido do *achar*². Assim:

³⁵Na identificação do *Achar* 2 utilizaremos o termo completiva para não fugirmos muito da análise de Vogt Figueira (1989), vale ressaltar, no entanto, que o *achar*³ *palpite* ocorre sempre na oração principal de uma encaixada enquanto o *achar*² *apreciação* pode ocorrer em orações absoluta, núcleo, adjetiva e hipotática.

(50c) *Eu achava que era uma vida farta...*³⁶

b) O dado se mantém inalterado perante a negação (o falante sabe como era a vida...), somente o que se apontou como posto é negado. É o que vemos a seguir:

(50d) É falso que *eu achava* uma vida farta. Eu nunca manifestei opinião nenhuma a este respeito.

(50e).É falso que *eu achava* a vida farta, pra mim ela era até carente ...

c) Quanto ao teste da interrogação, responde à pergunta *O que você acha de X?*. Por exemplo:

Perg: O que você *achava* da vida em Rondon?

Resp: Eu *achava* uma vida farta.

d) Exige um traço avaliativo no predicativo do sujeito (da encaixada), seja este expresso por um adjetivo, seja por um núcleo substantivo modificado. Assim, o exemplo a seguir, só pode ter uma leitura de julgamento, e não de palpite:

(51) *Eu acho* Rondon *legal* (apreciação)

(51a) * *Eu acho* Rondon *legal* (palpite)

e) Quando rege completiva que veicula dois conteúdos, sendo um deles a apreciação de um fato, este deve ser posto e não simplesmente

³⁶ Tendo, inclusive, o falante insinuado uma realização desenvolvida da oração completiva, como mostra a transcrição do exemplo 50.

pressuposto. Por exemplo:

(52) Olha *eu acho* que a televisão nossa está se fazendo na medida...ah::justamente *do que é* a nossa sociedade (NURC, F, 3)

f) O *achar2* *apreciação* pode ser descrito como:

PP: X teve experiência com a propriedade de O expressa em Y.

P: Para X, O³⁷ é Y.

A apreciação é fundamentada naquilo que o sujeito sabe do objeto em relação à qualidade que lhe é predicada. Essas experiências do falante podem ser tanto diretas, quanto indiretas. Neste caso, o falante julga relativamente a um ponto qualquer de referência.

Uma das propriedades do *achar2* (*apreciação*) é a possibilidade de redução da oração completiva, forma que decidimos classificar como um outro tipo de *achar2*, o *achar2'*, em virtude de ter uma estrutura diferenciada dos tipos anteriormente individualizados, a saber:

1.3.2.2. *Achar2'*: [SN *achar* O SAdj]

(53) (...) ali perto da praça da Sé tudo esburacado por causa do metrô né? *Achei* horrível. (NURC/SP, M, 26a).

O *achar2'* possui as características de verbo pleno ou seja, apresenta variabilidade de modo e tempo, e concordância número-pessoal. Verbo do tipo “processo”, tem um sujeito afetado, do tipo “experienciador”, com traço [+ humano]; seleciona um argumento interno

³⁷O = Objeto.

(SN), que pode vir ou não realizado foneticamente, exemplo (53), e é sempre predicado por um qualificador (SAdj) [+ abstrato]. O adjetivo pode ser o predicativo de uma oração copulativa encaixada reduzida (54). O verbo de ligação é cancelado e, muitas vezes, o adjetivo é deslocado para antes do (SN) (55).

(54) *eu acho* a vida da gente muito curta. (Rondon, M, 32 a, 2)

(54a) *eu acho* (que) a vida da gente (é) muito curta.

(55) *eu acho* ruim fazê cumida separado (RD, F, 40 a, O).

(55a) *eu acho* fazê cumida separado ruim.

Esta variação formal admitida pelo *achar2'* é interessante do ponto de vista da GR, pois é um indício de que as mudanças não são abruptas, acontecem de maneira gradativa, através de estágios intermediários.

Individualizados³⁸ os tipos *achar 2* (*apreciação*) e *achar2'* procederemos, então, com a individualização do *achar 3* (*palpite*).

1.3.3: *Achar3* (*palpite*): [[SN *achar*] [que S]]

a) Aceita a substituição da cópula pela locução verbal *deve ser* - modalizadora epistêmica, indicadora de possibilidade. Assim, a resposta à pergunta “Você sabe qual é mais forte, a economia ou a lei?”. A resposta poderia ser:

³⁸A individualização do *achar2* (*apreciação*) e do *achar2'* não quer dizer que estamos tratando de dois verbos

R: Não, mas *eu acho* que a economia *deve ser* mais forte.

Em caso de resposta positiva, o uso do *deve ser* seria no mínimo estranha:

R: *Sim, e *eu acho* que a economia *deve ser* mais forte

b) Quanto à caracterização semântica em termos de posto e pressuposto, Vogt & Figueira (1989) relacionam o uso da expressão *eu acho* ao grau de experiência do falante com a situação enunciada. Caso o falante desconheça determinada situação, isso vem implícito em seu enunciado - pressuposto, evidência -, que só pode ocorrer em forma de palpite, assim não pode ser contestado. Ao contrário, se a situação é enunciada explicitamente - o posto -, como apreciação, o falante pode ser contestado. Um enunciado como:

(57) *Eu acho* muito legal Rondon...(RD, F, 3, 1)

Pode ter a leitura de apreciação se dito por um morador de Rondon do Pará. Caso o falante seja alguém que nunca ali esteve, a leitura só pode ser de palpite, pois ele não tem experiência com aquela situação. Assim:

(57a) *Eu acho* que Rondon *deve ser* muito legal

Um exemplo do que é um palpite foi encontrado na amostra NS, o próprio falante deixa claro que não tem compromisso com a verdade do que diz:

(58) *Eu acho* que (a prova) será na primeira semana de setembro. *Eu acho*....Isso que eu tô te dizendo é pura especulação. (NS)

c) O pressuposto não é atingido pela negação, ou seja, não se nega que o falante desconheça a situação, este dado é mantido inalterado. É o que vemos na paráfrase do exemplo (58).

(58a) É falso que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro

Pode ter três leituras:

1a) É falso que (eu disse) que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro. Eu nunca manifestei opinião nenhuma a respeito. (nega-se a declaração)

2a) É falso que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro. Eu tenho certeza disso. (nega-se o modo de afirmação, trata-se de uma certeza e não de uma conjectura)

3a) É falso que *eu acho* que a prova deve ser na primeira semana de setembro. Eu imagino até que seja em outubro. (nega-se o que se disse sobre a prova).

d) Quanto ao teste da interrogação, responde à pergunta *Como você acha que é X?* Assim:

Perg: *Como você acha que é Rondon?*

Resp: *Eu acho* que Rondon deve ser legal.

Resp: *Eu acho* que é legal.

e) O *achar* 3 (*palpite*) pode ser descrito como:

PP: X não teve ou não lembra de ter tido experiência com a propriedade de O expressa em Y.

P: Para X, é provável que O seja Y.

O palpite é fundamentado num dado qualquer que não decorre da experiência com o objeto. Fundamenta-se em evidências indiretas, índices que o falante considera insuficientes para comprometê-lo com a verdade daquilo que diz. Ou ainda, o falante pode não saber ou não explicar a fundamentação de seu palpite.

Segundo Vogt & Figueira (1989:196), referendados por Neves (1996), a distinção entre o *achar*3 (*palpite*) e o *achar*2 (*apreciação*) depende totalmente das intenções do falante ao realizar o ato de fala introduzido por *eu acho*. Essa noção da intenção comunicativa é fundamental em relação à modalidade, bem como a de utilização dos elementos modalizadores como estratégias para sinalizar uma certa distância do falante em relação ao enunciado que produz.

Ao utilizar um desses tipos de *achar*, o falante apresenta-se investido de imagens totalmente distintas para o interlocutor. Trata-se de reconhecer as intenções do falante ao dizer o que diz e das possibilidades que tem o ouvinte de tomar para si as atitudes e comportamentos que o falante espera lhe impor.

Levando-se em consideração que o enunciado é, simultaneamente, uma representação de um estado de coisas no mundo e uma representação de sua própria enunciação, pode ser que o falante não tenha certeza absoluta da verdade do que diz, o que o leva a indicar isso lingüísticamente através de um modal, no caso, o *achar*3 (*palpite*). O

falante se compromete em grau atenuado com a verdade de sua afirmação, resguardando-se de uma eventual cobrança por parte do seu interlocutor.

Para Vogt & Figueira (1989) o *achar3 (palpite)* tem a função de modalizar a afirmação quando é usado na primeira pessoa do indicativo presente. Seu valor semântico seria pragmático, pois serve para atenuar o grau de compromisso do falante com a verdade do que afirma.

O *achar3(palpite)* não é um verbo performativo, ou seja, não introduz nenhum ato ilocucionário diferente daquele que se pratica quando uma afirmação é feita. É um verbo de atitude proposicional, um verbo que tem a função de indicar a atitude de um sujeito em relação a uma proposição.

Como verbo de atitude proposicional, o *achar3 (palpite)* pertenceria ao paradigma³⁹ de outros modais, sejam estes, verbos, advérbios ou expressões adverbiais como *eu creio, eu suponho, talvez, pode ser, provavelmente, não é impossível*.

Quando o *achar3 (palpite)* co-ocorre com 2a e 3a. pessoas pode admitir também a leitura de apreciação, fica difícil para decidir se o falante está reproduzindo o ato de fala ou a atitude de incerteza em relação ao que se diz.

(59) O B. *acha* que eu vou ficar só mais seis meses... (NS)

No exemplo acima o falante relata a afirmação de B e também indica a atitude de incerteza de B em relação ao estado de coisas que a proposição descreve. Já nos exemplos a seguir, em primeira pessoa, o

³⁹Utilizamos o termo paradigma no sentido de um conjunto de unidades que mantêm entre si uma relação virtual de substituição em função de seus traços semânticos.

achar é basicamente modal, indica alto grau de subjetividade, dúvida:

(60) não sei porque *acho* que aí quando se fala em desenvolvimento geralmente está se falando num plano material né? NURC, F, 1

(60a) não sei porque *creio* que aí quando se fala em desenvolvimento geralmente está se falando num plano material né? *Eu creio* que estou...

(60b) não sei porque *suponho* que aí quando se fala em desenvolvimento geralmente está se falando num plano material né? .

(60c) não sei porque *é provável* que aí quando se fala em desenvolvimento geralmente está se falando num plano material né?

(61) ...não sei mas *acho* que era o Dema mais o Tico parece ou foi o Valdo, RD, F, 2 (2a)

(61a) ...não sei mas *creio* que era o Dema mais o Tico parece ou foi o Valdo

(61b) ...mas *suponho* que era o Dema mais o Tico parece ou foi o Valdo

(61c) ...mas *é provável* que era o Dema mais o Tico parece ou foi o Valdo

Comparando esses dois tipos de *achar*, Vogt & Figueira (1989) observam que o *achar2* (*apreciação*) também tem um caráter modalizador, é um marcador de subjetividade. Diferentemente do *achar3* (*palpite*), que é um tipo de verbo de enunciação - um verbo que relata, no estilo indireto, uma enunciação, cujo conteúdo é representado pela oração que introduz. O *achar2* (*apreciação*) é um verbo performativo, ou seja, é um verbo que além de descrever a enunciação que relata e cujo conteúdo é representado pela proposição que o segue, apresenta-se como a própria ação que o seu sentido caracteriza. Pertence

ao paradigma⁴⁰ de verbos como *afirmar, prometer, ordenar, jurar*. No exemplo a seguir:

(62) elas *acham* que aqui é muito difícil pra elas (RD, F, 3 (3a))

Podemos dar duas interpretações para *acham*. Se quero relatar uma afirmação feita por *elas*, digo que se trata do *achar3*(*palpite*), verbo de atitude proposicional. Se, ao contrário, pretendo apresentar a opinião delas sobre determinado lugar, digo que estamos diante do *achar2* (*apreciação*), um verbo de enunciação, performativo.

Em discurso direto o exemplo (62) seria interpretado como:

a) Interpretação *achar2*(*apreciação*): Elas afirmaram: Achamos que aqui é muito difícil pra nós.

ou

Elas afirmaram: Achamos aqui muito difícil pra nós.

b) Interpretação *achar3* (*palpite*): Elas afirmaram de maneira atenuada: Aqui é muito difícil pra nós.

Para Vogt & Figueira (1989) essas interpretações ajudam compreender melhor porque só o *achar2* (*apreciação*) admite a forma reduzida. A explicação fica por conta do relato se dar em discurso indireto, o ato ilocucionário foi praticado pelo sujeito do enunciado num momento anterior ao tempo da enunciação. O *achar* (*apreciação*), desse modo, faz parte do conteúdo do enunciado e acumula ao mesmo tempo a função modalizadora, logo:

⁴⁰Vide nota de rodapé número 39.

"Constitui, simultaneamente, parte da atribuição que se faz ao sujeito do enunciado e a indicação de que sua opinião é feita sobre o fundamento de sua experiência pessoal com o objeto de sua apreciação". (p.208)

O núcleo da relação atributiva do enunciado descrito no exemplo (62) não está no verbo *ser*, mas no verbo *achar*, o que transforma a proposição *aqui é muito difícil...* em parte constitutiva de atributo e permite dizer então, *elas acham aqui muito difícil*.

Em relação ao *achar3 (palpite)*, em enunciados de mesmo tipo, o núcleo da relação atributiva é o verbo *ser*, que no indicativo também exerce a função modalizadora, indicando que se trata de uma afirmação que, por sua vez, está modalizada pelo verbo *achar*. Tratando-se de uma afirmação, é impossível contrair a proposição que aparece como completiva do *achar*, pois ela é o objeto específico do ato ilocucionário que se exerce quando dizemos, por exemplo, *Eu acho teatro acho que é amor é arte que o indivíduo gosta de fazer...*(NURC, M, 1).

Para Vogt & Figueira (1989) o verbo *ser* indica de maneira explícita para o ouvinte a autoridade e a certeza do falante. Quando o falante utiliza o *achar3 (palpite)* está fazendo uma afirmação, porém atenuada, sem compromisso com a verdade do que diz, apenas com um grau de certeza menor. Esta informação sobre grau de certeza está, portanto, fora do conteúdo enunciado.

O *achar2 (apreciação)* é simultaneamente verbo performativo e modalizador. Constitui um verbo de enunciação, *"opino original e pessoalmente a partir de minha própria experiência(...)"*.(p.210). A diferença do *achar2 (apreciação)* para o *afirmar* é de grau, é quantitativa,

e daquele para o *achar3 (palpite)* é de qualidade de força ilocucionária.

Quando alguém diz *Eu acho teatro acho que é amor é arte que o indivíduo gosta de fazer* diz menos porque não pretende sinalizar para o ouvinte a certeza e a autoridade de quem afirma, e diz mais porque se apresenta como o único fundamento de sua própria opinião, é uma autoridade que pode ser absoluta.

Considerando a análise de Vogt & Figueira (1989) anteriormente explicitada e a descrição feita por Neves (1996) dos modalizadores no PB, podemos dizer que o *achar2 (apreciação)*- menos gramaticalizado -, e o *achar3 (palpite)*- mais gramaticalizado-, estão em pontos diferentes no *continuum* da qualificação epistêmica e da gramaticalização.

O *achar2 (apreciação)* está ainda no nível da predicação e a qualificação epistêmica de um estado de coisas que enuncia está mais próxima do ponto extremo da *certeza*, pelo menos para o falante, que se apresenta como o único fundamento de sua própria opinião, que é enunciada como verdadeira.

O *achar2 (apreciação)* estaria em um estágio intermediário entre o verbo pleno performativo e o modalizador. Assim, não teria o caráter modalizador na sua totalidade. Como fonte do conhecimento, o falante apóia sua *crença/certeza/precisão* na *evidência - experiência* -, o que vai implicar em *absolutização*. Sendo um tipo de afirmativa, pode vir em qualquer pessoa e tempo do verbo. A primeira pessoa, ainda que seja mais recorrente, não é exclusiva no uso do *achar2 (apreciação)*, que poderíamos chamar, então, de *verbo performativo-modalizador epistêmico*. As afirmações abaixo exemplificam usos desse verbo:

(63) Eles *acha* que aqui é muito difíci (RD, M, 2 (5b))

(64) As vezes ele despreza as pessoas *achando* que as outras pessoas humilde são boba, né? (RD, M, 3)

(65) *Eu achei* maravilhoso.. eu me dei muito bem com os baiano (RD, F, 3 (3a))

O *achar*³ (*palpite*) opera no nível proposicional, a qualificação epistêmica incide sobre uma proposição, o falante assume seu enunciado, posicionando-se em relação à avaliação do valor de verdade do que enuncia. Utiliza-se, geralmente, da primeira pessoa do presente do indicativo, para sinalizar que não tem certeza sobre o conteúdo da proposição, que está no nível da *possibilidade, da não-certeza*.

O falante fundamenta sua incerteza na *aparência*, o que implica em *relativização*, que, por sua vez, se justifica pelo *não-conhecimento* ou *desconhecimento - não-experiência*. O *achar*³ (*palpite*) teria o caráter modalizador mais acentuado, já não tem o *status* de verbo pleno, pois já não é o núcleo de uma predicação. É um exemplo do *achar*³ (*palpite*) o seguinte:

(66) *Eu acho* que só quem vai ficá aqui vai sê Delsão, Paulinho...(RD, M, 1)

Essa incerteza, é manifesta através da possibilidade e da probabilidade, traços significativos fortes no *achar*⁴, outro tipo de *achar* que analisaremos a seguir:

1.3.4: *Achar* 4: [S] *Achar*

Achar [S]

[S] [*Achar*] [S]

- (67) depois ::...acabaram os BONdes::...ainda veio o o os (()) ônibus ehn? que é pior ainda *eu acho* (NURC, F, 3)
- (68) são::... tribos assim que têm mais ou menos a mesma estrutura...todos no Alto Xingu *eu acho*... Baixo não sei...e::: aí eu não entrei se tem algum sistema de hierarquia pajé é a mesma coisa? (NURC, F, 1)
- (69) Eles não entende, eles não sabe o que é isso, uma família, eu sinto falta imagina eles, né, então a deles é diferente da minha *eu acho*... a minha foi melhor porque é tão gostoso você ir pra ca'(sa) da vó..."(RD, F, 30a, 1)
- (70) Tristeza... *acho*... sei lá (RD, F, 30 a, 1)

Classificamos como *achar4* as realizações de *achar* que aparecem fora de uma estrutura sentencial. Esse elemento também tem uma função modalizadora, pois serve para codificar incerteza sobre o que o falante está afirmando, mas demonstra um comportamento diferenciado em relação aos tipos de *achar* anteriormente descritos. Apresenta propriedades que se afastam significativamente daquelas inerentes aos verbos. Tem um comportamento muito semelhante ao dos itens que exercem a função gramatical de advérbio.

O *achar4* não aceita variabilidade de modo, tempo, pessoa e número; tem a forma fonológica cristalizada na primeira pessoa do singular - que pode vir realizada foneticamente ou não -, tempo presente, modo indicativo.

Esta cristalização mais avançada fica evidente, por exemplo, quando uma forma de *achar* aparece fora da sentença, codificada em outros tempo, modo e pessoa que não a primeira de presente do indicativo, o que se poderia pensar tratar-se de um *achar4*. Acontece que neste caso, a mudança de posição repercute semanticamente, o item não aceita mobilidade sintagmática

sem que se altere o sentido, que não é de dúvida, sugere ser a descrição de um julgamento, o elemento tem a carga semântica de um *achar*³ (*palpite*) (exemplos 71 e 72).

Ao contrário, no mesmo exemplo, quando substituimos *achei* por *eu acho* a única leitura que entendemos, se não possível, porém mais forte, é a de um elemento que tem o caráter adverbial modalizador, exemplos (71b), (71c), (72a) e (72b):

(71) Então ele pareceu perceber, *achei*, as intenções da minha amiga:...(ACM/LR - CE)

(71a) *Achei* então que ele pareceu perceber(...) as intenções da minha amiga:...

(71b) Então ele pareceu perceber as intenções da minha amiga, *eu acho*

(71c) Então ele pareceu perceber, *eu acho*, as intenções da minha amiga

(72) Ela estava sendo modesta e sincera, *achei*. (ACM / LR - CE)

(72a) *Achei que* ela estava sendo modesta e sincera (...)

(72b) Ela estava sendo modesta e sincera (...), *eu acho*

O *achar*⁴ não subcategoriza argumento interno e tem grande mobilidade na cadeia sintagmática, pode aparecer anteposto, posposto ou interposto à sentença, sem que lhe altere o significado. Geralmente surge depois de uma emissão completa de raciocínio e pausa, exerce uma função semelhante a dos advérbios sentenciais, dos advérbios parentéticos.

(73) (Em relação a você) Até que eu compro bastante coisa, *eu acho*
(NURC/SP, F, 25a)

(74) Tristeza, *acho*, sei lá (RD, F, 30 a, 1).

(75) Mãe era morena assim, igual eu mehmo,(*acho*), na altura mehmo.

(RD, F,40 a, 0).

Ao utilizar o *achar*₄ o falante manifesta seu julgamento sobre o valor de verdade da proposição e também o seu (des)comprometimento em relação a essa verdade, revelando uma possibilidade epistêmica.

As propriedades anteriormente descritas nos autorizam a afirmar que o *achar*₄ desempenha funções normalmente codificadas pelos *advérbios modalizadores epistêmicos quase-asseverativos*, de acordo com a descrição de Castilho & Castilho (1996:222).⁴¹

“Os Modalizadores Epistêmicos, como a própria designação deixa ver, expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição.

(...) Os Quase-Asseverativos indicam que o falante considera o conteúdo de P quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo ele se furta “a toda responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade [da proposição]”: Berrenechea (1969:320). Através dos Quase-Asseverativos, avalia-se P como uma possibilidade epistêmica, decorrendo daqui uma baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo do que está sendo verbalizado”.

Essa baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo do que verbaliza e propriedades formais como grande mobilidade sintagmática e pouca ou quase-nenhuma integração na sentença, é o que permite caracterizar o *achar*₄.

A seguir, apresentamos as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas que Castilho & Castilho (1996) identificaram nos *advérbios quase-asseverativos*, e que são inerentes ao *achar*₄.

⁴¹Castilho & Castilho (1996) classificam como modalizador epistêmico quase-asseverativo o tipo de *achar* que classificamos como *achar*₃ (*palpite*). Estamos dando esta classificação, porém, ao tipo de *achar* que aparece desacompanhado da partícula *que*, pois entendemos que neste caso, a decategorização é mais forte, e o elemento tem um comportamento próximo ao dos advérbios.

Quanto aos aspectos semânticos, o *achar4* desencadeia significações na camada modal, decorrentes das avaliações que o falante promove a respeito do que ele diz na camada proposicional mas, sugere, também, transitar pela camada pragmática, à medida em que aparece como um mecanismo de pressuposição, de negociação da interlocução, pois é um elemento sinalizador do falante ao ouvinte sobre a incerteza do que assevera. Tal como um advérbio, o *achar4* possui grande complexidade quanto às significações que assevera.

Quando em posição 1 - à esquerda da sentença - o que dá ao elemento adverbial um valor monovalente, com único escopo, o *achar4* produz um valor semântico prototípico de advérbio. É o que acontece em (76):

(76)...depois houve um hiAto grande...com más produçõ::es...e agora...*eu acho*éh éh estamos vendo...a tentativa de um cinema...mais expressivo do que seja...do Brasil...(NURC, F, 2)

(76a)...depois houve um hiAto grande...com más produçõ::es...e (...)
provavelmente agora éh éh estamos vendo...a tentativa de um cinema...

O exemplo a seguir revela que o *achar4* pode ter também um valor semântico paragógico - ter simultaneamente dois escopos em direções opostas na sentença -. O falante pode não ter certeza sobre a cor de sua mãe e utiliza o *acho* para sinalizar isso, ou ainda, o *acho* pode estar sendo usado somente para demonstrar a incerteza quanto à altura:

(77) mãe era morena assim, igual eu mehmo, *acho* na altura mehmo (RD, 40 a, 0)

Em seu valor complexo o *achar*⁴ já não atua nas camadas proposicional e modal, e sim na camada pragmática, para a qual traz vestígios de sua atuação nas outras camadas, seu escopo pode estar no enunciado e na enunciação. A expectativa do falante na situação de enunciação se comprovaria através da paráfrase: "*Estou seguro que o conteúdo de P não pode ser asseverado.*"

"(...)isto é, a certeza do falante sobre a incerteza do conteúdo proposicional".(Castilho & Castilho 1996:231)

Assim:

(78) (Em relação a você) Até que eu compro bastante coisa, *eu acho*
(NURC/SP, F, 25a)

(78a) Estou seguro de que não posso afirmar que em relação a você até que eu compro bastante coisa, assim: (em relação a você) Até que eu compro bastante coisa, *talvez*

(78b) Até que eu compro bastante coisa, *é provável*

(79) Tristeza, *acho*, sei lá.(RD, F, 30 a, 1)

(79a) Estou seguro que não posso afirmar se o que sinto é tristeza, assim: (o que sinto?) Tristeza, *talvez*, sei lá

Tristeza, *provavelmente*, sei lá

Entre as propriedades apresentadas pelos advérbios modalizadores epistêmicos quase-asseverativos analisados por Castilho & Castilho (1996), o *achar*⁴ apresenta uma combinação dos comportamentos do *talvez* e do *provavelmente*.

Como o *talvez*, o *achar*⁴ ocorre nas seguintes distribuições:

I) Na periferia de S, posições 1 e 2⁴²:

(80) ...depois houve um hiAto grande...com más produçõ::es..e agora ...*eu acho* ()éh éh estamos vendo ...a tentativa de um cinema ...mais expressivo do que seja...do Brasil (NURC, F, 2)

(81) ...num sei *eu acho* assim...decrecendo *eu acho* (RD, F, 1 (1a))

II) Posição 3⁴³:

SU__ V:

(82) SU [Todo mundo que vem do ES pra cá] *eu acho* assim, principalmente nessa região aqui, V[vem] na idéia de sê fazendêro (RD, M, 1)

III) Posição 4

V _ x^{top} :

(83) ...Essa (música) *eu acho* tu sabes qual é (NS)

O *achar*⁴ também parece inclinado a ocorrer mais na posição periférica à direita da sentença - uma das posições mais ocupadas pelo *provavelmente*, segundo Castilho & Castilho (1996) - o que lhe dá um *status* de hiperpredicador, como revelam os exemplos a seguir:

(84) (quanto à preocupação com o próximo) é..eu também não...*acho* (NURC, F,1)

(85) ...mas vai ser logo...*eu acho* (NURC, F, 2)

(86) num sei...decrecendo *eu acho* (RD, M, 1)

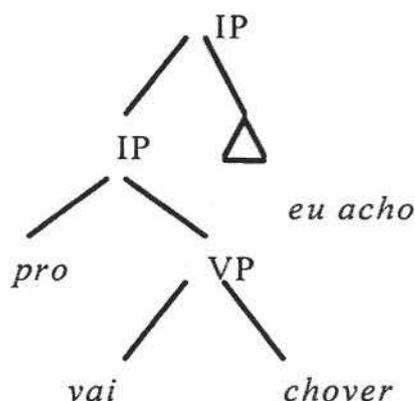
(87) eu num sei nem contém *eu acho* (RD, F, 2 (2a))

⁴²À esquerda e à direita da sentença, respectivamente.

⁴³Anterior ao verbo.

Além das propriedades apresentadas anteriormente, outro aspecto que nos leva relacionar o *achar*₄ com os elementos que exercem funções semelhantes as de um advérbio é a sua posição na representação arbórea, descrita abaixo. Galves (com. pessoal) observou que o *achar*₄, diferentemente dos tipos anteriores, não é mais núcleo da oração, está numa adjunção.

Uma relação de complementação foi desfeita e o item passa de selecionado para não-selecionado, um IP que pode ser reinterpretado não mais como o vestígio de um verbo (*pro*) e sim como um adjunto. Sendo assim, pode-se falar que o *achar*₄ mantém na sentença uma relação tal como a de um advérbio. Um enunciado como “*Vai chover...eu acho*” teria a seguinte representação:



Individualizados os tipos de *achar*, comparamos as propriedades apresentadas por cada um deles às propriedades do item lexical fonte do processo, o verbo pleno, o *achar*₁. Levamos em consideração: paráfrase aceita, variabilidade modo-temporal, pessoas do verbo, presença e tipo de argumento

interno exigido e oração em que aparece.

Os resultados dessa comparação foram arranjados no quadro abaixo, onde também resumimos as características de cada tipo de *achar*:

QUADRO IX: ASPECTOS COMPARATIVOS ENTRE OS TIPOS DE *ACHAR*

PROPRIEDADES	<i>ACHAR1</i>	<i>ACHAR2</i> <i>APRECIÇÃO</i>	<i>ACHAR2'</i>	<i>ACHAR3</i> <i>PALPITE</i>	<i>ACHAR4</i>
PARÁFRASE	encontrar/ procurar/ descobrir	considerar/ pensar / afirmar	considerar	supor / é possível	talvez / pro- vavelmente
VARIABILIDADE DE TEMPORAL	presente / perf./impf.	presente / per feito	presente/ perfeito	presente/ perfeito	presente
VARIABILIDADE DE MODO	indic./imp./ subj.	indicativo / subjuntivo/	indicativo/ subjuntivo	indicativo	indicativo
PESSOAS DO VERBO	1a / 2a / 3a S/P	1a/2a/3a S/P	1a, 2a, 3a, SP	1a. S	1a S
PRESENÇA E TIPO DO ARGUMENTO INTERNO	SN que pode vir ou não realizado foneticamente, com o traço [+concreto]	Oracional	SN que pode vir ou não realizado foneticamente, é predicado por um qualificador, [+abstrato]	Oracional	perda do argumento interno
TIPO DE SENTENÇA EM QUE APARECE	absoluta / hipotática / núcleo / encaixada	principal	Absoluta / núcleo / principal.	principal	depois de uma emissão completa de raciocínio e pausa (fora da oração)
CARACTERIZAÇÃO	pressupõe o encontro entre duas entidades do mundo real; [-controle], incerteza	performativo-modalizador, avaliativo depende de fatores inerentes ao falante.	Performativo-modalizador, avaliativo, maior grau de certeza	modalizador, fatores externos ao falante fazem com que a incerteza, passe para o nível das possibilidades	incerteza, dúvida, probabilidade

As características e a síntese apresentadas acima foram esquematizadas de forma a facilitar a vida do leitor e, por isso sugerem que existem fronteiras claras e nítidas entre os vários tipos de *achar*. Todavia, tal

não é o caso. Os limites são frouxos e imprecisos. Trata-se de um *continuum*. E como tal, as mudanças no estatuto dos itens não ocorrem de maneira abrupta e sim através de transições graduais, em cadeias.

Nessas cadeias as estruturas conceituais, não-modais, menos modais e mais modais, se sobrepõem e formam o canal que compreende o ciclo que vai do ponto inicial, o *achar1*, ao ponto mais avançado do processo de gramaticalização, que pelo menos neste momento, sugere ser o *achar4* [+ abstrato].

As propriedades apresentadas pelos tipos de *achar* são indícios de que as mudanças que atingiram essas formas apontam, unidirecionalmente, para o domínio da modalidade. Um significado lexical, [+ concreto], situado num ponto mais à esquerda - *achar1*, *encontrar*, *descobrir* - foi manipulado conceptualmente para designar significados modalizadores, mais gramaticais, [+ abstratos], situados mais à direita do *continuum*.

Esses elementos estão deixando de manifestar, gradativamente, as propriedades de verbo pleno, decategorizando-se. Entre esses indícios estão: a gradativa perda da variabilidade de tempo e modo e o uso restrito na primeira pessoa do singular a partir do *achar3*(*palpite*) - variabilidade que é plena no *achar1*-, e a perda do argumento interno pela forma *achar4*.

A sobreposição das propriedades de item lexical e modalizador epistêmico é observada a partir do *achar2*(*apreciação*), uma forma híbrida, que apresenta simultaneamente propriedades da classe fonte e da classe para a qual a mudança se direciona (alvo).

Na continuidade da mudança a forma híbrida *achar2* (*apreciação*), provavelmente recompensou as “perdas” das propriedades de item lexical, desenvolvendo um processo de recategorização: uma nova e

específica função, o modalizador epistêmico *achar*³(*palpite*). Processo que pode ter se repetido na mudança desenvolvida do *achar*³(*palpite*) para o *achar*⁴.

É provável que entre os efeitos dessa recategorização estejam a grande variabilidade sintagmática e a não exigência de subcategorização de argumento interno, características do *achar*⁴.

Entendemos que o mecanismo atuante neste processo de mudança é a metáfora. Um significado de domínio lexical, concreto - *achar*¹ “encontrar”, originário do latim *afflare*, “soprar”, “cheirar”, “encontrar a caça pelo cheiro” - é estendido metaforicamente e recrutado para conceituar significados do domínio da modalidade, mais abstrato. Uma expressão pré-existente, o verbo pleno *achar*, na primeira pessoa do presente do indicativo, exprime novos conceitos, que seguem uma escala que vai da certeza à probabilidade. Há uma transferência do “mundo real” (das coisas) para o mundo do discurso, um termo que era usado com referência a entidades do mundo sociofísico passa a referir-se a entidades do mundo da razão, que têm existência no ato da fala.

Essa extensão metafórica pode ser decorrente de motivação icônica. O processo de encontro (da caça), conceito mais concreto, palpável, é mapeado em um domínio mais abstrato, da modalidade, as idéias - ‘opiniões’, ‘crenças’, ‘julgamentos’ e ‘dúvidas’ - são vistas como objetos. O traço do significado fonte que provavelmente permanece e é estendido é o [- controle]: a não-certeza em relação ao encontro do objeto, existe também em relação ao valor de verdade da proposição e é manifesta através do modalizador *eu acho*.

Partindo-se das considerações de Heine *et alii* (1991) e de Hopper & Traugott (1993), podemos pensar que, além de metáfora, a

metonímia pode também estar atuando no desenvolvimento dos tipos modalizadores de *achar*. Os variados graus de modalidade codificados pelas formas *achar2(apreciação)*, *achar2'*, *achar3(palpite)* e *achar4*, sugerem alguma relação com o que Heine *et alii* (1991) denominam de *re-interpretação induzida pelo contexto*, uma vez que a interpretação dos conceitos que esses elementos exprimem está sujeita a fatores contextuais.

Nessa re-interpretação, num estágio I, um sentido B, mais abstrato - *achar2(apreciação)* - é adicionado ao significado fonte A, mais concreto, quando em um contexto específico C. Isto pode resultar em ambigüidade semântica, desde que os sentidos A ou B possam estar implícitos no contexto C. No contexto de uma oração encaixada copulativa reduzida em que o SN predicativo tem o traço [+ concreto] pode acontecer que falante queira dizer A e o ouvinte interprete B, ou vice-versa. O exemplo a seguir ilustra o afirmado:

(88) era...*eu achava...*(era) uma vida farta...*eu sempre gostei de Rondon.*
(RD, F, 3 (3a))

O falante pode estar se referindo ao fato de que sempre que chegava àquela cidade encontrava uma vida farta e o ouvinte entender como se fosse um julgamento sobre a vida naquela cidade, ou vice-versa.

Num estágio II a existência do sentido B possibilita que a forma seja usada em contextos que excluam a ambigüidade. No exemplo a seguir, o *achar2 (apreciação)* aparece livre de ambigüidades, o sentido A é excluído e a única leitura possível é de julgamento:

(89) porque ela só me chamava de madame *eu acho* muito desagradável ()
você me chame de dona H. mas não me chame de madame...(NURC, F, 3)

E num estágio III a forma B é convencionalizada, e apresenta propriedades que não estão presentes em A. O *achar2* (*apreciação*) é reconhecido como um sentido diferenciado de A - *opinar* -, inclui-se no paradigma de verbos performativos, e a partir dele decorrem novos significados, como o *achar3* (*palpite*) e o *achar4*.

O comportamento do *achar2* (*apreciação*), *achar2'*, *achar3* (*palpite*) e do *achar4* descrevem a maneira como Palmer (1986) vê os verbos modalizadores: a gramaticalização das atitudes e opiniões dos falantes. Esses itens pertencem a uma classe intermediária entre a dos itens lexicais e dos itens gramaticais, desenvolveram-se gradualmente no decorrer do tempo⁴⁴, encontram-se em estágios diferenciados de gramaticalização e originaram-se de um item lexical, um verbo pleno.

Segundo a tipologia de Hengeveld (1988), podemos dizer que tais elementos estariam localizados em um pontos diferentes do *continuum* que descreve a modalidade epistemológica subjetiva epistêmica. Expressam o comprometimento do falante com a verdade da proposição, que por sua vez, não pode ser contestada porque o falante posiciona-se como a fonte e o julgador da informação, e descrevem graus decrescentes de certeza com relação ao que se afirma, graus que vão da certeza à incerteza, e da possibilidade à probabilidade.

Para dar mais sustentação à análise qualitativa, submetemos todas as ocorrências de *achar* das amostras NURC e RD a uma análise qualitativa. Antes porém, proporemos um breve diálogo entre a Teoria Geral de Mudança Lingüística e a GR .

⁴⁴Vide resultado de análise diacrônica no capítulo VI.

CAPÍTULO V

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

1. Procedimentos

1.1. Neste capítulo, inicialmente, contemplamos um possível diálogo entre a Teoria de Mudança, proposta por Weinreich, Labov & Herzog (1971) e a abordagem da Gramaticalização; a seguir, apresentamos os resultados quantitativos que comprovam empiricamente a análise qualitativa que desenvolvemos no capítulo anterior. Para essa análise quantitativa, utilizaremos alguns mecanismos da Sociolinguística Variacionista.

Para Weinreich, Labov & Herzog (1971) uma teoria de mudança deve estar apoiada em pressupostos e atender a alguns problemas. Os pressupostos são os seguintes:

1. A mudança lingüística não deve ser identificada como um procedimento aleatório a partir de variação inerente à fala. As mudanças lingüísticas começam quando a generalização de uma determinada variante num determinado subgrupo da comunidade de fala assume uma certa direção e adquire o caráter de diferenciação ordenada.
2. A associação entre estrutura e homogeneidade é ilusória. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada de falantes e de estilos através de regras que governam a variação na comunidade de

fala; o controle da linguagem pelos falantes nativos inclui o controle de tal estrutura heterogênea.

3. Nem toda variação e heterogeneidade na estrutura lingüística envolvem mudanças; porém todas as mudanças envolvem variação e heterogeneidade.

4. A generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é nem uniforme e nem instantânea; envolve a co-variação de mudanças associadas no decorrer de substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas em áreas do espaço geográfico.

5. As mudanças lingüísticas ocorrem nas gramáticas das comunidades de fala. Em virtude das estruturas variáveis contidas em uma língua serem determinadas pela função social, os idioletos não podem fornecer a base para gramáticas internamente consistentes.

6. A mudança lingüística é transmitida na comunidade como um todo; não está confinada a passos discretos na família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança lingüística serão produtos de específicas descontinuidades na comunidade, ao invés de inevitáveis produtos de lacunas geracionais entre pais e filhos.

7. Fatores lingüísticos e sociais estão intimamente interrelacionados no desenvolvimento de mudanças lingüísticas. As explicações que são confiadas a um ou a outro aspecto, não importando quão bem construídas estejam, falharão ao tentarem dar conta da riqueza de irregularidades que podem ser empiricamente observadas no comportamento lingüístico.

Segundo os autores, a partir desses pressupostos, uma teoria forte de mudança deve ser capaz de dar conta de cinco problemas:

1. O problema das *restrições*: reconhecida a heterogeneidade dos sistemas lingüísticos naturais e que toda mudança lingüística pressupõe variação, um dos possíveis objetivos de uma teoria forte de mudança seria determinar o conjunto das mudanças possíveis de ocorrer, a direção que elas vão tomar, e o que está tornando possível a sua implementação;

2. O problema da *transição* diz respeito ao fato de que todas as mudanças distribuem-se continuamente através de sucessivas faixas etárias de determinada população, é um processo diacrônico. Há estágios intervenientes de uma mudança em progresso, que definem o caminho pelo qual uma estrutura A desenvolve-se para estrutura B.

Graças aos traços arcaico/inovador atribuídos a algumas variantes a teoria da linguagem pode observar quando as mudanças na língua acontecem. Além do mais, a observação 'in vivo' da mudança lingüística permite recuperar aspectos de mudança que ficaram perdidos no passado.

Segundo a proposta que estamos considerando, a mudança é precedida por um estágio em que duas formas alternantes co-existem na competência do falante. A mudança se instancia no momento em que o falante privilegia uma das alternantes e a outra torna-se obsoleta.

3. O problema do *encaixamento*: as mudanças devem ser investigadas à luz de sua inserção no sistema lingüístico e na estrutura social. Quanto ao primeiro aspecto, os autores em pauta concebem o sistema lingüístico como

- i. um conjunto de níveis discretos, coexistentes, identificados por estrita co-ocorrência, funcionalmente diferenciados e disponíveis para a comunidade de fala;
- ii. compreendendo variáveis intrínsecas, definíveis a partir de co-variação com elementos lingüísticos e extralingüísticos.

Vale recordar que raramente um sistema se modifica como um todo. O que ocorre é uma mudança gradual nos valores modais de uma variante.

Quanto ao segundo aspecto, os autores defendem que o encaixamento da estrutura lingüística em mudança na estrutura social da comunidade de fala requer a inclusão de informação de natureza social e geográfica quando da formulação das regras que descrevam a mudança.

4. O problema da *avaliação*: uma teoria da mudança lingüística deve estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos das várias camadas variáveis existentes em uma estrutura heterogênea. É interessante lembrar que os correlatos subjetivos de mudança são mais categóricos na natureza do que os modelos de mudança de comportamento: suas investigações aprofundam nosso entendimento a propósito da maneira como uma categorização discreta é imposta na continuidade do processo de mudança.

5. O problema da *atuação*: para os autores, a mudança lingüística inicia-se quando um traço variável espalha-se através de um subgrupo específico da comunidade. Este traço assume, então, uma certa significação social, usualmente os valores atribuídos ao grupo social que adotou o traço em questão. Dado o encaixamento na estrutura lingüística, o traço em questão gradualmente generaliza-se para os outros elementos

da estrutura. Este espraiamento pode ser bastante lento, de maneira que podem ocorrer modificações na estrutura social da comunidade antes que o processo se complete. Novos grupos podem entrar na comunidade e reinterpretar o processo de mudança de tal forma que uma mudança secundária se transforma em primária. O que era variável torna-se constante.

Uma 'leitura' das propostas da abordagem da gramaticalização à luz das proposições de Weinreich, Labov & Herzog (1971) mostra que a GR atenta para três dos cinco problemas listados anteriormente: restrição, encaixamento e atuação.

Quanto ao problema da restrição, a GR busca prever o Direcionamento da mudança, as propriedades da forma fonte, as motivações e processos através dos quais a mudança se instancia. A GR aborda o problema do encaixamento na estrutura lingüística à medida em que reconhece que o processo se dá em contextos específicos e alude as conseqüências que a gramaticalização pode acarretar para um domínio funcional. A GR deixa de lado aspectos do encaixamento na estrutura social. Preocupada apenas com aspectos cognitivos e contextuais, a abordagem da GR não trabalha com a hipótese de que fatores sociais podem ter influência sobre esse tipo de mudança.

Ainda que a abordagem tradicional da GR não atente para o encaixamento das mudanças na estrutura social, entendemos que a irradiação do uso das formas gramaticalizadas por toda a comunidade pode se dar em correlação com fatores lingüísticos e sociais. Por isso, ao procedermos a análise quantitativa dos dados de fala analisaremos fatores lingüísticos, mas a ênfase maior será dada aos fatores sociais.

1.2. Não procederemos a uma análise quantitativa⁴⁵ no sentido clássico, apenas nos valeremos de alguns procedimentos metodológicos da teoria da variação lingüística. Faremos uso de termos como envelope de variação, variáveis, grupo de fatores como recursos para sistematizar nossa análise.

Como já mencionamos anteriormente, nesta análise quantitativa objetivamos referendar estatisticamente os resultados de nossa análise qualitativa. Por isso, utilizamos como variáveis independentes lingüísticas algumas das propriedades apresentadas pelos tipos de *achar* sintetizadas no quadro IX, quais sejam: *tempo e modo verbal, pessoa do discurso e realização fonética do sujeito*. E, pretendendo vislumbrar um caso de GR encaixado também na estrutura social, procederemos a uma análise que enfatiza os seguintes grupos de fatores extra-lingüísticos: *gênero, tipo de amostra e faixa etária*.

O envelope de variação ficou, então, assim constituído:

“variável dependente”

1. Tipo de *achar*:

Achar1
Achar2 (apreciação)
Achar2'
Achar3 (palpite)
Achar4

“variáveis independentes”

2. Tempo verbal

presente
 passado
 futuro

⁴⁵Análises estatísticas em estudos sobre GR são recentes, entre as quais podemos citar os Thompson & Mulac (1991), sobre os epistêmicos parentéticos no Inglês, e Givón (1991), sobre os verbos seriais em línguas Papua, da Nova Guiné.

3. Pessoa do discurso

1a singular

2a singular

3a singular

1a plural

2a plural

3a plural

4. Modo verbal

Indicativo

Subjuntivo

Imperativo

5. Realização fonética do sujeito

Sujeito realizado foneticamente

Sujeito não realizado foneticamente

6. Gênero

Masculino

Feminino

7. Faixa etária

25 - 35 anos

36 - 55 anos

56 anos em diante

8. Tipo de amostra

NURC / SP

Rondon

Definido o envelope de variação, submetemos todas as ocorrências de *achar*⁴⁶ ao programa Varbrul⁴⁷. Seguindo todos os pré-requisitos exigidos, executamos o subprograma MAKECELL com o objetivo de verificarmos o percentual de aplicação de cada fator em relação à variável dependente - *tipos de achar*- e as variáveis lingüísticas e extralingüísticas. A partir dos resultados obtidos, isolamos as variáveis sociais, e em uma segunda “rodada”, procedemos a vários cruzamentos utilizando o subprograma CROSS3000.

⁴⁶ A frequência dos outros modais das amostras foram analisadas separadamente.

⁴⁷ Pacote de programas computacionais criado por David Sankoff que serve para a análise quantitativa de

Trabalhamos inicialmente somente com os dados de fala, num total de 459 ocorrências, dados extraídos dos diálogos entre dois informantes do NURC/SP e das entrevistas do *corpus* Rondon.

Os resultados obtidos com as variáveis lingüísticas *tempo*, *modo*, *pessoa* e *realização fonética* estão na tabela a seguir:

TABELA 1: ACHAR X TEMPO, MODO, PESSOA & REALIZAÇÃO FONÉTICA

	ACHAR1		ACHAR2 APRECIÇÃO		ACHAR2'		ACHAR3 PALPITE		ACHAR4		TOTAL	
Presente	2	33%	117	92%	40	72%	83	100%	31	100%	273	90,4%
Passado	4	67%	9	8%	16	28%	-	-	-	-	29	9,6%
Indicativo	5	83%	126	100%	56	100%	83	100%	31	100%	301	99,6%
Subjuntivo	1	17%	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,4%
1ª. singular	4	66%	110	87,5%	54	96%	83	100%	31	100%	282	93,3%
2ª. singular	-	-	2	1,5%	-	-	-	-	-	-	2	0,7%
3ª. singular	0	0%	9	7%	1	2%	-	-	-	-	10	3,3%
3ª. plural	2	34%	5	4%	1	2%	-	-	-	-	8	2,6%
Realizado	2	44%	87	70%	44	79%	54	66%	13	41%	200	66%
Não realiz.	4	66%	39	30%	12	21%	29	34%	18	58%	102	44%
TOTAL	6	2%	126	42%	56	19%	83	27%	31	10%	302	100%

Os resultados apresentados acima mostram que no *achar1*, a variabilidade de tempo, modo e pessoa é plena. Os verbos *achar2* e *achar2'* ainda mantém uma certa variabilidade embora sejam usados principalmente na primeira pessoa do presente do indicativo. É esta variabilidade que nos permite dizer que esses itens estão num grau intermediário de gramaticalização, cujos pontos de partida e de chegada são, respectivamente, o *achar1* (verbo pleno) e o *achar4* (mais modal).

Os tipos de *achar* que têm o caráter modalizador mais forte -

achar3 (palpite) e *achar4* - deixam de apresentar as propriedades verbais mais plenas, ou seja, deixam de manifestar variabilidade de modo, tempo e pessoa, evidenciando uma decategorização. Todas as ocorrências desses dois tipos de *achar* encontram-se em primeira pessoa do singular do tempo presente do modo indicativo.

Esta cristalização de modo, tempo e pessoa deve estar relacionada ao fato de que o momento da enunciação é simultâneo à modalização do conteúdo enunciado, quando o falante chama para si a responsabilidade sobre o que diz, posicionando-se em relação à avaliação do valor de verdade do que enuncia.

A posição do falante parece que também é marcada foneticamente. As formas intermediárias do processo de GR - *achar2 (apreciação)*, *achar2'* e *achar3(palpite)* - apresentaram considerável tendência a realizar foneticamente o pronome-sujeito, o falante "sinaliza" que é a fonte e a origem do que enuncia.

Apesar dos resultados estatísticos da tabela 1 respaldarem nossa análise qualitativa, temos consciência do limitado número de ocorrências dos dados de língua falada. Por isso, arrolamos também dados de língua escrita e, analisamos seu comportamento em relação às *variáveis tempo e modo*, incluindo, também, as formas nominais dos verbos.

Reconhecemos que, no que tange às mudanças lingüísticas, a língua escrita é mais conservadora do que a língua falada, no entanto, as ocorrências analisadas são, na sua maioria, provenientes de diálogos ou de reprodução de diálogos, ou seja, de uma modalidade muito próxima à língua falada cotidianamente.

A investigação dos dados de língua escrita, portanto, poderá providenciar uma comprovação empírica extra de nossa primeira análise, e

simultaneamente nos revelar que os elementos aqui identificados integram a competência dos falantes nativos, que os autores reproduzem em seus textos e, portanto, já estão na gramática (normativa) da língua.

As obras pesquisadas compõem o *corpus* da UNESP-AR, já apresentado anteriormente. Trabalhamos com um total de 1434 ocorrências, 879 encontradas em obras romanesecas e 555 em obras dramáticas.

Os resultados da análise dos dados da escrita estão na tabela 2, a seguir:

TABELA 2: VARIAÇÃO MODO-TEMPORAL X TIPO DE ACHAR⁴⁸ (CE)

TIPO DE <i>achar</i> MODO E TEMPO	<i>achar1</i>	<i>achar2</i> (<i>apreciação</i>)	<i>achar2'</i>	<i>achar3</i> (<i>palpite</i>)	<i>Achar4</i>	TOTAL
INDICATIVO						
Presente	5 2,5%	396 75%	112 41,5%	220 84%	19 100%	752
Pretérito perfeito	42 23%	36 6%	51 19%	16 6%	–	145
Pretérito imperfeito	19 10%	36 6%	50 18,5%	11 4%	–	116
Pretérito mais-que-perfeito	5 2,5%	5 1%	1 0,2	–	–	11
Futuro do presente	–	–	–	–	–	–
Futuro do pretérito	2 1%	3 0,5%	–	–	–	5
SUBJUNTIVO						
Presente	3 1,5%	2 0,3%	5 2%	–	–	10
Pretérito imperfeito	6 3,5%	2 0,3%	8 3,5%	–	–	16
Futuro	1 0,5	1 0,2%	–	–	–	2
IMPERATIVO						
Afirmativo	3 1,5%	–	–	–	–	3
Negativo	–	–	–	–	–	–
INFINITO	64 35%	31 5%	18 6,8%	3 1%	–	116
GERÚNDIO	6 3,5%	12 2%	20 7%	13 5%	–	51
PARTICÍPIO	27 15%	2 0,2	4 1,5%	–	–	33
TOTAL	183	526	269	263	19	1260

Estes números corroboram os resultados da primeira análise e

⁴⁸ Para esta análise só trabalhamos com dados em primeira pessoa do singular de cada tempo e modo verbal e

acrescentam evidências de que, à medida que apresentam um caráter modalizador mais forte, os tipos de *achar* tendem a não manifestar variabilidade modo-temporal⁴⁹.

Só no *achar1* a variabilidade é plena, com ocorrências em todos os tempos e modos. A partir do *achar2*' começa a diminuir, e no *achar4* é inexistente, o uso deste item restringe-se ao presente do indicativo.

Confirmando as expectativas, o *achar4*, só acontece no tempo presente do modo indicativo, e sempre na primeira pessoa, codificação que, reiteramos, já não parece ser uma propriedade verbal e sim uma cristalização da forma *eu acho*.

Conforme menção anterior, pretendemos verificar se os processos de GR também são sensíveis a fatores sociais, levando em consideração o papel do falante, e não apenas a aspectos cognitivos e contextuais, como sugere a abordagem tradicional da GR.

Entre os fatores sociais que podem estar correlacionados a esse subtipo de mudança lingüística destacamos: *gênero*, *tipo de amostra* (escolaridade) e *faixa etária*. Para esta análise consideraremos apenas os usos mais gramaticalizados de *achar* – *achar3* (*palpite*) e *achar4*. Em relação ao primeiro grupo de fatores consideramos as amostras NURC e Rondon em conjunto, nos demais as amostras serão analisadas individualmente.

Optamos pela utilização do termo *gênero* em lugar de *sexo*, levando em consideração que, de acordo com Chambers (1995), no uso da linguagem, homens e mulheres desempenham papéis definidos a partir de

⁴⁹ O grande número de ocorrências fornecido pelo *corpus* favoreceu a decomposição de todos os modos e tempos verbais - segundo o modelo da Gramática Tradicional -, o que não foi possível procedermos em relação a dados

normas e convenções sociais e não a partir de suas condições biológicas.

Chambers (1995) correlaciona esta variável ao desenvolvimento de processos de mudança e destaca a responsabilidade das mulheres que, estando no mesmo grupo social e nas mesmas circunstâncias que os homens, utilizam bem menos as variantes estigmatizadas ou não-padrão.

Esta sensibilidade feminina às formas de prestígio, até mesmo em situações de variação estável, é atribuída principalmente ao fato de as mulheres serem mais afetadas pelas pressões locais e, por isso, terem necessidade de definir seu papel (*status*) na estrutura social moderna, seja qual for a classe social a que pertençam.

A tabela a seguir descreve os resultados para a variável gênero:

TABELA 3: TIPOS DE ACHAR X GÊNERO

	ACHAR3		ACHAR4		TOTAL	
Feminino	38	45%	18	58%	56	49%
Masculino	45	54%	13	42%	58	51%
Total	83		31		114	

Os números acima demonstram oscilação no uso entre homens e mulheres, porém há predomínio das mulheres em relação ao uso do *achar4*.

A variável *tipo de amostra* remete indiretamente ao grau de escolaridade. Considerando a influência normatizadora da escola, hipotetizamos que os falantes da amostra NURC, todos de nível superior, façam mais uso de outros modais - *supor, imaginar, crer, possivelmente, provavelmente, talvez* - do que os informantes da amostra RD que têm o

de fala, quando trabalhamos apenas com a noção de tempo absoluto.

nível de escolaridade variando entre 0, 1^o e 2^o graus.

Os números relativos a esse grupos de fatores estão dispostos na tabela a seguir:

TABELA 4: COMPARAÇÃO ENTRE A FREQUÊNCIA DO *ACHAR* E OUTROS MODAIS

	<i>Achar</i> ³⁺⁴		PARECER		ACREDITAR		TALVEZ		OUTROS		TOTAL
NURC	62	34%	46	25%	16	8%	25	14%	33	19%	182
RONDON	52	84%	7	11%	-		2	3%	1	2%	62
Total	114	47%	53	22%	16	6%	27	11%	34	14%	244

Quanto ao uso dos tipos de modais por amostra, verificamos um predomínio das formas modalizadoras, - *achar*³ (*palpite* e *achar*⁴)- na amostra Rondon, cujos informantes são menos escolarizados. De todos os modalizadores da amostra NURC, 34% são codificados na forma *achar*. Na amostra RD esse percentual sobe para 83,87%.

Estaremos considerando a variável independente faixa etária para promovermos um estudo em *tempo aparente*, conforme propõe Labov (1994).

Um estudo em tempo aparente, segundo Labov (1994, *apud* Callou *et alii* 1998), tem como pré-condição necessária, tanto para a reconstrução histórica quanto para o uso do presente, o princípio do uniformitarismo. Segundo esse princípio, todos os fenômenos geológicos⁵⁰ podem ser explicados como resultantes de processos observáveis que operam de maneira uniforme.

O princípio do uniformitarismo seria a pré-condição necessária tanto para a reconstrução história, quanto para o uso do presente para explicar o passado, pois permite inferir pela observação de processos em curso aqueles que operaram no passado. A partir dessa

⁵⁰Princípio oriundo, por empréstimo, da geologia.

concepção Labov (1994) propõe o que se convencionou chamar análise em tempo aparente, ou seja, que é possível captar as diversas etapas de um processo de mudança através da análise distribucional-quantitativa de variáveis em diferentes faixas etárias.

É o formato da curva de distribuição das variantes pelas diferentes faixas etárias que torna possível detectar se o fenômeno em análise é uma instancia de mudanças em progresso e ou uma variação estável, ou até mesmo se é um caso de gradação etária, que se repete a cada geração.

Em um estudo em tempo aparente, de acordo com a concepção clássica de mudança, considera-se, segundo Naro (1992:82), que “*o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente quinze anos de idade*”. Essa noção de congelamento do sistema lingüístico do falante na puberdade, permite dizer, por exemplo, que um falante de 70 anos de idade reproduz em sua fala o estado da língua de 55 anos atrás.

A escala em tempo aparente obtida através de um estudo de falantes de idades diferentes, é o que denomina-se de “gradação etária”, ela corresponde, de acordo com a hipótese clássica, a uma escala de mudança em tempo real.

Labov (1994) propôs uma combinação das possibilidades de mudanças e/ou de não-mudança dos indivíduos e das comunidades ao longo do tempo, combinação que resulta em quatro padrões diferentes, dispostos no quadro a seguir:

QUADRO X: PADRÕES DE MUDANÇA NO INDIVÍDUO E NA COMUNIDADE

	INDIVÍDUO	COMUNIDADE
1. Estabilidade	estável	estável
2. Gradação etária	instável	estável
3. Mudança geracional	estável	instável
4. Mudança comunitária	instável	instável

(Labov, 1994, *apud* Callou *et alii* 1998:66)

Os dois primeiros padrões podem ser facilmente interpretados da seguinte maneira: se o comportamento dos indivíduos é estável durante toda a sua vida e a comunidade se mantém estável também, não há variação a analisar e tem-se a *estabilidade*; se os indivíduos mudam seu comportamento lingüístico durante suas vidas, porém a comunidade como um todo permanece a mesma, o padrão pode ser considerado como *gradação etária*.

O terceiro e o quarto padrão não são tão fáceis de serem apreendidos. Na mudança geracional, os indivíduos apresentam uma frequência característica para uma variante em particular, mantendo-a durante toda a sua vida. Aumentos regulares, porém, dessas frequências individuais durante várias gerações podem levar a uma mudança comunitária. Neste tipo de mudança, todos os membros da comunidade alteram conjuntamente suas frequências ou adquirem simultaneamente novas formas. Para Labov (1994, *apud* Callou *et alii* 1998:66), este seria o padrão característico da mudança lexical e sintática, enquanto a mudança geracional seria típica da mudança sonora e morfológica.

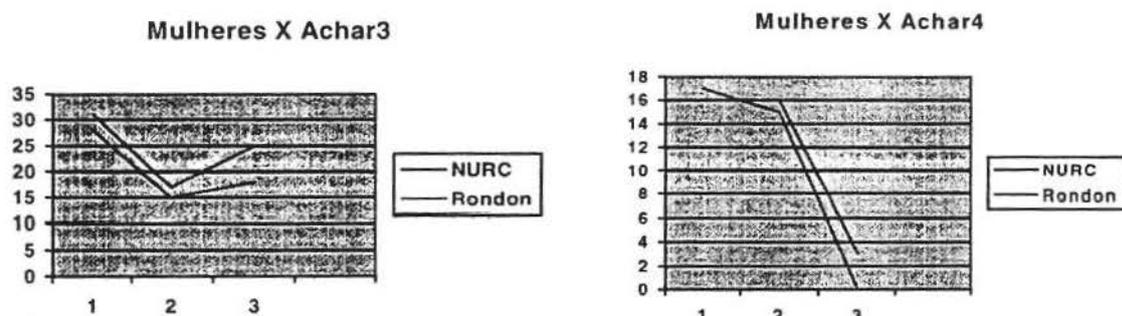
Com o objetivo de verificar o comportamento do indivíduo e da comunidade, ou seja, verificar se se trata de mudança em progresso ou de um caso de variação estável, compararemos a distribuição dos tipos de *achar* mais gramaticalizados nas duas amostras. Analisamos separadamente as mulheres e os homens de mesmas faixas etárias.

O ideal em um estudo em tempo aparente, para se verificar um

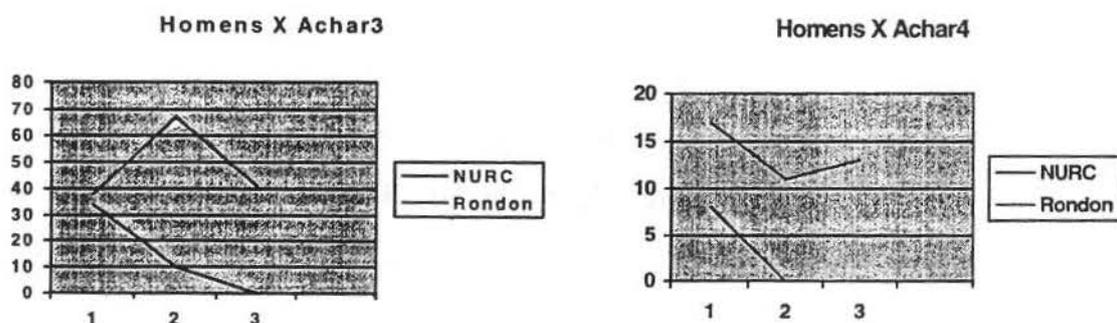
caso de mudança em progresso, seria trabalhar com mesmos indivíduos em duas amostras recolhidas em épocas diferentes. Como isso não nos foi possível, procedemos a um estudo comparativo entre os resultados obtidos com a amostra NURC, coletada na década de 70, e os resultados da amostra, Rondon, constituída na segunda metade da década de 90:

Achar3 e *achar4*, homens e mulheres foram analisados separadamente.

Através das figuras a seguir podemos comparar a frequência percentual nas duas amostras:



Com relação às mulheres, as curvas de distribuição do *achar3* apontam para variação estável nos dois *corpora*. E as do *achar4* apontam para mudança em progresso no NURC e no Rondon. Em relação ao *achar3*, as mulheres das três faixas etárias não modificaram seu comportamento dos anos 70 para os anos 90, mas o uso foi mais recorrente na primeira faixa etária. E quanto ao *achar4*, o item foi utilizado de maneira semelhante nas duas primeiras faixas etárias, uso que decresce consideravelmente entre as mulheres de mais idade, e chega a ser nulo na amostra Rondon.



Com relação aos homens, as curvas de distribuição para *achar3* e *achar4* apontam, respectivamente, para mudança em progresso no NURC e variação estável no Rondon. O uso de *achar3* no NURC diminui da primeira para a segunda faixa etária, não ocorrendo entre os mais velhos. Na amostra Rondon os falantes das faixas etárias extremas exibem comportamento semelhantes entre si, e divergentes em relação aos falantes da faixa etária intermediária. Quanto ao *achar4*, na amostra NURC, é usado apenas pelos falantes a 1ª faixa etária. Já na amostra Rondon, as três faixas etárias mantêm praticamente a mesma freqüência.

A partir dessa análise, podemos verificar que os processos de GR, à semelhança dos demais tipos de mudança lingüística, também estão correlacionados a fatores sociais. O falante inova, no caso do *achar4*, tudo indica que as mulheres inovam, e a partir dessa inovação, a mudança ocorre na comunidade. É interessante observar, no entanto, que as variantes em processo de GR, diferentemente de outros tipos de mudanças lingüísticas, não são concorrentes, são co-ocorrentes, as formas “antigas” e as formas “novas” convivem pacificamente e estão à disposição do falante no sistema lingüístico.

Sintetizando, os resultados obtidos com esta análise, nos

permitem vislumbrar quantitativamente, em relação aos fatores lingüísticos, o gradativo afastamento das propriedades lexicais mais expressivas dos verbos plenos - variabilidade de tempo, modo e pessoa - pelas formas mais gramaticalizadas do *achar* – os modalizadores *achar*³ (*palpite*) e *achar*⁴. E indicam também, que esses usos parecem já estar implementados tanto na fala quanto na escrita do português contemporâneo do Brasil. E ainda, que esse tipo de mudança lingüística também está correlacionada a fatores extralingüísticos.

Devido a nossa proposta de trabalhar com a noção de sincronia-dinâmica, após esta incursão nos domínios do português contemporâneo falado e escrito procederemos, no capítulo que segue, com a investigação dos dados históricos do Português. Pretendemos com essa prática verificar a data provável de entrada de cada tipo de *achar* no sistema lingüístico, o que auxiliará na elaboração da escala de GR do item.

CAPÍTULO VI

REFERENDAÇÃO HISTÓRICA

A investigação dos dados históricos do PB - amostra Tarallo (1991) -, do século XIII à primeira metade do século XX, revelou que os tipos de *achar* que encontramos nas amostras NURC e Rondon, já elencados no capítulo anterior, obedeceram à seguinte ordem de entrada no sistema lingüístico:

1) Século XIII

[SN. *achar* SN]*Achar1* : *descobrir, encontrar.*

.....
 (90) eu indo-mi aguisando por ir con el mia via,
achei ua companhia assaz brava e crua,
 que me deceron logo de cima da mia mua:
 azemela e cama levaron-na por sua. (1 - 13CE)

(91) Porque é minha caça, disse el, e vou apos ella e irei ataa que a
 aventura queira que a *ache* (26 - 13DG)

[[SN *achar*][que S]

Verificamos um exemplo, (93), em que o *achar* subcategoriza uma oração encaixada, sugerindo provavelmente tratar-se do *Achar2* (*apreciação*). Uma leitura cuidadosa, porém, nos leva a interpretá-lo como um *achar1*, que ocorre no contexto de uma oração adjetiva em que o

antecedente do relativo está em uma oração encaixada, exemplo (92a).

Ambigüidade que não foi possível dissipar uma vez que, estando o texto vinculado ao Período Fonético da ortografia portuguesa, apresenta grande variação de grafias e inexistência de um padrão uniforme de pontuação.

(92) (...) e a todo o poboo, [pedidonos mercee que lhys enmendassemos os usus seus que *achassemos* que erã sen dereyto] e que lles dessemos foros per que julgasse dereytamente des aqui adeante (...). (28 - 13FR)

(92a) (...) e a todo o poboo, [pedidonos mercee que lhys enmendassemos os usus seus que *achassemos*] que erã sen dereyto e que lles dessemos foros per que julgasse dereytamente des aqui adeante (...). (28 - 13FR)

O exemplo a seguir pode ser de um *achar2* (*apreciação*) ou ainda, um *achar* no sentido de *verificar*:

(93) E outrosy termos por ben que todos os bispos e outra clerizya que den dereytamente os dizimos de todos seus bees e de todos seus herdamentos que an que nõ su das eygreyas suas e porque *achamos* que an a dar estes dizimos fazensse muytos enganos, deffendemus firmemete que daqui adeante que nenhuu seya ousado de coller ne de medir ome pan que teue na eyra seno desta guysa (...). (31 - 13FR)

2) Século XIV

No século XIV não encontramos qualquer ocorrência que possa ser interpretada como do *achar2* (*apreciação*), mesmo em contextos ambíguos. Todavia, temos consciência de que poderia ter ocorrido se ampliássemos o *corpus*. Nesta época aparecem registros do *achar1* -

tentar encontrar, procurar -, como demonstram os exemplos a seguir:

(94) Depois que a lide foy vencida desaventuradamente, como avedes ouvydo, os mouros buscaron os mortos e tomaron todallas armas que lhes *acharon* e todo o outro esbulho. (42 - 14CG)

(95) E, quãdo chegou aos montes Perineos, cuydou de os *achar* embargados e nõ *achou* embargos né húu. (38 - 14CG)

(96) E passou o ryo de Hebro e tomou seu caminho dereytamente para Cartagenya onte entendya⁵¹ *achar* a frota. (39 - 14CG)

3) Século XV

Neste período o *achar1* continua a ser usado, exemplos (97) e (98). Verificamos também ocorrências em que o *achar* já vem subcategorizando uma oração encaixada, que muitas vezes tem estatuto de *fato*, que não se pode *achar* concretamente e sim *verificar* [+ abstrato], ou ainda, permitem uma leitura ambígua: *descobrir/perceber, verificar*, exemplos (99), (100) e (101).

Considerando-se que a GR é um processo gradual e contínuo, tais exemplos provavelmente representam o contexto que permitiu a transição, o “elo perdido”, entre o *achar1* e o *achar2*.

(97) E tomando hum coitello saio fora e imdo por os campos *achou* multidom de porcos que paçiam em hum campo e correrro em pos elles e tomou hum d’elles e com o coitello que levava cortou-lhe hum pee e leixou aly o porco deçepado. (50 - 15CO)

⁵¹*Entendya* é, provavelmente, neste século, um dos termos para expressar uma asserção de mitigada certeza (modalizada).

(98) Entom lhe pedi por merece que me aderençasse em tal guisa que *achasse* remédio de minhas tribulações. (55 - 15AM)

(99) (...) e pose-as Moyses todas treze varas eno tabernaculo ante nostro Senhor, e tornou em outro dia, e *achou* que a vara de Aaron enverdecera, e estava comprida de folhas, e deitava amendoas; e per esta guisa foy demonstrada a voontade de Deus. (60 - 15BM)

(100) E ainda, Senhor, se a vossa mercee ou qual quer outro que leer per este livro pesar bem as pallavras que screve no primeiro e no segundo, ainda que aa primeira vista algumas delas pareçam sobejas, *achará* que proveitosamente e com bom efecto som scriptas. (65 - 15LO)

(101) (...) aconteceo que essa manhã muito cedo fora Diego Lopez aa caça dos perdigoões; e presos Pero Coelho e Alvaro Gonçallvez, quando foram buscar Diego Lopez *acharom* que nom era no logar e que sse fora pella manhã aa caça. (73 - 15FL)

Vislumbramos também o uso da forma reduzida do *achar2* (*apreciação*), o *achar2'*. Observamos, no entanto, que o SN predicado aparece deslocado no contexto dos exemplos (102) e (103), sugerindo que a mudança não se procedeu abruptamente e que o item parece “procurar” a posição que deve ocupar na cláusula para que ele tenha mais funcionalidade:

(102) E porque o el-rrei *achava* leall e bem verdadeiro, fiava d'*elle* muito e queria- lhe grande bem; e este era corregedor muito honrrado de sua casa e estado e muito praceiro e de boa conversaçom (...). (71 - 15FL)

(103) E deste relume os primeiros dous livros, segundo meu juízo, me parecem que teem vantagem do terceiro, e *aquelles achei* mais claros . O

terceiro *achey* muito escuro, porque reconta estórias e exemplos, e parece que screvia a quem as sabia. (64 - 15LO)

4) Século XVI

No século XVI encontramos usos do *achar* fonte, usos não ambíguos do *achar2* (*apreciação*) e usos que não conseguimos distinguir entre *achar2* (*apreciação*); *achar2'* e *achar3* (*palpite*):

[SN *achar* SN]

Achar1: *descobrir, encontrar* , exemplo (104), *tentar encontrar*, exemplo (105):

(104) (...) determinei-me a lhe soírer tudo, porque nom lhe *achey* outro melhor remédio, e nom lhe errar preguação nenhuma, e lhe faço a cortesia e e homra que lhe fiz quando cheguei a esta terra. (80 - 16SD).

(105) E chegando a hum lugar onde cuidou de o *achar*, soube que já era partido pera outro; (...) (88 - 16CJ)

[[SN *achar*] [que S]]

Achar2 (*apreciação*):

(106) (...) e isto sendo elle hum homem tam desarrezado como hé, porque nom no sendo, comiguo devera de praticar estas cousas e *achara* que nom tinha no nenhuma razão pera mamdar pasar a dita carta d'escomunhão, pois tudo pasou pontualmente como aqui digo a V.A. (81 - 16SD)

(107) (...) me quis Deos tirar sempre em saluo & porme em seguro *acho* que não tenho tanta razão de me queixar por todos os males passados. (100 - 16PF)

Achar2 (apreciação)?:

(108) O que acrescentamos na nossa carta he no que toca a mayor longura ou cumprimento que de leste a oeste tem as terras e costas do mar do Cabo de Boa Esperança, do que nas cartas ordinárias se custuma pôr, o que *achamos* ser assy primeyro por experiençia que eu fiz na ida e uinda da India e os mais que comigo uinhão detendonos naquella paragem, a uista da terra bem de espaço correndoa muy deuagar (...) (....) (94 - 16MN)

O exemplo anterior pode ser um uso de transição do *achar2 (apreciação)* para o *achar3 (palpite)*.

5) Século XVII

A diferença deste século em relação aos anteriores é que aparece uma ocorrência ambígua entre os sentidos “*verificar*” e “*achar3 (palpite)*”:

(109) E p^a mais Serteza a outro dia q foj a terça feira mandei o pilloto cõ mais Soldados E marinheiros ao propio porto a vello e *açhou* q(~) hera isto na verdade o q(~) tem o porto adonde Emcoramos se pode fazer duas fortalezas muito famosas Em cada ponta de Enseada (...) (130 - 17JT)

6) Século XVIII

Usos ambíguos como o do exemplo 108 (94-16MN), que aceitam leitura de *achar2'* e de *achar3 (palpite)*, continuam a aparecer neste período, assim como aparecem ocorrências que admitem uma única leitura de *achar3 (palpite)*, sem o elemento conjuncional *que*, como verificamos nos exemplos (110), (111). Tais exemplos revelam que o item passa por uma fase de ajustamento, intermediária no desenvolvimento da mudança, antes de ocupar a posição que introduz uma oração relativa,

exemplo (112):

(110) ela au havia de receber eram pertencentes a várias matérias importantes (...) as quais passei logo a examinar como V.Ex^a. me insinuava para melhor me instruir . *Achei* serem os papéis pertencentes ao Provedor - Mor da Fazenda ao Provedor da Moeda. (141 - 18CB)

(111) Os Officiais também se principiam a exercitar porque não *acho* ser razão que os soldados saibam mais que os seus superiores. (143 - 18CB)

(112) Informandome sobre o requerimen.^{to} do Suplicante Severino FR^a. de Macedo, *acho* que elle está servindo o officio que requer por provimento domeu antecesor (...) (148 - 18GR)

7) Século XIX

Encontramos no século XIX muitos exemplos do *achar1*, como o (113) abaixo. Em relação ao *achar2*(*apreciação*) verificamos uma única ocorrência, exemplo (114), e nenhuma do *achar3* (*palpite*). Já o uso do *achar2*' parece estabelecer-se nesse século, haja vista que verificamos muitas ocorrências que admitem essa como a leitura única, como nos exemplos (115), (116) e (117) a seguir.

(113) Também não sei que propriedades *acharam* nas grinaldas que limitam a parte do teto correspondente ao lustre, e porque lhes deram a forma circular, que não diz com o mais. (155 - 19CA)

(114) Parece-me, porém, que este volume tem um aspecto geral de tristeza: *acho* que todo aquelle riso é um pouco contrafeito e tem vontade de chorar; a idéia da morte apparece a cada momento. (171 - 19EQ)

(115) Volto à questão da casa; manda-me dizer se aprovas o que te disse acima, isto é, se *achas* melhor conversar outra vez com o F. (159 - 19MA)

(116) Não sei se essa casa que êle procura é só para êle se para tôda a família. *achei* conveniente comunicar-lhe isto; não sei se já sabes alguma coisa a êste respeito. (160 - 19MA)

(117) Quanto aos retalhos de jornais, quando os *achar* merecedores da transmissão, aceito-os com muito prazer. (170 - 19MA)

O *achar*³(*palpite*), introduzindo uma oração relativa, parece ter ocorrido tardiamente no PB, pois no século XIX não registramos qualquer ocorrência dessa natureza. Nesse período observamos, em grande escala, outros modais como *acredito*, *creio*, *talvez*, *provavelmente*, *parece*, como demonstram os exemplos a seguir:

(118) Disse que no espetáculo que em 1851 a Europa vai presenciar, o Brasil não parecerá senão como observador incógnito: infelizmente nem assim acontecerá, Mme. Dubois, *acredito* que movida das mais inocentes intenções, vai expor-nos aos epigramas de algum espírito inexorável, se nos valer a officiosidade do ato e a naturalidade da expositora. (152 - 19CA)

(119) Espera-me amanhã, domingo, irei às dez horas e meia para dar-te tempo de concluir o sono que, por ser domingo, *creio* que irá até tarde. (158 - 19MA)

(120) Remeto-te um exemplar das minhas *Americanas* . Publiquei-as há poucos dias, e *creio* que agradaram algum tanto. (166 - 19MA)

(121) O sr. Rodrigo Felicio, conquanto já exercesse o lugar de chanceler, é a primeira vez, *creio eu*, que se apresenta em concurso, e a timidez pode prejudicar a habilidade. (172 - 19MA)

(122) Não espero nem tento nomeação do governo, porque naturalmente os nomes estarão escolhidos. Mais tarde, é possível, *talvez*. (164 - 19MA)

(123) Não vi o novo mundo do mês de março ; mas afiançam-me nada vem lá a respeito das *Americanas* . Virá no de Abril, *provavelmente*. (167 - 19MA)

(124) *Parece-me*, porém, que este volume tem um aspecto geral de tristeza: *Acho* que todo aquelle riso é um pouco contrafeito e tem vontade de chorar; a idéia da morte aparece a cada momento. (171 - 19EQ)

8) Século XX (até os anos 50)

Nos dados da primeira metade deste século verificamos a ocorrência dos tipos de *achar*₁, *2* (*apreciação*) e *2'*, exemplos (125), (126) e (127), este último, pode ser uma ocorrência intermediária entre o *achar*₂ (*apreciação*) e o *achar*_{2'}, o SN aparece deslocado para depois do predicativo. O *achar*₃ (*palpite*) reaparece nesta época, exemplo (128):

(125) Imagine que duas pessoas perderam jóias - a Maria Barroso, uma esmeralda, e Cecília Pereira, um brilhante; pois foram *achadas* no jardim. (176 - 20 MB)

(126) Mas em vez de discutir a minha tese, sem saber, veio com uma antítese: - pois eu, dizia êle levantando - *Acho* que o Brasil é o país mais plástico que existe e daqui é que há de sair a maior escola plástica do mundo. (198 - 20MA)

(127) *Achei* ótimo o que você escreveu sôbre a sua Itabira. (193 - 20MB)

(128) como o caso de espontaneo que creio sempre escrevi com x , sem jamais ter refletido nisso, *achei* que era com x e pronto (197 - 20MA)

Não encontramos em todo o *corpus* Tarallo (1991) o uso do *achar*₄, muito recorrente nas amostras NURC, Rondon e NS, função ocupada nos dados diacrônicos dos séculos XIX e XX principalmente por *creio*, *parece* e *talvez*:

(129) Gilberto Freyre é um rapaz de 24 anos, *creio*. (214 - 20MB)

(130) Isso é natural, *me parece*, pois trata-se duma moça de dezenove anos, no máximo. (217 - 20MA)

(131) A filha do Dr. J. B. talvez seja a viúva dos meus sonhos, *talvez*. (216 - 20NR)

A análise dos dados do português histórico nos permite formular o quadro X, a seguir, no qual apresentamos, de acordo com os dados fornecidos pelo *corpus* Tarallo (1991), a provável ordem de entrada no sistema lingüístico dos tipos de *achar* encontrados nas amostras de fala sincrônica do PB.

QUADRO XI: ORDEM DE ENTRADA NO SISTEMA LINGÜÍSTICO DOS TIPOS DE *ACHAR*

SÉCULO	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
<i>Achar1</i>	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Achar2</i>	X*			X*	X	X	X	X
<i>Acha2'</i>			X	X*	X	X*	X	X
<i>Achar3</i>				X*	X*	X		X
<i>Achar4</i>								X ⁵²

* = usos ambíguos

A observação da ordem de entrada no sistema lingüístico e das propriedades apresentadas pelo item, nos mostram que, provavelmente, a partir do século XV o verbo *achar* já teve iniciado seu processo de gramaticalização. Observações que nos autorizam a propor uma escala de gramaticalização que tem a seguinte configuração:

achar1 > *achar2* (*apreciação*), *achar2'* > *achar3* (*palpite*) > *achar4*

⁵² Segunda metade do século.

Mediante os resultados obtidos nas análises qualitativa e quantitativa que temos desenvolvido até então, interessa-nos agora, submeter o *achar* a princípios gerais de GR. Elegemos para isso as propostas de Hopper (1991) - para detectar a incipiência de um processo de GR -, e de Lehmann (1982) - para medir o grau de gramaticalidade dos itens. Aplicação que será objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO VII

MEDINDO A GRAMATICALIZAÇÃO DO *ACHAR* ATRAVÉS DE PRINCÍPIOS GERAIS

Os estudiosos da GR têm procurado encontrar princípios e/ou parâmetros que possam ser aplicados em processos de gramaticalização nas línguas em geral. Hopper (1991) propõe cinco princípios através dos quais poder-se-ia identificar a incipiência de um processo de GR. Os parâmetros de Lehmann (1982), por sua vez, prestam-se à aferição do grau de gramaticalidade dos itens.

Para Hopper (1991) Estratificação, Divergência, Especialização, Persistência e Decategorização estariam intimamente correlacionados ao desenvolvimento de processos de GR. Procedemos, a partir de então, à descrição desses princípios e à sua aplicação ao *achar*.

Estratificação: segundo este princípio em um domínio funcional amplo, novas “camadas” estão sempre emergindo e estas coexistindo com as antigas. Essa diversidade decorreria do fato que, ao surgirem as novas formas funcionais, a substituição das equivalentes pré-existentes não é imediata ou pode até mesmo não vir a acontecer, trazendo como consequência a interação e a coexistência de “camadas” novas e antigas em um mesmo domínio.

O comportamento do *achar* instancia um exemplo de estratificação. O *achar*1 (*encontrar, tentar encontrar*), conforme revelam

nossas análises, deu origem às demais formas. A língua dispõe, por exemplo, de outras formas para codificar as funções transmitidas pelos advérbios modais epistêmicos quase-asseverativos que não o *achar*⁴. No *corpus* diacrônico do Português do Brasil, constatamos que, até a primeira metade deste século, o verbo *crer* e os advérbios como *possivelmente*, *provavelmente* e *talvez*, principalmente, codificavam uma avaliação do valor e das condições de verdade da proposição, indicando *probabilidade* e *dúvida*, afirmação que é ilustrada pelos exemplos (132) a (134), a seguir:

(132) Gilberto Freyre é um rapaz de 24 anos, *creio*⁵³. (214 - 20MB)

(133) Não vi o novo mundo do mês de março ; mas afiançam-me nada vem lá a respeito das Americanas . Virá no de Abril, *provavelmente*. (167 - 19MA)

(134) Não espero nem tento nomeação do governo, porque naturalmente os nomes estarão escolhidos. Mais tarde, é possível, *talvez*. (164 - 19MA)

Divergência: este princípio dita que no processo de gramaticalização, a unidade lexical que deu origem ao item gramatical pode permanecer como um item lexical autônomo e, assim sendo, estar sujeita a quaisquer mudanças inerentes a sua classe, inclusive sofrer um novo processo de gramaticalização, o que configuraria um caso de *poligramaticalização*. Este princípio explica a existência de formas etimologicamente iguais, porém funcionalmente divergentes.

A forma *achar*, com o significado de encontrar, permanece como um item lexical autônomo, verbo pleno. Embora menos freqüente -

⁵³ Conforme Royos (comunicação pessoal), a forma *creo* exerce, em certos dialetos espanhóis, a mesma função

somente 2% das ocorrências de *achar* nos dados de fala e 14% nos dados escritos-, sobrevive no sistema, preservando suas propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas. A forma *achar4*, é que sofreu mudança gramatical e passou a funcionar como uma entidade mais gramaticalizada ao desempenhar funções semelhantes àsquelas desempenhadas pelos advérbios modalizadores epistêmicos quase-asseverativos.

Especialização: tem relação com a questão do estreitamento da escolha que caracteriza os itens. O *achar4* está ganhando espaço e relegando os demais modalizadores a segundo plano.

Persistência: é o princípio que considera a manutenção de alguns traços da forma fonte na forma gramaticalizada. A preservação desses traços pode ocasionar restrições sintáticas sobre o uso da forma gramaticalizada.

O *achar1* é um verbo do tipo *ação-processo*, cujo resultado, “o encontro”, independe da vontade do sujeito, [- controle]. O traço [- controle] traz consigo uma carga semântica de *incerteza*. O traço de incerteza parece integrar o significado do *achar4*, de maneira mais abstrata, haja vista que pode ser parafraseado por “*estou seguro que o conteúdo de P não pode ser asseverado*”.(Castilho & Castilho, 1996:231)

Decategorização: este princípio considera que as formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que caracterizam as categorias plenas como os Nomes e Verbos, e a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como os advérbios e preposições.

O quadro IX e as tabelas 1 e 2 demonstram a decategorização sofrida pela forma *achar*. O *achar4* apresenta um enfraquecimento das

propriedades inerentes ao *achar*₁, verbo pleno, e muda suas características semântico-funcionais, evidenciando propriedades semelhantes àquelas inerentes aos advérbios modalizadores epistêmicos quase-asseverativos.

A sobreposição dos princípios propostos por Hopper (1991) revela que o verbo *achar* com o significado de encontrar é a base de um processo incipiente de gramaticalização. Mudança que parece ter iniciado a partir do século XVI, haja vista que já nessa época foi verificado o uso do item na função de um verbo modal epistêmico. O uso mais gramaticalizado, *achar*₄, no entanto, parece ter iniciado a partir da segunda metade do século XX. Em registros anteriores a essa época encontramos nesta função, por exemplo, os verbos *crer* e *parecer*, e o advérbio *talvez*, como ilustram os exemplos (133).a (135) apresentados anteriormente.

Uma vez aferido o *status* mais gramaticalizado da forma *achar*₄, aplicamos ao mesmo elemento os parâmetros⁵⁴ propostos por Lehmann (1982).

Para Lehmann (1982) existe um parâmetro, uma espécie de “superparâmetro”, a partir do qual se pode aferir o grau de gramaticalidade dos itens, a *autonomia*, ou seja, a maior ou menor liberdade com que um signo é usado. Autonomia e gramaticalização são inversamente proporcionais: quanto mais gramaticalizado um item, menor sua autonomia.

A partir da autonomia, Lehmann (1982) apresenta três subparâmetros: *peso*, *coesão* e *variabilidade*. *Peso* é a propriedade que

⁵⁴ Lehmann (1982) utiliza o termo “parâmetros” para referir-se aos princípios, aos fatores que servem de base para aferir o grau de gramaticalidade dos itens.

diferencia um item dos outros membros de sua classe e lhe dá destaque na cadeia sintagmática; coesão diz respeito ao decréscimo da autonomia nas relações com outros signos e variabilidade está relacionada ao fato de um signo ser mais autônomo à medida que goza de uma mobilidade momentânea ou tem maior capacidade de substituição em relação aos outros signos. Estes parâmetros, correlacionando-se paradigmática e sintagmaticamente, vão evidenciar aspectos diferenciados da gramaticalidade dos itens. Esta correlação é explicitada no quadro abaixo:

QUADRO XII: OS PARÂMETROS E SUAS CORRELAÇÕES

	eixo paradigmático	eixo sintagmático
Peso	integridade	escopo
Coesão	paradigmaticidade	vinculação, ligação
Variabilidade	variabilidade paradigmática	variabilidade sintagmática

Prosseguiremos então, com a descrição desses parâmetros e sua aplicação ao *achar*⁴, elemento mais gramaticalizado da escala de GR do *achar* (encontrar).

A *integridade* é a posse por parte de um item de uma certa substância, o que vai lhe permitir manter sua identidade, individualidade (*distinctiveness*) e um certo destaque em relação aos outros signos. A diminuição do peso pode se dar por dessemantização e/ou por atrição fonológica. A atrição fonológica ou erosão é a perda gradual de substância fonológica.

O *escopo* diz respeito ao tamanho (*constituent structure level*) da construção que o item em processo de gramaticalização ajuda a formar.

Não sabemos se poderíamos falar em perda de traços do significado em relação ao *achar fonte*. Acreditamos que, ao assumir novas

funções ele afasta-se de seu significado de origem, espalhando-se. Haveria ganho e perda, pois ao assumir (ganhar) as funções modalizadoras, ora de um verbo, ora de um elemento semelhante a um advérbio, o item modifica o “peso” semântico de verbo pleno.

Em relação à *atrição fonológica* não se percebe de imediato uma redução na massa fônica, mas a lida com os dados nos tem revelado uma certa alteração fonológica, parece que há maior velocidade na emissão do *eu acho* do *achar4* quando em posição final, confirmação que só é possível através de uma análise sistematizada da entonação, e que, infelizmente, como já observado anteriormente, não foi possível procedermos.

No que diz respeito ao *escopo*, o comportamento do *achar4* não se coaduna com aqueles apontados por Lehmann (1982), para quem os itens mais gramaticalizados tendem a se unir a formas/elementos com configuração sintagmática mais simples. Pelo contrário, o *achar* na forma fonte subcategoriza um SN e o *achar4* têm um escopo mais amplo, uma sentença.

A *coesão paradigmática* relaciona-se à integração formal e semântica entre os membros de um paradigma e de uma subcategoria no paradigma de sua categoria geral. A medida dessa coesão é feita pelo tamanho e pelas homogeneidade do paradigma, ou seja, pela quantidade de similaridades entre seus membros e pela regularidade nas diferenças entre eles.

A *vinculação ou ligação (bondedness)* é a intimidade com que um signo se liga aos outros signos com os quais tem uma relação sintagmática. O grau de coesão sintagmática vai da justaposição à fusão, é proporcional ao grau de gramaticalização. Um dos indícios de vinculação

entre os signos é a permissibilidade de inserção de material entre eles.

O *achar*⁴ está inserido em um domínio funcional amplo e não homogêneo, existem no sistema muitos elementos que codificam possibilidade e probabilidade. O paradigma da modalidade epistêmica é composto de elementos de classes diversas: “é possível” - cópula + adjetivo-, “parece” - verbo, “provavelmente” - advérbio; não há um traço formal entre os seus membros que o unifique. Assim, quanto à *coesão paradigmática*, o *achar*⁴ apresenta baixo grau de gramaticalidade.

Já no que concerne à *coesão sintagmática*, o *achar*⁴ parece ter um grau de gramaticidade maior, uma vez que não encontramos construções em que haja elementos entre esse item e as orações que modalizam. Quando intercalamos, por exemplo, um advérbio entre *eu acho* e a sentença modalizada, altera-se o sentido do item, que passa a expressar uma leitura de *apreciação*. É o que vislumbramos no exemplo (135) e sua respectiva paráfrase, a seguir:

(135) (Em relação a você) Até que eu compro bastante coisa, *eu acho*...

(NURC/SP, F, 25a)

(135a) Até que eu compro bastante, *eu realmente acho*

A *variabilidade paradigmática* diz respeito à liberdade do falante quanto à escolha de um signo, que se correlaciona aos traços do contexto. Esta escolha pode ser intraparadigmática - uma seleção de alternativas que estão em oposição-, ou transparadigmática - uma seleção que se relaciona ao paradigma como um todo.

E, finalmente, a *variabilidade sintagmática*, que é a facilidade com que um signo pode ser mudado em seu contexto, mobilidade de posição.

A submissão do *achar*⁴ a esses dois critérios, demonstra que o item tem uma variabilidade paradigmática frouxa, embora esteja havendo um

aumento na frequência de uso, como observamos durante a coleta de dados das amostras Rondon e NS. Essa alta frequência pode ser um indício de aumento do grau de gramaticalidade, porém, somente a análise da evolução desse quadro através do tempo pode nos dar maior certeza.

O *achar*⁴ exibe certa *variabilidade sintagmática*. O item apresenta uma mobilidade muito semelhante àquela apresentada pelos elementos adverbiais, e pode aparecer no meio ou no fim do enunciado. Tal comportamento não deve causar estranheza, Thompson & Mulac (1991) ao investigarem no Inglês a GR da oração principal de uma encaixada, *I think*, em um elemento epistêmico parentético, que comporta-se como um membro da categoria gramatical dos advérbios, observam que:

“Como elementos parentéticos então, essas combinações são livres para circular em várias posições na clausula (...), como o fazem outras partículas epistêmicas em inglês, como por exemplo o maybe”. (grifo nosso) (Thompson & Mulac, 1991:326)

A variabilidade sintagmática apresentada pelo *I think* seria efeito de uma das propriedades da GR, a *recategorização* (Heine *et alii*, 1991:238): o elemento em processo de GR adquire um novo *status* categorial, o qual é determinado pela natureza da categoria cognitiva na qual ele entra ao se gramaticalizar.

Lehmann (1982:164) resume, no quadro que transcrevemos a seguir, os parâmetros, os processos a eles relacionados e as propriedades apresentadas pelos itens a partir de uma gramaticalização incipiente para mais avançada:

QUADRO XIII: PARÂMETROS, PROCESSOS E PROPRIEDADES ELES RELACIONADOS

Parâmetros	Gramaticalização incipiente	Processo	Gramaticalização avançada
Integridade	Conjunto de traços semânticos	Atrição	Poucos traços semânticos
Paradigmaticidade	Participação frouxa em um campo semântico	Paradigmaticidade	Paradigma pequeno, altamente integrado
Variabilidade paradigmática	Escolha livre dos itens, segundo as necessidades comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Escopo	Os itens relacionam-se a constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	O item modifica palavra ou raiz
Vinculação	O item é justaposto independentemente	Coalescência	O item é um afixo ou traço fonológico
Variabilidade sintagmática	Liberdade de movimento	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

A aplicação dos parâmetros de Lehmann (1982) não foi produtiva em relação ao *achar*⁴.

Provavelmente esses parâmetros são bons para aferir fenômenos em estágios mais avançados de GR, Mendes (1999) obteve bons resultados ao aferir o grau de gramaticalidade do “*ta*” no PB. Como a GR do *achar* parece estar em um estágio incipiente, a aplicação é difícil e leva a resultados contraditórios.

Não descartamos a importância dos parâmetros de Lehmann (1982), contudo nossa análise sugere eles não podem ser aplicados irrestritamente aos fenômenos de gramaticalização.

CONCLUSÃO

Levando em consideração as mudanças desenvolvidas pela forma *achar* e baseados nos postulados teóricos dos estudos sobre gramaticalização e do funcionalismo “americano”, propusemos nesta pesquisa analisar um caso de gramaticalização no português contemporâneo do Brasil: a escala do *achar* verbo pleno, que passa a assumir em determinados contextos, e em graus variados, a função de um elemento modalizador epistêmico.

A investigação de dados sincrônicos de língua falada nos permitiu vislumbrar atualmente no PB, pelo menos⁵⁵, quatro tipos de *achar*, originários da mesma forma fonte, *achar encontrar*, que assumem as seguintes funções:

- *achar1*: verbo pleno - descobrir, encontrar; tentar encontrar, procurar;
- *achar2 (apreciação)*: verbo pleno performativo-modalizador - opinar;
- *achar2'*: verbo pleno performativo-modalizador, forma reduzida do *achar2(apreciação)*;
- *achar3 (palpite)*: verbo modalizador epistêmico - supor;
- *achar4*: elemento modalizador que tem o comportamento semelhante ao dos advérbios modalizadores epistêmicos quase-assverativos - talvez, provavelmente.

⁵⁵Outros tipos, como o *achar* pronominal, por exemplo, não foram detectados nas amostras de fala, núcleo desta pesquisa.

Estes tipos de *achar* descrevem uma escala de mudança de um item lexical, verbo pleno, que assume, em determinados contextos, as funções de verbo pleno com traços de modalizador - *achar2* (*apreciação*) e *achar2'* -, de verbo modalizador - *achar3* (*palpite*) - e, comporta-se como um advérbio modalizador quase-asseverativo - *achar4*. Esta escala unidirecional, quando colocada sob a forma de um *continuum*, terá nas extremidades opostas um item lexical e um item mais gramatical.

Assim, após a individualização de cada uma dessas formas de *achar* mostramos que, levando-se em consideração a noção de manipulação conceptual, o *achar1* é o ponto mais à esquerda, descreve significados mais concretos. A ele seguem-se o *achar2* (*apreciação*) e o *achar2'*; que descrevem significados intermediários, e, por fim, em pontos extremos à direita, o *achar3* (*palpite*) e o *achar4*, que descrevem significados mais abstratos.

Esses novos usos de *achar* não impediram que a forma fonte continuasse no sistema, ainda que com menos frequência de uso e demonstraram um afastamento gradativo das propriedades a ela inerentes, decategorização que fez com que surgissem formas híbridas como o *achar2* (*apreciação*) e o *achar2'*. Entre os efeitos da decategorização está a diminuição gradativa de variabilidade de tempo, modo e pessoa, propriedades que identificam os verbos plenos.

E ainda, na continuidade da mudança, estas formas híbridas passaram a desenvolver as novas funções do *achar3* (*palpite*) e do *achar4*, num processo de recategorização, que corresponde à aquisição de um novo *status* categorial pelo elemento em GR, *status* que é determinado pela natureza da categoria cognitiva na qual ele entra ao se gramaticalizar.

Essa recategorização tem como efeito um “ganho” maior, por parte desses itens, de propriedades referentes aos modalizadores. E ainda, em relação ao *achar*⁴ esse efeito aparece na maior variabilidade sintagmática que ele desfruta, em relação ao item fonte do processo, e na sua não exigência de subcategorização de argumento interno.

Manipulação conceptual, unidirecionalidade, decategorização e recategorização foram as propriedades da gramaticalização apresentadas pelo processo de mudança sofrido pelo *achar*. Não detectamos, no entanto, outras propriedades como perda de autonomia morfossintática e erosão fonética⁵⁶.

Provavelmente o mecanismo atuante neste processo de mudança é a metáfora. Um significado de domínio lexical, pré-existente - a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo pleno *achar* - é estendido metaforicamente e é solicitado para conceituar significados do domínio da modalidade, mais abstrato.

Baseados nas considerações de Heine *et alii* (1991) e de Hopper & Traugott (1993), conjecturamos que, além de metáfora, a metonímia também pode estar sendo co-responsável pelo desenvolvimento dos tipos modalizadores de *achar*. Os variados graus de modalidade codificados pelas formas *achar*₂ (*apreciação*), *achar*₃ (*palpite*) e *achar*₄, apontam em direção ao fenômeno que Heine *et alii* (1991) denominam de re-interpretação induzida pelo contexto.

Num estágio I da re-interpretação, em um determinado contexto C, um sentido B, mais abstrato - *achar*₂ (*apreciação*) - é adicionado ao significado fonte A, mais concreto. Neste estágio pode

⁵⁶Reiteramos, no entanto, que intuitivamente percebemos uma certa erosão na realização fonética do *achar*₄, o que não foi possível verificar sistematicamente.

ocorrer ambigüidade semântica, desde que os sentidos A ou B possam estar implícitos no contexto C. No exemplo do português histórico, a seguir, o falante pode muito bem querer dizer A e o ouvinte pode interpretar B, ou vice-versa.

(136) (...)e a todo o poboo,[[pedidonos mercee que lhys enmendassemos os usus seus que *achassemos*]^A que erã sen dereyto]^B e que lles dessemos foros per que julgasse dereytamente des aqui adeante (...) (28 - 13FR)

Em um estágio II, o fato de haver o sentido B possibilita que a forma seja usada em contextos não ambíguos. Um exemplo é o aparecimento do *achar2*(*apreciação*) no século XVI livre de ambigüidades. O sentido A não aparece no contexto de uma oração encaixada, como no exemplo a seguir:

(137) (...) e isto sendo elle hum homem tam desarrezado como hé, porque nom no sendo, comiguo devera de praticar estas cousas e *achara* que nom tinha no nenhuma rezão pera mamdar pasar a dita carta d'escomunhão, pois tudo pasou pontualmente como aqui digo a V.A. (81 - 16SD)

E num estágio III a forma B é convencionalizada, e revela propriedades ausentes em A. O *achar2* (*apreciação*) codifica um sentido diferente de A - *opinar* - inclui-se no paradigma de verbos performativos, e dele provém novos significados, como o *achar3*(*palpite*) e o *achar4*.

Os resultados obtidos em nossa análise qualitativa foram referendados estatisticamente. Antes de procedermos com a análise quantitativa propriamente dita, no entanto, promovemos um diálogo entre a Teoria de Mudança, proposta por Weinreich, Labov & Herzog (1971) e a

abordagem da Gramaticalização, o que nos permitiu vislumbrar aspectos comuns e não comuns no trato dessas duas abordagens em relação às mudanças lingüísticas.

Em nossa análise quantitativa trabalhamos com dados da fala e da escrita. Consideramos fatores lingüísticos e extralingüísticos. E, apesar da abordagem tradicional da gramaticalização ser associal, demos ênfase aos fatores sociais, acreditando que estes também poderiam estar correlacionados aos processos .

Esta análise demonstrou, estatisticamente, a decategorização dos tipos de *achar* mais gramaticalizados, e as diferenças de usos destes itens entre homens e mulheres de diferentes faixas etárias, respectivamente.

A presença de propriedades de gramaticalização no processo desenvolvido pelo *achar* nos autorizou a submeter o item aos princípios de Hopper (1991), prática que confirmou a incipiência da gramaticalização do item de maneira inequívoca.

No que tange aos parâmetros de Lehmann (1982), achamos uma proposta muito instigante, mas o autor não trata a gramaticalização como um *continuum* e isso torna difícil para operacionalizá-la. Provavelmente esses parâmetros são bons para aferir fenômenos em estágios mais avançados de gramaticalização. Como a GR do *achar* está em um estágio incipiente, a aplicação desses parâmetros é difícil e leva a resultados contraditórios.

Nossa análise revelou que o verbo *achar* no português contemporâneo do Brasil encontra-se em processo de gramaticalização, à medida que, um item lexical, verbo pleno, com o significado de encontrar, influenciado por mecanismos metafóricos e metonímicos, dá origem a

novos usos no domínio da modalidade - mais gramaticais -, e assume funções diferentes da de origem, comportando-se ora como um verbo modal epistêmico ora como uma espécie de advérbio modalizador epistêmico quase-asseverativo.

Tal constatação e a verificação da ordem de entrada de cada tipo de *achar* no sistema lingüístico nos leva a propor uma escala de gramaticalização na forma do seguinte *continuum*:

achar1 > *achar2* (*apreciação*), *achar2'* > *achar3* (*palpite*) > *achar4*

A escala de gramaticalização desenvolvida pelo *achar* ilustra muito bem a proposta da “Teoria da Cebola”, de Dascal (1986), para quem, os falantes administrariam a significação centralizando suas intenções comunicativas em três camadas diferentes: a proposicional - *achar1* e *achar2* (*apreciação*) -, a modal - *achar3* (*palpite*) e *achar4* -, e a pragmática - *achar4*.

De igual modo, segundo o funcionalismo de Dick (1989) e a proposta de Hengeveld (1988), podemos perceber que em relação à estrutura frasal, a mudança desenvolvida pelo *achar* se organiza num *continuum* que vai da predicação, a camada que designa um estado-de-coisas - *achar1*, *achar2* (*apreciação*) e *achar2'* -, passa pela camada proposicional, que designa um fato possível - *achar3* (*palpite*) -, chega ao domínio dos atos de fala, com o *achar4*.

Há muitos outros pontos relacionados à manifestação do *achar* na fala do português contemporâneo que merecem ser mais desenvolvidos, entre os quais, o uso das formas pronominais, a influência da entonação na diferenciação dos tipos de *achar* aqui investigados, a erosão fonética

no *achar*₄, a hipótese da poligramaticalização e os marcadores discursivos.

As formas pronominais do *achar* não foram encontradas nas amostras núcleo de nossa análise - NURC e Rondon -, no entanto, ainda estão em uso no PB, e podem ter alguma relação, direta ou indireta, com o processo de GR que investigamos, considerando-se que os usos não se estabelecem de maneira aleatória em um determinado sistema lingüístico.

A impossibilidade de procedermos com a investigação da influência da entonação na diferenciação dos tipos de *achar* e com a investigação sistemática da erosão fonética do *achar*₄, é, de certo modo, frustrante para nós. Por isso pretendemos desenvolver esses assuntos em pesquisa complementar, com o auxílio de instrumental especializado.

Conjeturamos a poligramaticalização⁵⁷ do *achar* ao observarmos realizações como:

(138) *E se eles acharem de não pagar o hotel.* (NS)

(139) *Achei de esquecer o livro lá no Maranhão.* (NS)

Esses elementos parecem não portar traços semânticos e/ou sintáticos que os vinculem aos tipos de *achar* que desenvolvem a escala de gramaticalização configurada no *continuum* descrito anteriormente. Por isso, há possibilidade da trajetória de mudança do *achar/encontrar* estar desenvolvendo-se de forma bifurcada, ou seja, a partir de um mesmo item fonte originam-se mais de uma função gramatical.

Borba (1990) classifica o *achar* do exemplo (138) como um verbo de ação, que significa deliberação, decisão. O *achar* do exemplo (139), doravante *achar*_X, não é referido nos dicionários.

⁵⁷ Hipótese apresentada em comunicação no IV Seminário de Teses em Andamento. IEL/UNICAMP, 1998.

Partindo do princípio de que nem todas as mudanças acontecem em uma única escala, Hopper e Traugott (1993), denominam de *poligramaticalização* o processo através do qual uma única forma desenvolve diferentes funções gramaticais, em diferentes construções.

Nossa hipótese é que, a partir do *achar/encontrar*, verbo pleno, desenvolveram-se duas escalas de gramaticalização, uma que aponta para o domínio da modalidade epistêmica - domínio da possibilidade e probabilidade -, e outra que direciona-se para o domínio da auxiliariade, no qual, provavelmente o *acharX* está situado. O *acharX* estaria funcionando como um quase-auxiliar, um verbo do tipo “vetor”.

O termo vetor (Hooke, 1974, 1991 *apud* Hopper & Traugott, 1993) refere-se a um tipo especial de verbo, presente em certas línguas, que forma um complexo verbal com um verbo principal. O verbo principal traz sobre si toda a carga significativa da cláusula e é não-finito, o *verbo vetor* funciona como um quase-auxiliar e é finito, codifica tempo, aspecto e modo; semanticamente adiciona nuances de aspecto, direção e benefactividade à cláusula. É muito difícil de especificar a carga semântica do verbo vetor, mas geralmente expressa perfectividade; o composto verbal como um todo expressa ênfase sobre a inteireza de um fato. Este composto pode ocorrer com auxiliares autênticos, indicando distinções gramaticais de tempo, pessoa e número.

A categoria “*verbo vetor*” representaria um dos vários estágios intermediários entre os verbos plenos e auxiliares. Sua quase-auxiliariade fica por conta do tamanho e da diversidade de seu conjunto, e desse modo, do baixo grau de especialização como auxiliar que cada membro do conjunto desenvolve.

Seria o *acharX* realmente um verbo vetor? Qual é o seu *status* semântico e sintático? A qual domínio pertence? A presença desta nova entidade lingüística é resultante de uma nova escala de gramaticalização do *achar*, o que configuraria um caso de poligramaticalização, ou podemos alocá-la no *continuum* inicialmente proposto? Estas são algumas das questões que merecem ser investigadas.

Verificamos também um outro tipo de *achar* que, tal como o *achar4*, ocorre fora da estrutura sentencial. É uma espécie de partícula preenchedora de pausa, serve para dar seqüência ao discurso ou marcar titubeio por parte do falante. Geralmente vem acompanhando outros itens que exercem funções discursivas.

A forma '*eu acho*' não remete a codificações verbais e/ou adverbiais, como àquelas já descritas nos tipos anteriores de *achar* e, aparecendo em qualquer lugar da cadeia sintagmática, pode até mesmo ser cancelada sem que se altere o sentido da sentença, o pronome e o verbo parecem formar uma única unidade lingüística.

No exemplo a seguir as formas *eu acho* e *é o seguinte* são dois seqüenciadores do discurso, o falante parece utilizá-los para preencher um espaço deixado na cadeia discursiva enquanto "organiza" seu pensamento e faz a "escolha" lexical relevante para o que deseja expressar, o cancelamento desses elementos não altera o sentido do enunciado:

(140) (*eu acho*)...(*é o seguinte*)...num adianta essa história...eu sou um cara que dá a César o que é de César.(RD, M, 32a, 1)

(140a) (...) ...(...)...num adianta essa história...eu sou um cara que dá a César o que é de César.

Consideramos como marcador discursivo o *achar* que é acompanhado por hesitação e/ou por outro seqüenciador discursivo, como ‘*assim*’, ‘*entende*’, ‘*né*’ e também o ‘*achar que*’ indicativo de titubeio por parte do falante, ou seja, quando o contexto deixa claro que esse elemento está “solto” no discurso, não está introduzindo a oração seguinte, como no exemplo (141), a seguir:

(141) mas sabe *acho* que ..aí não (RD, F, 1, 1a)

Em resumo, essas reflexões iniciais, são indícios de que este trabalho é apenas um pequeno passo no grande universo de pesquisa que a forma *achar* nos oferece para ser percorrido.

ABSTRACT

This research aims to investigate a probable process of grammaticalization in the Portuguese spoken in Brazil. We will focus the scale of change developed by lexical item *achar*, full verb, that in determined contexts assumes the function, more grammatical, of an epistemic modal element.

We use as theoretical base studies on the grammaticalization, mainly of Lehmann (1982), Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991), Hopper (1991) and Hopper & Traugott (1993). In the treatment with the modality we combine the proposal of Palmer (1986) with points of the functionalism of Hengeveld (1988, 1989) and with the studies on the modals in the Portuguese of Brazil from Neves (1996) and Castilho & Castilho (1996).

To verify the process of change developed for the form *achar*, we analyze data of the contemporary Portuguese - written and spoken - and historical Portuguese - written language. It was done, initially, a qualitative analysis, to each one of the types of *achar* in the *corpus* of spoken language. A quantitative analysis was also used to compare data from spoken and written Portuguese to gain greater credibility to the results of our initial analysis. With the inquiry of the diachronic data, we look for the initial date of use of each type of *achar* in the linguistic system. Finally, we submit these items to the general principles of grammaticalization proposed by Hopper (1991) and Lehmann (1982).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULETE, C. (1964). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta.
- BRAGA, M. L., GONÇALVES, S. C., MENDES, R. B. & GALVÃO, V. C. (1998). O parece tá se gramaticalizando, eu acho. *Resumos do XLVI Seminário do GEL*, S. J. do Rio Preto, 27.
- BORBA, F. S.(org.). (1990). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da UNESP.
- CALLOU, D., MORAES, J. & LEITE, Y. (1998). Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo real e em tempo aparente. *Delta*, 14:61-72.
- CASTILHO, A. (1997). A gramaticalização. IN: *Revista estudos lingüísticos e literários*. Salvador: UFBA, 25 - 64.
- CASTILHO, A T & CASTILHO, C. (1996). Advérbios modalizadores. IN: ILARI, R. (org.). II: 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 213- 260.
- CASTILHO, A T. & PRETI, D. (org.). (1987). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor/FAPESP.
- CHAMBERS, J. K. (1995). *Linguistic variation and the its social significance*. Blackwell / Oxford UK & Cambridge USA.
- CUNHA, A. (1992). *Dicionário etimológico "Nova Fronteira" da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DALL'AGLIO HATTNER, M. M. (1995). *A manifestação da modalidade epistêmica: Um exercício de análise nos discursos do ex-*

- presidente Collor*. Tese de Doutorado. UNESP/AR. Araraquara. (mimeo.)
- DASCAL, M. (1986). A relevância do mal-entendido. IN: DASCAL, M (org). Campinas: IEL/UNICAMP. Cadernos de Estudos Lingüísticos 11: 199-217.
- FERNANDES, F. (1979). *Dicionário de verbos e regimes*. 4. ed. Porto Alegre: Editora Globo.
- GALVÃO, V. C. C. (1998). A hipótese da poligramaticalização do **achar** no Português do Brasil. Resumo do IV Seminário de Teses em Andamento. Campinas: IEL/UNICAMP, 26.
- GIVÓN, T. (1991). Serial verbs and the mental reality of 'event': grammatical vs. cognitive packaging. In: TRAUGOTT, E & HEINE, B. *Approaches to grammaticalisation*, v.1. Amsterdam: Benjamins, 81-127.
- GOOSSENS, L. (1985). Modality and the models: a problem for Functional Grammar. In: BOLKESTEIN, A. M. *et alii*. *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht: Foris. 203-217.
- HAIMAN, J. (1980). The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, v.56, n. 3: 515-540.
- _____. (1983). Iconicity and economic motivation. *Language*, v.59, n. 4:781-819.
- _____. (1985). (Ed). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins Publishing Company.
- HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

- HEINE, B. (1992). On the nature of semantic change in grammaticalization. IN: *La semantica in prospettiva diacronica e sincronica. Atti del Convegno della Società Italiana di Glottologia*. Pisa: Giardini Editori e Stampatori.
- HENGEVELD, K. (1988). Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of semantics*, v. 6: 227-269.
- _____. (1989). Layer and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistic*, 25: 127-157.
- HOLANDA, A. B. (1990). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HOPPER, P. J. (1991). On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E & HEINE, B. *A Approaches to grammaticalisation*, v.1. Amsterdam: Benjamins, 17-35.
- _____. (1996). Some recent trends in gramaticalization. IN: *Annu. Rev. Anthropol*, 25:217-236
- HOPPER, P & TRAUGOTT, E. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LABOV, W. (1994). *Principles of linguistic change*. Oxford / Cambridge: Blackwell.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980). *Metaphors. We live by*. Chicago. The University of Chicago Press.
- LEHMANN, C. (1982). *Thoughts on grammaticalization: A programatic sketch*. Arbeiten des Kölner Universalien - Projekts. (mimeo).
- MARTELOTTA, M., VOTRE, S & CEZÁRIO, M. M. (1996). *Gramaticalização no Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- MENDES, R. B. (1999). *A gramaticalização de Estar + Gerúndio no Português falado*. Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP. (Mimeo)
- NARO, A. J. (1992). Idade. In: MOLLICA, M. C. *Introdução à Sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 81-88.
- NASCENTES, A. (1988). *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.
- NEVES, M. H. (1996). A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org). *Gramática do Português Falado*. VI . Campinas: Unicamp/FAPESP, 163 - 200.
- NEVES, M.H. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- PALMER, F. R. (1986). *Mood and Modality*. Cambridge. Cambridge University Press.
- ROCHA LIMA, C.H. (1962). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 7ª ed., Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia.
- SWEETSER, E. (1990). *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TAYLOR, J. R. (1989). *Linguistic categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Nova York: Oxford University Press.
- THOMPSON, S. & MULAC, A. (1991). A quantitative perspective on the grammaticization of epistemic parentheticals in English. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. II. Amsterdam: Benjamins, 313 - 329.
- TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (orgs.) (1991). *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. I. Amsterdam: Benjamins.

- TRAUGOTT, E. C. & KÖNIG, E. (1991). TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (orgs.). *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. I. Amsterdam: Benjamins.
- WEINREICH, V. LABOV, W. & HERZOG, M. (1971). Empirical foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P. *et alii* (eds.). *Directions for Historical Linguistic*. Austin/Texas, 95-195.
- VOGT, C. & FIGUEIRA, R. A. (1989). "*Dois verbos achar em português?*" In: VOGT, C. São Paulo: HUCITEC, 165-210.

ANEXOS

1. DADOS DE FALA

1. *CORPUS* NURC/SP

IDENTIFICAÇÃO DOS INQUÉRITOS CONSULTADOS - DIÁLOGO ENTRE DOIS INFORMANTES / DID

- 1) D2/343 - 1a. faixa etária - feminino + masculino
- 2) D2/62 - 1a. faixa etária - masculino + masculino
- 3) D2/255 - 2a. faixa etária - masculino + masculino
- 4) D2/360 - 2a. faixa etária - feminino + feminino
- 5) D2/396 - 3a. faixa etária - feminino + masculino
- 6) D2/333 - 3a. faixa etária - feminino + feminino

II. *CORPUS* RONDON

INFORMANTE - FAIXA ETÁRIA - GÊNERO

- | | | |
|-------|--------------------|-------------|
| 1) 1a | - 1a. faixa etária | - feminino |
| 2) 1b | - 1a. faixa etária | - feminino |
| 3) 2a | - 2a. faixa etária | - feminino |
| 4) 2b | - 2a. faixa etária | - feminino |
| 5) 3a | - 3a. faixa etária | - feminino |
| 6) 3b | - 3a. faixa etária | - feminino |
| 7) 4a | - 1a. faixa etária | - masculino |

8) 4b	- 1a. faixa etária	- masculino
9) 5a	- 2a. faixa etária	- masculino
10) 5b	- 2a. faixa etária	- masculino
11) 6a	- 3a faixa etária	- masculino
12) 6b	- 3a. faixa etária	- masculino

2. DADOS DA ESCRITA

OBRAS CONSULTADAS E SIGLÁRIO

A. LITERATURA ROMANESCA

Sigla	Título
A	Angela ou as areias do mundo. Faria, O. José Olímpio. Rio.
ACM	Aqueles cães malditos de Arquelau. Pessoti, I.
ACT	Acontecimentos. Ignácio, S.E.
AF	A festa. Ivó, Angelo. 1978
AFA	A faca de dois gumes. Sabino, F. Edit, Record. Rio. 1985
AGO	Agosto. Fonseca. R. Cia das Letras. SP. 1990.
AL	A lua vem da Ásia. Carvalho, C. Edit, Codecri. Rio. 3ª ed. 1977.
ALE	Além dos marimbus. Salles, H. 1961.
ALF	O Alferes. Proença, M.C. Civ, Bras. Rio. 1967.
AM	Ajudante de mentiroso. Jardim. José Olympio. Rio. 1980
ANA	Anarquistas, Graças a Deus. Gattai, Z. Edit, Record Rio. 1979.
ANB	O analista de Bagé. Veríssimo, J.F. Edit, LBM. Porto Alegre. 1982
APA	A paixão transformada, História da medicina na literatura. SCLIAR, Moacyr São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
ARR	Arraia de jogo. Vasconcelos, J.M. Edit, Melh. SP. 1ª ed. 1965.
ASA	A asa esquerda do anjo. Luft, L. Edit, Siciliano. SP. 1981.
ASS	Assunção de Salviano. Callado, A. Civ, Bras. Rio 1ª ed. 1954.
ASV	As viagens. Montenegro, J.B. Edit, Gavião. RJ. 1960.
ATR	A transamazônica. Mott, O.B. Edit, Atual. SP. 1986.
AV	A viúva branca. Leite, Ascendino.
AVE	Ave, palavra. Rosa, J.G. Edit, José Olympio. Rio. 1970.

AVI	A vida secreta dos relógios. Cytrynowicz. Edit, Scritta. SP. 1994.
AVL	A velhinha de Taubaté. Veríssimo, J.F. Edit, LFPM. 1983.
BAL	Balão cativo. Nava, P. Edit, Nova Fronteira. Rio. 1986.
BB	Balé branco. Cony, C.H. Civ, Bras. Rio. 1966.
BE	O beijo não vem da boca. Brandão, I.L. Edit, Global. Rio. 1985.
BH	Balbino, O homem do mar. ... José Olympio. Rio. 1970.
BL	Blecaute. Paiva, M.R. Edit, Brasiliense. SP. 1986.
BOC	Boca de Luar. Andrade, C.D. Edit, Record. Rio. 1984.
BOI	Boca do inferno. Miranda, Ana. Cia das Letras. SP. 1989.
BU	Bufo & Spalanzani. Braga, R. Francisco Alves. Rio. 1985.
CA	Cangaceiros. Rego, J.L. José Olympio. Rio. 5ª ed. 1961.
CAS	Cascalho. Salles, H. Edit, O Cruzeiro. Rio. 1966.
CBC	O conto brasileiro contemporâneo. Bosi, A. Edit, Cultrix. SP. 1977.
CC	Cobra cega. Pereira, L.M. José Olympio. Rio. 1954.
CCA	Crônica da casa assassinada. Cardoso. L. Editorial Bruguera. Rio. 1959.
CD	Contos d'escarnio - Textos grotescos. Hilst, H. Edit, Siciliano. SP. 1990.
CE	Cemitério de elefantes. Trevisan, D. Civ, Bras. Rio. 1975.
CEN	Cenas da vida minúscula. Scliar, M. Edit, LPMF. Porto Alegre. 1991.
CF	Chão de ferro. Navas, P. José Olympio. Rio. 1976.
CH	Chagas, o cabra. Mendes, S. Civ, Bras. Rio. 1965.
CHA	Chapadão do Bugre. Palmério, M.
CHI	Chão de infância. Dantas, P. Edit, CEM. SP. 1953.
CID	A cidade dos padres. Silva, D. Edit, Guanabara. Rio. 1986.
CJ	Capitão jagunço. Dantas, P. Edit, Brasiliense. 1959.
CL	O coronel e o lobisomem. Carvalho, J.C. Edit, José

	Olympio. Rio. 1978.
CNT	Contos da repressão. Angelo, I. Edit, Record. Rio. 1987.
COB	Corpo de Baile. Rosa, G.G. Edit...
CON	Concerto Carioca. Callado, A. Edit, Nova Fronteira. Rio. 1985.
COT	Contos de aprendiz. Andrade, C.D. J. Olympio. Rio. 1ª ed. 1951.
CP	Ciranda de pedra. Teles, L.F. Edit, Martins. SP. 1955.
CR	Cabra das Rocas. Homem, H. Edit, Ática. SP. 1973.
CRE	O crepúsculo do macho. Gabeira, F. 1980.
DE	Os 18 melhores contos do Brasil. Trevisan, D. Edit, Block. Rio. 1968.
DEN	Dentro da vida. Prata, R. Edit, Clube do Livro. SP. 1953.
DES	Desolação. Machado, D. Edit, Moderna. 1981.
ED	Emissários do diabo. Lemos, G. Civ, Bras. Rio. 1968.
EST	Estorvo. Hollanda, F.B.
ETR	Estrela solitária. Castro, R. Cia das Letras. SP. 1995.
FAB	Fábulas Fabulosas. Fernandes, M. Edit, Nórdica. Rio. 1ª ed. 1963
FAN	Fantoches (contos). Veríssimo, E. Edit, Globo. Porto Alegre. 1956.
FAV	Feliz ano velho. Paiva, M.R. Edit, Brasiliense. SP. 1982.
FH	Favela High-Tech. Lacerda, M.
FP	O fiel e a pedra. Lins, O. Civ, Bras. Rio. 1961.
FR	Ficção reunida. Carvalho, O.G.R. Edit, Meridiano. Terezina. 1981.
G	Os guaxos. Lessa, O. Edit, Francisco Alves. Rio. 1959.
GAT	Galo das trevas. Nava, P. José Olympio. Rio. 1981.
GD	O ganhador. Brandão, I.L. Edit, Global. SP. 1987.
GI	Galvez, O imperador do Acre. Souza, M. Edit, Marco Zero. Rio. 1983.
GRE	A greve dos desempregados. Beltrão, L. Edt, Cortez. SP. 1984.
GRO	Grotão do café amarelo. Marques, R. 1957.
GT	Gafanhotos em Taquara-Poca. Martins, F. Edit, Melh.

	SP. 1971.
HAR	Harmada. Noll, G.G. Cia das Letras. SP. 1993.
HP	O homem que perdeu a alma. Wanderley, J.C. Edit, MEC. Rio. 1960.

2. LITERATURA DRAMÁTICA

Sigla	Título
AB	Abajur lilás. Marcos, P. Edit, Global. SP. 1979.
AC	Auto da compadecida. Suassuna, A. Edit, J. Olympio. Rio. 1963.
AQ	Ascensão e queda da família mineira. In: Revista de Teatro. Jun/89. Boschi, R. Rio.
ARA	A estória de Ana Raio e Zé Trovão. Caruzo, M - Buzzar, R. Novela Rede Manchete. 1991.
ARI	Abismo de Rosas. Nogueira, A. Cap 1. (Caso Verdade). Rede Globo.
AS	A semente. Guarnieri, G. Edit, M. Moho. SP.
BA	Barrela. Marcos, P. Edit, Global. SP. 1976.
BN	Branca de Neve. Moniz, E. Edit, S. José. RJ. 1954.
BO	Boca de Ouro. in teatro quase completo. Rodrigues, N. Edit, Tempo Brasileiro. RJ. 1966.
BR	A bruxinha que era boa. Machado, M.C. Edit, Agir. Rio. 2ª ed. 1954.
C	Calabar. Hollanda, C.B. - Guerra, R. Edit, Civ, Bras. Rio. 12ª ed. 1979.
CCI	Caixa de cimento. Escobar, C.H. Edit, Civ, Bras. Rio. 1977.
CHR	Chico Rei. Ayala, W. Edit, Civ, Bras. Rio. 1965.
CHU	Chuvas de verão. (Roteiro do filme). Diegues, C. Edit, Civ, Bras. 1977.
COR	Coronel dos coronéis. Segall, M. Edit, MEC/DA/Funarte/Serv. Rio. 1978
DEL	Desligue o projetor e espie pelo olho mágico. Have, H. Revista de Teatro. Rio. Vol 463. 1987.
DO	Dois perdidos numa noite suja. Marcos, P. Edit, Global. SP. 1ª ed. 1979.
DZ	Domingo Zeppelim. Moraes, V. Edit, MEC. Vol II

	.
E	É. Fernandes, M. Porto Alegre. 1977
EL	Um elefante no caos. Fernandes, M. Edit, do Autor. Rio, 1955.
EN	Eles não usam Black-Tie. Guarnieri, G. Edit, Brasiliense. SP. 1966.
ES	A escada. Andrade, J. Edit, Brasiliense. SP. 1964.
F	O fardão. Pedroso, B. Edit, Saga. Rio. 1967.
FEL	Felicidade. Carlos, M. Cap, 26 e 30, Novela Rede Globo.
FIG	Figueira do inferno.
FO	Forró no engenho da Cananéia. Callado, A. Edit, Civ, Bras. 1964.
GA	Gota d'água. Hollanda, C.B. Edit Civ, Bras. Rio. 1980.
GCC	Guerra do Cansa Cavallo. Luis, O. Edit, Cons, Est de Cultura. SP. 1965.
GE	A grande estiagem. Gondini Filho, I. Edit, Dramas e Comédias. Rio. 1955.
HA	Halloween, O dia das bruxas. Gomide, N Edit, Mar-88. Vol 465 Rio.
HO	O homem da capa preta. Resende, S. Edit, Tcho. Porto Alegre. 1987.
I	Irene. Block, P. Edit, Talmagráfica. Rio. 1953.
IC	A Ilha de Circe (Mister Sexo). Bethencourt, J. Edit, Brasiliense. SP. 1966.
IN	A invasão. Gomes, D. Edit, Civ, Bras. Rio. 1962.
MO	A moratória. Andrade, J. Edit, Agir. SP. 1980.
MPF	Murro em ponta de faca. Boal, A. Edit, Hucitec. SP. 1978.
NAM	Novo Amor - Carlos, M. Novela Rede Globo
NC	A navalha na carne. Marcos, P. Edit, Senzala. SP. 1968.
NOD	Nó de quatro pernas. Tourinho, N. Revista de Teatro. Rio. Vol 457. 1986.
NOF	No fundo do poço. Silveira, H. Edit, Livraria Martins. SP. 1950.
O	Orfeu da Conceição. Moraes, V. Edit, S. José. Rio. 1960.

3. *CORPUS* DIACRÔNICO (Tarallo, 1991)

OBRAS CONSULTADAS E SIGLÁRIO

SÉCULO XIII

- 1) **Testamento de D. Afonso II** (1214) - Edição de Correa de Oliveira e Saavedra Machado - Textos Medievais Portugueses, 9a. ed. Coimbra , Coimbra Editora, 1967, pp.397-404 (13TA)
- 2) **Lei de 1211 - D. Afonso II** - Mesma edição, pp. 404-412. (13LA)
- 3) **Inquirições de D. Afonso III** - 1258. (13IA)
- 4) **Notícia do Torto** (1212) - mesma edição. (13NT)
- 5) **Cantigas D"Escarnho e de maldizer dos Cancioneiros medievais Galego- portugueses** - Edição crítica pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Vigo, Editora Galaxia, 196513CE.
- 6) **Afonso X, O sábio - Cantigas de Santa Maria** - editadas por Walter Mettmann. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, vol. I, 1959, pp. 21-38 (13SM)
- 7) **A demanda do Santo Graal** - Edição de Joseph-Maria Piel, concluída por Irene Freire Nunes, com Introdução de Ivo de Castro. Lisboa, Imprensa nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 69-78. (13DG)
- 8) **José de Azevedo Ferreira - Afonso X - Foro Real** - Edição e Estudo Lingüístico. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 125-143. (13 FR)

SÉCULO IV

- 1) **Alphonse X - Primeyra Partida** - Édition et étude José de Azevedo Ferreira. Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica. 1980, pp.120-123, 144, 4009-414 (14PP)
- 2) **Orto do Esposo**. Texto inédito do fim do séc. XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário de Bertil Maler. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, vol I, 1956, pp1-13. (14OE)
- 3) **Livro das Aves** . Edição de Nelson Rossi *et alii*.Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965, pp.19-29 (14LA)
- 4) **Crônica Geral de Espanha** de 1344. Edição crítica do texto português por Luis Filipe Lindley Cintra. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol.II, 1954, pp.83-94, 153-157. Vol.IV, 1990, pp.5-6, 176-177, 537-539.(14CG)

SÉCULO XV

- 1) **Crônica da Ordem dos Frades Menores. Frei Genebro.** Em Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado - *Textos Medievais Portugueses*, 2a. ed Coimbra, Coimbra Editora, pp. 434-437. (15CO)
- 2) **Augusto Magne - Boosco Deleitoso [1400?]** - Rio de Janeiro, Instituto nacional do Livro, Vol. I, 1950, pp. 3-13. (15AM)
- 3) **Bíblia Medieval Portuguesa. Histórias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Histórias Scolásticas.** Texto apurado por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1958, pp. 21-25, 129-146. (15BM)
- 4) **Livro dos Ofícios de Marco Tullio Cicero, o qual tornou em Linguagem o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra.** Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário por Joseph M. Piel. Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1948, pp.1-30. (15LO)
- 5) **Fernão Lopes - Crônica de D. Pedro.** Edizione critica, con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1966, pp.119-121, 207-229. (15FL)

SÉCULO XVI

- 1) **Os sete Únicos Documentos de 1500**, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Alvares Cabral. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940, pp 23-46 (16SD)
- 2) **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil**, editadas por Serafim Leite SI. Vol. I (1538-1553). São Paulo, Comissão do IV Cenário da Cidade de São Paulo, [1954]. Vol II (1553-1558), mesma edição. Vol III (1558-1563). (16CJ)
- 3) **Um manuscrito náutico seiscentista reencontrado.** Edição de Avelino Teixeira da Mota, em *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*, Tomo XVIII, Lisboa, Academia Científica Lusitana , 1976, pp. 291-371. (16MN)
- 4) **Peregrinação** de Fernão Mendes Pinto. Transcrição de Adolfo Casais Monteiro. Lisboa. Casa da Moed, 1983, pp. 13-27 (16PF)
- 5) **Desengano de Perdidos . [1573]** de D. Gaspar de Leão. Edição de Eugênio Acencio. Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis., 1958, pp. 25-41. (16DP)

SÉCULO XVII

- 1) **Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal**, do Pe. Bartolomeu Guerreiro. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1966, pp. 17-29, 66-79 (17JV)
- 2) **Annaes de ElRei Com João Terceiro por Fr. Luiz de Souza**, publicados por A. Herculano. Lisboa, Arcadia Lusitana, 1844, pp. 354-357. (17JT)
- 3) **Livro Primeiro do Governador do Brasil [1607-1633]**. Prefácio do Emb. J.C de Macedo Soares. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, s/d pp. 313-356. (17GV)

SÉCULO XVIII

- 1) **Santuário Mariano e História das Images Milagrosas etc.** Tomo Primeiro. Lisboa, Na oficina de Antonio Pedrozo Galvão, 1707, pp 20-31, 230-239. (18SM)
- 2) **Cartas da Bahia [1768-1769] do Marquês do Lavradio**. Rio, arquivo Nacional, Ministério da Justiça, 1972, pp. 9-41. (18CB)
- 3) **Sesmarías**. Arquivo do Estado de São Paulo, 1921. (18SE)
- 4) **Governadores do Rio de Janeiro - Correspondência Activa e Passiva com a Corte**. Rio de Janeiro, Officinas das Graphics do Archivo Nacional, 1915. (18GR)

SÉCULO XIX

- 1) **José Maria da Silva Paranhos - Cartas ao Amigo Ausente** - Edição organizada e prefaciada por Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953, pp 42-52 (19CA)
- 2) Machado de Assis - **Epistolário**, em **Obra Completa** - organizada por Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro, Editora José Aguiar Ltda, vol.III, 1962, pp. 1028-1058. (19MA)
- 3) **Eça de Queiroz - Correspondência** - 6a. ed. Porto, Livraria Lello & Irmão, 1946, pp. 4-54. (19EQ)
- 4) **Camilo Castelo Branco - Epistolário**, em **Obra Seleta** - Organização, seleção, introdução e notas de Jacindo do Prado Coelho. Rio de Janeiro, Editora José Aguiar Ltda, Vol. I, 1960, pp. 118-130 (19CB)

SÉCULO XX

- 1) **Cartas de Mario de Andrade a Manuel Bandeira** - Prefácio e notas de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro, Organizações Simões Editora, 1958, pp.309-353 (20MA)
- 2) **Manuel Bandeira - Epistolário, em Poesia e Prosa**. Introdução Geral por Sérgio Buarque de Holanda e Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro, Editora José Agilar Ltda., vol. II, 1958, pp. 1385-1407. (20MB)
- 3) Nelson Rodrigues - **Teatro Quase Completo** . Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1966, vol. III, pp. 13-97. (20NR)